



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

O PRIMEIRO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA NA PARAÍBA:
BANANEIRAS (1950-1959)

JOÃO PESSOA – PB
2019

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

**O PRIMEIRO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA NA PARAÍBA:
BANANEIRAS (1950-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Wanderléia Farias.

O PRIMEIRO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA NA
PARAÍBA: BANANEIRAS (1950-1959) / Wanderléia Farias
Santos. - João Pessoa, 2019.
167 f. : il.

Orientação: Maria Lúcia da Silva Nunes.
Tese (Doutorado) - UFPB/Educação.

1. Educação das Mulheres. Curso de Economia Doméstica.
2. Manuais escolares. Bananeiras. I. Nunes, Maria Lúcia da Silva. II. Título.

UFPB/BC

WANDERLÉIA FARIAS SANTOS

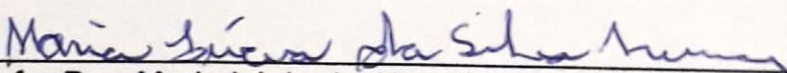
**O PRIMEIRO CURSO DE ECONOMIA RURAL DOMÉSTICA NA PARAÍBA:
BANANEIRAS (1950-1959)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes

Aprovado em: 11 / 02 /2019.

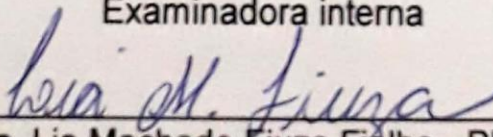
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes - PPGE/UFPB
Orientadora

Profa. Cláudia Engler Cury - PPGE/UFPB
Examinadora interna

Profa. Maria Elizete Guimarães Carvalho - PPGE/UFPB
Examinadora interna



Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Filho - PPGE/UECE
Examinadora externa

Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva – PPGH/UFCG
Examinador externo

A Vicente Farias dos Santos (*In Memoriam*):
Meu avô, que foi arrancado de nós de maneira tão violenta,
deixando uma perda irreparável em nossa família. Dedico!

AGRADECIMENTOS

Não teria sem dúvida alguma, trilhado esse árduo, mas belo caminho, se não tivesse uma luz maior me guiando, respeitando vossas crenças, eu agradeço a Deus que me deu forças para suportar tantos obstáculos que surgiram, me consolando através da sua Santa Palavra.

À minha mãe, que me viu por vezes chorando, e me falava que iria passar, que estava orando por mim, que eu iria vencer. Te amo mãe, mesmo nós duas sendo tão diferentes, o nosso elo é o amor.

À minha sementinha, tão pequena, com 5 anos apenas, Maria Lívia era o motivo da minha insistência, mesmo quando faltava força nas mãos para digitar, eu olhava para a minha filha e pensava: é por você, antes era um sonho só meu, hoje é um sonho nosso, eu te prometo que irei conseguir. Filha, não consigo explicar o amor que sinto por ti, só consigo vivê-lo, e, é tão grande, que não cabe em mim.

À Orientadora, Lúcia Nunes, por todo carinho, paciência, puxões de orelha quando necessário, e por me fazer acreditar que eu ia conseguir. Sempre digo que tive uma sorte imensa em tê-la como orientadora. Que nossa amizade ultrapasse os muros acadêmicos, és muito importante para mim.

À banca examinadora: Claudia Cury, Elizete Carvalho, Lia Machado e Ramsés Nunes, pelo olhar experiente de cada um, contribuindo de maneira significativa para o aperfeiçoamento deste trabalho. Grata a cada um/a de vocês.

À família, que sempre acreditou em mim, torcendo, vibrando, e tendo orgulho por eu ter chegado tão longe nos estudos. Obrigada! Amo vocês!

À turma de Pedagogia/UEPB/2007.2, onde tudo começou. Na pessoa de Paula Oliveira, a quem tenho muito carinho, eu agradeço a todos por fazerem parte dessa história.

À Joseane Abílio pela força que me deu na seleção do doutorado, passando horas conversando comigo ao telefone, me ajudando a corrigir meu projeto, me fazendo acreditar que eu seria capaz. Joseane Abílio, você é uma das pessoas mais lindas que eu já tive o prazer de conhecer. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos, nas pessoas de Gildivan Neves e Paulo Araújo, obrigada a todos que estavam esperando ansiosamente essa minha vitória. Aos meus anjos de oração, sintam-se incluídos nesses agradecimentos aqui. Gratidão por ter cada um/a

de vocês comigo em oração. Com o tempo vamos percebendo que quantidade não significa nada, o importante é a qualidade dos amigos que temos.

À amiga Kedna Macau, a pessoa com quem eu mais dividi espaço nos últimos meses, telefonemas, choros, risadas, fomos âncora uma da outra, quando nos faltava forças. Foram momentos tão difíceis, ter você por perto foi um alento ao meu coração. Amo muito você.

Ao professor Matusalém Alves Oliveira, que sempre acreditou em mim. Que junto com sua família está sempre em oração pela minha vida, me incentiva a todo instante, e sempre acreditou em minhas vitórias. Obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que foram meus professores e que contribuíram para a minha formação. Obrigada a todos através das instituições: Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal da Paraíba. Gratidão sempre!

Por fim, quero agradecer aos meus colegas de trabalho, e aos meus alunos, que a cada dia me fazem aprender e compreender que os títulos acadêmicos são necessários, mas mais importante, é a essência do ser humano, mantendo a humildade, da Educação Básica ao Doutorado. Obrigada a todos vocês!

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha um *Curso*.
Tinha um *Curso* no meio do caminho.
(Parafraseando, Carlos Drummond de Andrade).

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de construir uma narrativa histórica do primeiro Curso de Economia Rural Doméstica da Paraíba, localizado na cidade de Bananeiras/PB (1950-1959). Para tal perspectiva, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa orientada pelos pressupostos da Nova História Cultural tomando como fontes três manuais de Economia Doméstica, além de vários outros documentos, a exemplo de diários de classe, planos de trabalho, Diário Oficial e fotografias, com a intenção de compreender a cultura escolar do curso em Bananeiras, reconstituindo sua história. O referencial teórico escolhido foi Chartier (1990), com o conceito de representação, práticas e apropriação; Certeau (1994) com a discussão acerca das práticas, estratégias, apropriações e táticas do cotidiano; Julia (2001), com a compreensão do conceito de cultura escolar; Frago e Escolano (2001), com o conceito de espaço escolar como um local de subjetividades; Berman (1986), com o conceito de modernização conservadora, Pinsky (2012), historicizando o lugar social da mulher nos Anos Dourados, e, Burke (2005), com a compreensão da Nova História cultural. Compreendeu-se que o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, difundia uma educação moderna/conservadora, pois defendia um modelo educacional que acompanhasse o processo desenvolvimentista do país, mas ao mesmo tempo, propagava uma educação baseada nos princípios de base familiar, voltada para os valores morais, de disciplina, controle e dominação do grupo social predominante da época. O curso não emancipava as mulheres; não tinha essa intenção. Os manuais de economia doméstica evidenciam claramente essa relação de poder, quando deixam explícito que lugar de mulher é em “casa”. As mulheres que frequentavam o curso (professoras e alunas) apropriavam-se desse discurso “naturalmente”. Nesse sentido, aparentemente inofensivos, os manuais eram dispositivos culturais que educavam, controlavam e definiam modos de ser e agir de suas leitoras.

Palavras-chave: Educação das Mulheres. Curso de Economia Doméstica. Manuais escolares. Bananeiras.

ABSTRACT

The present work has the objective of constructing a historical narrative of the first Course of Domestic Rural Economy of Paraíba, located in the city of Bananeiras/PB (1950-1959). For this, a qualitative research was developed guided by the assumptions of the New Cultural History, taking as sources three manuals of Domestic Economics, as well as several other documents, such as class diaries, work plans, Official Diary and photographs, with the intention to understand the school culture of the course in Bananeiras, reconstituting its history. The theoretical framework chosen was Chartier (1990), with the concept of representation, practices and appropriation; Certeau (1994) with the discussion about the practices, strategies, appropriations and tactics of daily life; Julia (2001), with the understanding of the concept of school culture; Frago and Escolano (2001), with the concept of school space as a place of subjectivities; Berman (1986), with the concept of conservative modernization, Pinsky (2012), historicizing the social place of women in the Golden Years, and, Burke (2005), with the understanding of New Cultural History. It was understood that the Course of Domestic Rural Economy in Bananeiras, spreaded modern/conservative education, because it defended an educational model that accompanied the developmental process of the country, but at the same time, propagated an education based on family base principles, focused on the moral values, of discipline, control and domination of the predominant social group of the time. The course did not emancipate women; it was not its intention. Household economics manuals clearly show this power relationship when they explicitly state that a woman's place is at "home". The women who attended the course (teachers and students) appropriated this speech "naturally". In this sense, apparently harmless, the manuals were cultural devices that educated, controlled and defined ways of being and acting of their readers.

Keywords: Women's Education. Course of Domestic Economy. School manuals. Banana trees.

RESUMO

El presente trabajo tiene como objetivo construir una narrativa histórica del primer Curso de Economía Rural Doméstica de Paraíba, ubicado en la ciudad de Bananeiras / PB (1950-1959). Con este fin, se desarrolló una investigación cualitativa guiada por los supuestos de la Nueva Historia Cultural, tomando como fuente tres manuales de Economía doméstica, así como varios otros documentos, como diarios de clase, planes de trabajo, Diario Oficial y fotografías, con el fin de entender la cultura escolar del curso en Bananeiras, reconstituyendo su historia. El marco teórico elegido fue Chartier (1990), con el concepto de representación, prácticas y apropiación; Certeau (1994) con la discusión sobre las prácticas, estrategias, apropiaciones y tácticas de la vida diaria; Julia (2001), con la comprensión del concepto de cultura escolar; Frago y Escolano (2001), con el concepto de espacio escolar como lugar de subjetividades; Berman (1986), con el concepto de modernización conservadora, Pinsky (2012), historizando el lugar social de las mujeres en los Años Dorados, y Burke (2005), con la comprensión de la Nueva Historia Cultural. Se entendió que el Curso de Economía Rural Doméstica en Bananeiras, difundió una educación moderna / conservadora, porque defendió un modelo educativo que acompañó el proceso de desarrollo del país, pero al mismo tiempo, propagó una educación basada en principios basados en la familia, dirigida a Los valores morales de disciplina, control y dominación del grupo social predominante de la época. El curso no emancipó a las mujeres; no fue pensado. Los manuales de economía doméstica muestran claramente esta relación de poder cuando declaran explícitamente que el lugar de la mujer es el "hogar". Las mujeres que asistieron al curso (profesores y estudiantes) se apropiaron de este discurso "naturalmente". En este sentido, los manuales aparentemente inofensivos eran dispositivos culturales que educaban, controlaban y definían las formas de ser y actuar de sus lectores.

Palavras-chave: Educación de la mujer. Curso de Economía Doméstica. Manuales escolares. Los plátanos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Patronato Agrícola.....	49
FIGURA 2 Cozinha do Patronato Agrícola	53
FIGURA 3 Refeitório dos menores internos	53
FIGURA 4 Dormitório dos menores internos.....	54
FIGURA 5 Alunos com vestimentas para atuar no trabalho das máquinas e motores.....	56
FIGURA 6 Sessão solene de entrega de diploma.....	58
FIGURA 7 Alunos do CAVN em Desfile Cívico 07 de setembro	58
FIGURA 8 Índice do manual: Curso de Economia Doméstica, de autoria de Helen H. Laitem e Frances S. Miller.....	69
FIGURA 9 Jornal: Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”	74
FIGURA 10 Jornal: Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”	75
FIGURA 11 Prédio onde funcionava o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB	80
FIGURA 12 Certificado de Conclusão do Curso de Economia Doméstica	84
FIGURA 13 Diário Oficial	97
FIGURA 14 Diário Oficial	98
FIGURA 15 Ficha de assentamento da Orientadora Clementina Augusta Coutinho de Medeiros.....	99
FIGURA 16 Alunas em solenidade ao término do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB.....	111
FIGURA 17 Sessão solene de entrega de diploma-presidida pelo Dr Roberto Guedes Pereira	111
FIGURA 18 Plano de Trabalho da Disciplina Confecções de Adornos do Lar	103
FIGURA 19 Capa do diário de Classe da Disciplina Confecções e Adornos do Lar.....	110
FIGURA 20 Registro de aula da Disciplina Confecções e Adornos do Lar	115
FIGURA 21 Registro de aula da Disciplina Arte Culinária.....	108

FIGURA 22 Registro de aula com a descrição de como estava estruturado o diário de classe	109
FIGURA 23 Exposição dos trabalhos artesanais produzidos pelas professoras e alunas do Curso de Economia Rural Doméstica de Bananeiras/PB	112
FIGURA 24 Capa do Manual: Economia Doméstica.....	117
FIGURA 25 Capa do Manual: Curso de Economia Doméstica	117
FIGURA 26 Capa do Manual: Noções de Economia Doméstica.....	118
FIGURA 27 Trecho do Plano de Trabalho da Orientadora Clementina Augusta Coutinho de Medeiros	121
FIGURA 28 Índice do Manual: Noções de Economia Doméstica.....	122
FIGURA 29 Índice do manual: Noções de Economia Doméstica.....	122
FIGURA 30 Mulheres no posto de Puericultura na cidade de Bananeiras/PB.....	126
FIGURA 31 Mulheres em atividade de lã	134
FIGURA 32 Diário de Classe da Disciplina Arte Culinária	136
FIGURA 33 Livro caixa para o controle do orçamento familiar	143

LISTA DE QUADROS

QUADRO I Mapeamento de trabalhos acerca do Curso de Economia Doméstica no Brasil	117
QUADRO II Decretos-Lei	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAVN Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.....	12
NHC Nova História Cultural	22
SEAV Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	114

SUMÁRIO

1 CAMINHOS DE UMA PESQUISA.....	11
1.1 O encontro com a pesquisa: um breve percurso da pesquisadora.....	11
1.2 No caminho havia um curso.....	13
1.3 Das teorias e metodologias ao uso das fontes.....	23
2 A SOCIEDADE BRASILEIRA DA “ORDEM E PROGRESSO”: modernização, industrialização e ensino.....	34
2.1 Modernização conservadora	34
2.2 Industrialização, desenvolvimento e reformas educacionais.....	40
2.3 Da construção de Patronato a Colégio Agrícola.....	46
3. O CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA EM BANANEIRAS/PB: REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR.....	61
3.1 As representações femininas e a educação da mulher na sociedade brasileira de 1950	63
3.2 A formação doméstica tradicional e o saber doméstico escolarizado	71
3.3 A cultura escolar do Curso de Economia Doméstica	79
4 OS MANUAIS DE ECONOMIA DOMÉSTICA: dispositivos culturais	115
4.1 A importância de se estudar economia doméstica em prol do bem estar da família.....	123
4.2 Noções de Higiene, Corte, costura e alimentação	128
4.3 Ser mãe é algo “divino”	138
4.4 O orçamento familiar, boas maneiras em sociedade e o serviço social: a “boa” dona de casa.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS	156

1. CAMINHOS DE UMA PESQUISA

1.1 O encontro com a pesquisa: Um breve percurso da pesquisadora

Confesso que minhas mãos estão trêmulas ao “concluir” a escrita desse trabalho, suponho que todos que até aqui chegaram, já passaram por essa sensação de aperto no peito e de lembranças de toda uma vida. Principalmente se essa trajetória foi marcada por tantos momentos difíceis: separação dos pais aos meus 8 anos (era meu herói indo embora, aquela dor seria carregada comigo por muito tempo); uma mãe que ficou amargurada pela dor de ver sua família desfeita e ter que ser forte, se sacrificar pelos 4 filhos que estavam sob seus cuidados (olha que ironia, minha mãe se sacrificou por nós, se doou, assim como os manuais de Economia Doméstica incentivavam as mulheres a agir na década de 1950). Passamos necessidade, e porque não dizer fome, quando já adolescente, chegando em casa, só tinha um pouco de arroz para cozinhar, mas não tinha como, pois não havia gás de cozinha. Eu, com apenas 17 anos, queria muito ajudar minha mãe financeiramente, dar uma condição de vida melhor para ela, para os meus irmãos, de idade menor que a minha. Lembro-me de quando surgiu um emprego de babá e eu fiquei muito feliz em ter a oportunidade de trabalhar, ela com o cuidado de mãe, não me permitiu, e disse: vai estudar para que tua vida seja diferente da minha. Na hora eu não quis entender, chorei muito, mas hoje, compreendo e a agradeço por ter me dado o melhor conselho.

Sair de um lugar de extrema precariedade e estar aqui hoje, concluindo a escrita de uma Tese, é um misto de emoções inigualável, que acaba culminando em um incontável choro, um nó na garganta, por tudo o que já passei e vivi até aqui. Por todos que já fizeram parte da minha vida e me deixaram no meio do percurso, por todos que permaneceram segurando minhas mãos. Peço licença ao leitor, para brevemente narrar a minha subjetividade com o meu objeto de pesquisa. Construir uma narrativa da história do primeiro Curso de Economia Doméstica da Paraíba, foi um presente. Lembro-me bem, quando cheguei na cidade de Bananeiras, como “estrangeira”, perdida em uma cidade com um cenário deslumbrante, mas sem saber absolutamente nada a respeito daquele curso e das pessoas que dele fizeram parte, tinha conhecimento apenas que ele existiu, e isso porque eu havia encontrado essa

informação em um diário oficial, em um site de internet (que depois não mais localizei).

Como “forasteira”, fui acolhida de forma surpreendente pelo “guardião” do arquivo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), pelas três educadoras que eu passei a conhecer, e, por todos aqueles documentos que ali estavam a minha frente, mas que eu não sabia ainda como lidar. Uma pesquisadora em processo de amadurecimento, eu não tinha a devida clareza que aqueles materiais, me serviriam de fontes para “contar” uma história, a qual até então, era apenas lembranças de um período que se passou, mas que foi de grande importância para a cidade, e, principalmente para as professoras que eu havia encontrado. Comecei por querer deixar registrado a história de vida daquelas mulheres professoras, e, assim o fiz em minha dissertação de mestrado. Mas queria mais, me indagava, como um curso tão importante, não tinha nada registrado sobre ele, além de menções em trabalhos que tinham como foco o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

Confesso, além de trazer comigo as marcas de pesquisas sobre história das mulheres, carregava também a paixão por um passado que me inquietava, apego este que ficou por cada depoimento colhido durante a dissertação, horas e horas de entrevista, memórias contadas com tanto apreço, tanto saudosismo, tanta importância em ter alguém as ouvindo, segredos contados e confiados a mim (pode desligar o gravador, para que eu possa te contar um segredo?). Isso não tinha preço, eu precisava re-construir a história daquele curso, e, legalizar, para que todos soubessem que o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, um dia abrigou em suas terras, um Curso que preparava as mulheres para fazer aquilo que por natureza, elas já sabiam. E, que fez parte de um contexto educacional importante na História do Brasil, do Nordeste, da Paraíba, e, da cidade de Bananeiras.

Era muito mais que registrar a cultura escolar, era vivenciar a cada documento manuseado, a cada fotografia apreciada, a cada depoimento registrado, e a cada manual lido, o Curso que ali existiu. Eu “vivi” aquela época enquanto mulher, e tive que me desvincular do tamanho afeto pelo meu objeto de estudo, para que pudesse vê-lo de maneira crítica, e descobrir que ali não havia uma educação que proporcionava liberdade às mulheres, mas as mantinham no mesmo ambiente em que estavam habituadas a viver: o seu lar. Compreender o Curso como um espaço de educação moderna e conservadora, me colocou outra vez na posição inicial: como pesquisadora. Para lembrar-me, que a educação de uma dada época,

vai estar sempre atrelada as relações de poder vigentes, aos contextos culturais, sociais, históricos, políticos e econômicos. E era exatamente dentro de um contexto de um país que almejava o brilho de uma nação civilizadora, modernizada, com uma indústria alavancada nacionalmente e internacionalmente, que a mulher de alguma forma teria que ser envolvida. Como? Eu respondo ao longo deste trabalho, e, ratifico aqui: educando-a dentro de um espaço doméstico escolarizado.

1.2 No caminho havia um Curso

Para que reine a paz e, por conseguinte, haja felicidade no lar, indispensável se torna seja êle (sic) governado pela dona de casa. E para que a dona de casa governe o próprio lar, é necessário que possua perfeito conhecimento da ciência doméstica, ciência de tamanho relêvo (sic) e tão grande complexidade.

(Noções de Economia Doméstica, 1958)

Eis um dos objetivos do Curso de Economia Doméstica: preparar a mulher cientificamente para exercer a função do lar. Para, além disso, responsabilizá-la por ser o sujeito que mantém a paz no seio da sua casa. Tudo isso para encontrar meios de conservá-la no espaço privado, ainda mais na segunda metade do século XX, uma época marcada por mudanças sociais advindas da Revolução Industrial, e que levaram as famílias a mudar o modo de vida, como migrar do campo para a cidade em busca de trabalho.

O Estado e a Igreja vendo que isso estava afetando diretamente os padrões sociais, pautados no modelo da família tradicional, pois a mulher (da classe pobre) estava deixando seus lares para trabalhar nas fábricas, vê nisso uma grande ameaça e começa a se preocupar em preservar o modelo de família tradicional, criando alternativas que a “puxasse” do lar, mas ao mesmo tempo, que a ocupassem com atividades de natureza feminina¹, as quais ela estava habituada a fazer: aprendizagens domésticas.

¹ “As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens [...] Justificava-se um ensino para a mulher que, ligado ainda à função materna, afastasse as superstições e incorporasse as novidades da ciência, em especial das ciências que tratavam das tradicionais ocupações femininas. Portanto, quando na virada do século, novas disciplinas como puericultura, psicologia ou economia doméstica viessem a integrar o currículo dos cursos femininos, representariam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino” (LOURO, 2012, p. 447- 448).

A educação da mulher por muito tempo foi pautada na moral e bons costumes, ela deveria saber qual seu lugar na sociedade: cuidar da família, dando-lhe total felicidade, era responsabilidade exclusiva dela. O homem participava do espaço público, porque ele era considerado, culturalmente e historicamente, superior à mulher. Provedor da família, figura principal a quem a mulher devia obediência e muito respeito, ele seguia as carreiras mais cobiçadas, a exemplo de advocacia, política, engenharia etc. Ela limitava-se às prendas domésticas, e a algumas primeiras letras, “já que seu destino primordial - como esposa e mãe - exigiria, acima de tudo uma moral sólida e bons princípios” (LOURO, 2012, p. 446).

Nessa perspectiva, uma vez fragilizado esse modelo de família, a sociedade também seria afetada e acarretaria sérios problemas para cultivar a ordem e a disciplina da mesma. Era preciso manter essa conjuntura social, os padrões vigentes, a “família ideal”. A educação da mulher, em meados do século XX, passa por transformações que, mediante um contexto de uma sociedade em processo de industrialização e modernização, há uma necessidade de inserção da mulher nessa nova conjuntura nacional, porém, com atividades que não a desvinculasse do espaço privado.

Na esteira desse processo, o país trata logo de promover reformas educacionais para justificar a entrada de determinadas disciplinas no currículo. Em 1909, é criada a Disciplina de Economia Doméstica, pela primeira vez o saber naturalizado da mulher, fazia parte oficialmente do currículo. Outros Decretos e Leis são criados posteriormente, e em 1946 é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola², que além do Ensino Técnico para o sexo masculino, atrela criação de Escolas Domésticas à nível profissionalizante e de Magistério, intensificando a representação da mulher como dona de casa, promovendo uma educação voltada

² “Os anos de 1930 constituíram um marco no tocante ao crescimento urbano e industrial no Brasil, largamente favorecido pela ampliação da concentração fundiária, que terminava por obrigar os camponeses a migrarem para as cidades. Os centros urbanos, por sua vez, despreparados econômica e superestruturalmente para receber tal contingente migratório, não conseguiam – e ainda não conseguem – absorver uma parcela significativa dessa mão-de-obra despreparada para o desempenho de atividades de caráter eminentemente urbano [...] O campo e a cidade afiguravam-se como espaços distintos, mas intimamente relacionados tanto econômica quanto socialmente. A educação escolar seria uma instância intermediária entre esses dois espaços, acreditando-se em seu enorme potencial para minimizar as contradições do sistema capitalista e os conflitos por ele gerados [...] As escolas rurais deixariam de ser “escolas de reabilitação” de jovens delinquentes e passariam a qualificar o trabalhador rural, assim contribuindo para o desenvolvimento econômico brasileiro, particularmente o paraibano, e para a “fixação” de homens/mulheres no campo” (PINHEIRO, 2006, p 136-141).

para o trabalho no lar, vinculada agora a uma instrução formal, científica e escolarizada do doméstico.

Esses cursos instigavam ainda mais a distinção de papéis sociais entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres, uma vez que, a mulher da classe alta aprendia a lidar com essa “nova” escolarização com o objetivo de ser uma dona de casa eficaz; à mulher da classe pobre, era instruído ofícios domésticos, para deles extraírem algum pecúlio.

Essa preparação de boa esposa, e também profissional, não era aleatória, mas estava vinculada ao momento histórico vivenciado no país em meados do século XX, caracterizado pelo processo de industrialização e modernização da nação. Porém, mesmo com essas transformações, as quais se esperavam mudanças em todos os setores sociais, inclusive no avanço da educação da mulher, e na sua ocupação no espaço público com visibilidade de emancipação, as forças que dominavam a sociedade continuavam conservadoras, inspirando e manipulando as relações sociais que se processavam no seio da sociedade.

Diante da contextualização dessas poucas linhas que foram expostas até aqui, me inquietei a construir uma narrativa histórica do primeiro Curso de Economia Rural Doméstica da Paraíba, existente na cidade de Bananeiras/PB (1950-1959), a fim de analisar a cultura escolar do curso, que abriu espaço para a tese de que o mesmo era um espaço de educação moderna e conservadora.

Compreendo aqui uma modernização que de fato não existe, “[...] impede a liberdade dos sujeitos e que os mesmos ganhem espaço, ficando estes subordinados a contextos que, de fato, possibilitem uma mudança de vida” (DOMINGUES, 2002, p. 14). Mesmo assim, a sociedade propagava um discurso de “modernização”, fazendo acreditar que a mulher estava inserida nele, mas o que ela atendia era ao modelo econômico do país na época: o processo de industrialização.

De um lado, a mulher da camada rica como consumidora dos produtos industrializados, do outro, a mulher pobre, como a profissional que fazia trabalhos manuais para obter alguma renda, ajudando na sobrevivência da família. Assim, a sociedade continuava conservadora com a mulher, porque apesar de estar vivenciando um processo de transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e histórica, criaram e espalharam Cursos de Economia Doméstica por todo o país, oferecendo uma educação para as mulheres limitada ao ambiente doméstico.

Em meados do século XX, o Brasil primava por transformações sociais que favorecessem o *slogan* desenvolvimentista que defendia. Mas, era uma transformação social para quê? Para quem? Como entender a mulher dentro desse espaço de educação? Como promover a inserção da mulher nessa proposta e vinculá-la ao mundo do trabalho, sem deixá-la perder de vista essa relação de filha, mãe e esposa?

Dessa forma, elenquei como objetivos específicos: 1: compreender o contexto histórico e educacional do Brasil nos anos de 1950; 2: discutir o lugar social da mulher dos Anos Dourados; 3: historicizar como se deu o processo de educação da mulher, dentro do universo doméstico escolarizado; 4: abordar as representações da cultura escolar do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB e 5: analisar de que forma os manuais de economia doméstica foram dispositivos culturais que influenciaram diretamente o modo de vida das mulheres brasileiras, fosse ela rica ou pobre.

Para discutir essa perspectiva, utilizei como fontes três Manuais de Economia Doméstica, numa perspectiva documental, além de documentos escritos, a exemplo de depoimentos já registrados³ com ex-professoras, diários de classe, planos de trabalho, fotografias, e Diários Oficiais, com a intenção de compreender a constituição do curso em Bananeiras, respondendo as seguintes indagações: Por que o Curso de Economia Doméstica se consolidou naquela região? Quem eram as alunas que frequentavam o Curso de Economia Doméstica? Quais suas origens familiares? Em quais contextos sociais e culturais viveram? Através de documentos escritos como diários de classe e de fotografia, qual o perfil de suas educadoras? Que práticas eram utilizadas em sala de aula? Os manuais seguiam alguma proposta teórica? As educadoras seguiam o que estava proposto nos Manuais? Como era a cultura escolar do curso? Quais representações se tinham sobre ele?

Essas indagações e objetivos serão respondidos a partir do recorte temporal dos anos de 1950 a 1959⁴, os quais foram os anos de publicação dos manuais utilizados, além de ser o período de auge das atividades do Curso de Economia

³ Utilizo partes de entrevistas realizadas, transcritas e utilizadas como fontes, em minha dissertação de mestrado, defendida em 2014 (SANTOS, 2014), porque contribuem para o diálogo com as outras fontes selecionadas para esta tese, tendo em vista ser as únicas professoras como testemunhas oculares.

⁴ A definição deste recorte não significa que fiquei aprisionada em utilizar apenas documentos relacionados a essa época; quando necessário lancei mão também de documentos referentes a outros anos subsequentes.

Rural Doméstica em Bananeiras, ocorridas na gestão dos diretores Astolfo Bandeira (responsável pela consolidação do Curso) e Roberto Djalma Guedes Pereira, o qual intensificou a representação do curso, em uma educação pautada na moral e boa conduta.

Nesse contexto, “O curso era tão requisitado pelas moças da cidade de Bananeiras e cidades circunvizinhas, que chegaram a diplomar de uma só vez 566 alunas” (SANTOS, 2014, p. 52). Além disso, marca um período do contexto histórico brasileiro caracterizado pela progressão industrial, que adentra ao Brasil objetivando modernizar o país, com o discurso de melhoria da qualidade de vida, mas ao mesmo tempo mantendo os papéis sociais distintos para homens e mulheres: o homem na extensão do espaço público, e a mulher na continuação da esfera privada.

Ao revisar o Estado da Arte, quando inseri a palavra Economia Doméstica, um número aproximadamente de 2.437 trabalhos, que de alguma forma contemplavam uma das palavras, surgiram. Refinei a pesquisa para Curso de Economia Doméstica, e 220 trabalhos contendo uma das palavras foram encontrados. Porém, no que diz respeito à existência do curso na cidade de Bananeiras/PB, ao colocar a palavra-chave, não encontrei no Banco de dados do Portal de Periódicos da Capes nenhum trabalho.

Elenquei algumas temáticas que, de alguma forma, contemplavam o meu objeto de estudo. Na busca, utilizei palavras-chave como: Economia Doméstica; Curso de Economia Doméstica; disciplina de Economia Doméstica e Manuais de Economia Doméstica. O quadro a seguir, apresenta parte desses trabalhos, seus autores e respectivos anos de publicações.

Quadro I - Mapeamento de trabalhos acerca do Curso de Economia Doméstica no Brasil

AUTOR (A)	TÍTULO	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO
Rita de Cássia Coelho de Alvarenga	O Curso Técnico de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa numa perspectiva histórico-filosófico-	Dissertação	1995

	institucional		
Nilce Vieira Campos Ferreira	Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino Secundário Profissionalizante no triângulo Mineiro (1953-1997)	Tese	2012
José Carlos do Amaral Junior	Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil	Artigo	2013
José Carlos do Amaral Junior	Questões contemporâneas sobre o ensino de economia doméstica no Brasil: 61 anos depois	Artigo	2014
Cosme Ferreira Marques Neto	“Um ninho de cozinheiras?”: Henrique Castriciano de Souza e a “modernidade pedagógica” da escola doméstica de Natal	Dissertação	2015
Katia Viana de Souza	A Disciplina de Economia Doméstica e a formação feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa	Dissertação	2015

Camila Fernandes Pinheiro	A Economia Doméstica no Brasil como uma Extensão Rural	Dissertação	2016
José Carlos do Amaral Junior	Novas questões sobre o curso superior de Economia Doméstica no Brasil: história, extinção e memória	Artigo	2017
Marianna Carla Costa Tavares ; Maria Inês Sucupira Stmatto	A concepção de mulher no currículo da Escola Doméstica de Natal (1914 – 1944)	Dissertação	2018

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no Portal de Periódicos da Capes (2018)

Como se pode observar, aponto apenas alguns trabalhos que se aproximam do meu objeto de estudo, à medida que registram a história do curso ou disciplina de economia doméstica no âmbito geral, e em alguns, restrito a locais específicos, como é o caso da Escola Doméstica em Natal e da Escola Doméstica em Minas Gerais. Entretanto, nenhum deles faz alusão ao curso na cidade de Bananeiras, ressaltando aqui, mais uma vez, a relevância deste trabalho, que contextualiza esse período educacional, político, social, histórico e cultural dessa cidade paraibana.

A partir da revisão da literatura, constatei que a disciplina de Economia Doméstica, criada no início do século XX e que, posteriormente, originou cursos preparatórios que funcionaram em localidades com predominância rural, sobreviveu ao longo dos anos, e hoje existem cursos superiores à nível de Graduação e Pós-graduação em algumas universidades espalhadas pelo Brasil, a exemplo da Universidade de Viçosa em Minas Gerais (UFV), formando diversos profissionais na área das Ciências Doméstica.

Na universidade supracitada, observa-se pelo currículo do curso (anexo A), que mesmo havendo acréscimo de outras disciplinas a nível acadêmico, como

Biologia, Sociologia, Filosofia, dentre outras, ainda permanecem disciplinas decorrentes do antigo currículo, que seguem a estrutura dos manuais de economia doméstica, como irei apresentar mais adiante, nos capítulos posteriores, quando comentarei mais detalhadamente esta questão.

No currículo da UFV são inseridas disciplinas que trabalham a formação do sujeito epistemologicamente, a partir da visão de cada ciência apresentada nos conteúdos de formação Geral. Porém, quando se observa o campo de conteúdos de formação profissional essencial e específicos, identificam-se as nomenclaturas utilizadas nas décadas anteriores, quando o curso era apenas preparatório e profissionalizante. São alguns tópicos que podem ser encontrados nos manuais aqui analisados, em capítulos seguintes do texto. E, que de acordo com as fontes analisadas (Diários de Classe, Diário Oficial, Fotografias, Jornal, Manuais escolares de Economia Doméstica, dentre outras) desenham a hipótese de uma educação moderna e conservadora.

Na perspectiva de revisão da literatura, acerca das publicações sobre o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN)⁵, já existem trabalhos publicados, alguns como literatura narrativa memorialista, outros por um ângulo de análise acadêmica científica. Manoel da Silva (ex-aluno do CAVN e mantenedor do arquivo da instituição como voluntário) publicou: “Reminiscências de patronato a Colégio Agrícola: 80 anos de história (2004)”, CAVN – Sua História em Poemas (2009), CAVN uma história para a posteridade: fatos em fotos (2012). Dentre os trabalhos acadêmicos, o de Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015), intitulado: Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947), a qual aborda em sua Dissertação de Mestrado a criação do Patronato Agrícola e a cultura escolar do mesmo, dentro do recorte temporal proposto.

Porém, estes trabalhos só citam o curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, não havendo um destaque maior para este, o que me fez querer saber mais sobre a história do curso e das pessoas que fizeram parte dele, culminando em uma dissertação de mestrado, e desdobrando-se agora em uma tese de doutorado.

⁵ “Com o advento da Lei Orgânica do Ensino em 22.01.1947, através do Decreto nº 22.526, passou a denominar-se Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”, estando, assim, apta para ministrar Cursos Agrícolas de formação profissional [...] A partir do ano de 1964, a instituição passou à denominação de Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” (SILVA, 2004, p. 64-65).

Nessa linha de pensamento, a escolha da temática se deu a partir da dissertação de mestrado intitulada: “Entre linhas, bordados e sabores: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica do CAVN em Bananeiras/PB (1960-1970)”, a qual buscou compreender através da história de vida de três educadoras indícios de suas práticas docentes. Durante as entrevistas e achados de arquivos, fui tomando cada vez mais consciência da importância que o Curso teve na época do seu funcionamento, no entanto, como no Mestrado o tempo não favorecia ampliar a pesquisa, muito menos relacionar e analisar todo aquele material que estava de posse, pensei então em um tempo mais amplo, um suposto Doutorado. Diante da relevância da temática, não pretendia fechar a discussão com a defesa da dissertação de mestrado, mas abrir novos questionamentos para construir uma narrativa histórica do primeiro Curso de Economia Rural Doméstica da Paraíba.

O referencial teórico escolhido para o presente trabalho apoia-se em: Chartier (1990), que auxilia na compreensão do conceito de representação, práticas e apropriação, discutindo que as representações do mundo social são determinadas pela cultura e interesses dos grupos que as forjam. Os discursos não são neutros, mas estão permeados de estratégias e práticas sociais, escolares, políticas, econômicas, a fim de reafirmar suas escolhas; Certeau (1994) que faz uma discussão acerca das práticas, estratégias, apropriações e táticas do cotidiano; Julia (2001) defendendo a compreensão do conceito de cultura escolar, definindo-a como um conjunto de normas que determinam conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; Frago e Escolano (2001) abordando o conceito de espaço escolar como um local de subjetividades, que influencia na formação dos sujeitos; Berman (1986), o qual trabalha o conceito de modernização conservadora, compreendendo que houve avanços em diversas áreas da sociedade, mas que beneficiaram apenas uma pequena parcela da população, nesse caso a elite, deixando as culturas minoritárias, fora desse processo, como massa de manipulação, e, mantenedora da ordem e padrões vigentes ditados pela cultura dominante; Carla Bassanezi Pinsky (2012), historicizando o lugar social da mulher nos Anos Dourados (1950). E, ainda, Burke (2005), com a compreensão da Nova História cultural, discutindo a perspectiva de estudar objetos de estudos como o da presente Tese. Esses e outros estudiosos embasam teoricamente o trabalho, orientando análises que permitem compreender

a dimensão histórica e social do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB.

Apresento como argumento para esse estudo, que as mulheres viam no Curso de Economia Doméstica, e também no CAVN, uma forma de adquirir *status quo*, e obter “destaque” não apenas “financeiro”, mas de relações de poder, ao fazer parte de uma instituição muito requisitada e de grande importância no brejo paraibano, e, de alguma forma, se sentiam “emancipadas” por saírem da esfera privada, mesmo sendo para frequentar esse tipo de curso. Nesse sentido:

[...] O universo doméstico foi responsável por articular todo o processo educativo da mulher, pois foi através dele que começou a se pensar em uma educação feminina, mesmo que, com trabalhos manuais. Por isso, quando se fala em Curso de Economia Doméstica, há uma estreita relação deste com a educação/formação para o lar (LOURO; MEYER, 1993 *apud* SANTOS, 2014, p. 51).

E foi com esse propósito de promover a educação da mulher no lar, como sujeito ideal que alicerça os valores e condutas no ser humano, com o “dom” divino concedido a ela, que mulheres da zona urbana e rural se inserem nesse processo educativo, na nobre missão que lhe é atribuída. Re(construindo) histórias de culturas excluídas, instituições esquecidas, a exemplo do Curso de Economia Rural Doméstica do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. As fontes, aqui já apresentadas, me deram uma dimensão das condições socioeconômicas, grau de escolaridade, vestimentas da época, as festividades e os traços da cultura escolar existente no curso. A partir das representações do cotidiano escolar, tive subsídios para confirmar a hipótese de que o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras não tinha uma intenção emancipatória, com caráter de liberdade do papel da mulher na esfera pública, mas se caracterizava, como uma educação com ares de “modernização”, e conservadora.

A tese está estruturada da seguinte maneira: no primeiro capítulo abordo a aproximação com o meu objeto de estudo, tecendo o caminho que me conduziu ao mesmo, discutindo sobre as teorias, metodologias e fontes que me subsidiaram a desenvolver o presente texto. No segundo capítulo, discuto sobre o processo de modernização e industrialização no Brasil, e como isso influenciou significativamente o contexto educacional em meados do século XX, além de situar o local que abrigou o Curso de Economia Doméstica, o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros em

Bananeiras/PB. No terceiro capítulo, discorro sobre o Curso de Economia Doméstica em Bananeiras, historicizando o modelo de mulher existente nos famosos Anos Dourados, perpassando pela compreensão teórica do processo de “escolarização do doméstico”, onde me reconstituo e analiso as representações e práticas do Curso, através da cultura escolar do mesmo. E, por fim, no quarto capítulo, apresento os Manuais de Economia Doméstica, como dispositivos culturais que reproduzia uma representação conservadora para as mulheres, ao passo que identifico, até que ponto, as práticas escolares do Curso em Bananeiras estavam ancoradas nas instruções desses manuais.

Com isto, visio contribuir para mais um registro de marcos educacionais ocorridos na Paraíba, mas que ainda não estavam presentes na História da Educação Brasileira e nem Paraibana, destacando a importância e o legado que esse Curso e os sujeitos que dele faziam parte, construíram.

1.3 Das teorias e metodologias ao uso das fontes

“Ela mudou os seus objetos, mudou os seus historiadores, mudou os seus objetivos, mudaram-se os seus problemas disciplinares” (REIS, 2000, p. 21).

É nesse sentido que inicio os fios teóricos da Tese, abordando o campo ao qual ela está inserida, o da Nova História Cultural (NHC), contemplada no cenário teórico-metodológico da Terceira Geração da Escola dos Annales. A NHC surge ampliando o campo da História, trazendo consigo uma multiplicidade de abordagens de objetos de estudos, saindo de uma escrita positivista, linear e cronológica, que contemplava apenas os “grandes nomes com seus feitos” para uma escrita que dialoga com temáticas que dão vida a outros objetos antes não contemplados pela escrita da História.

Percebo, então, um alargamento do próprio conceito de documento, das fontes disponíveis para o fazer historiográfico, o que possibilitou uma expansão dos objetos contemplados pelas pesquisas em História. Assim, são incorporados “[...] novos problemas, novas abordagens, novos objetos, novos nomes, novas instituições” (REIS, 2000, p. 129), permitindo o trato com as histórias de segmentos

sociais antes excluídos, cujas memórias e vivências não eram contempladas pelos documentos escritos, tidos como fontes “fidedignas”, portadores de uma “verdade”.

De acordo com Burke (2008), a palavra Nova História Cultural passou a ser utilizada no final da década de 1980. Atuando no campo da historiografia que trabalha a cultura, permite estudar o modo de vida não apenas elitizado, mas de sujeitos que viviam à margem da sociedade. A NHC se interessa pelo indivíduo que produz cultura, como o faz, permitindo o estudo de diversas abordagens culturais, como o objeto de estudo em questão, que adentra o Curso de Economia Rural Doméstica, através de documentos escritos, para compreender a cultura daquele lugar nos respectivos anos de 1950 a 1959, enfatizando as práticas e representações ocorridas ali. Destarte:

“Práticas” é um dos paradigmas da NHC: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da lingüística, a história do experimento e não da teoria científica [...] Além disso, existem histórias das representações da estrutura social, como a dos três estados, de Duby; representações do trabalho, incluindo as mulheres trabalhadoras; representações das mulheres como deusas, prostitutas, mães ou feiticeiras; e representações do “outro” (dos judeus pelos gentios, dos brancos pelos negros e assim por diante) (BURKE, 2008, p. 84, grifos do autor).

A partir da Nova História Cultural, elenco autores que, desenvolveram trabalhos dentro desse campo teórico, a exemplo de Chartier (1990) e Certeau (1994), que evocam os conceitos e categorias aqui apresentadas para análise das fontes propostas, como práticas, representações e apropriações trabalhadas nesta tese. Para Chartier (1990), a História cultural investiga como a cultura de um determinado local e de uma dada realidade é expressa. A representação para este autor especifica uma particularidade histórica, internaliza as diversas maneiras de dominação e poder entre os grupos sociais. Os sujeitos partícipes desse grupo produzem sua própria cultura e internalizam sua forma de ver o mundo, representando-o a seu modo. Destarte:

As representações do mundo sociais assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a

impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990. p. 70)

Isto demonstra que, por mais que os manuais tentassem impor a representação de uma mulher voltada totalmente para o ambiente doméstico, os grupos sociais acabam forjando determinados contextos de acordo com os seus interesses, justificando suas ações, como era o caso das mulheres pobres, que tramavam outros espaços por questões de sobrevivência, e frequentavam trabalhos fora de casa (o que era condenável pelo momento histórico aqui abordado), a fim de contribuir na renda familiar.

Com relação às mulheres da camada média e alta, elas reproduziam a representação desses manuais, e se inseriam de alguma forma nesse processo de modernização, quando eram incentivadas ao consumo de produtos domésticos modernos, acompanhando o crescimento industrial do país, entretanto, em contradição, as limitavam ao uso de produtos domésticos, exatamente para não tirá-las do espaço do lar. Por isso, corroboro com a tese de uma educação de caráter ambíguo; moderna, mas conservadora.

Os manuais de Economia Doméstica propagavam a representação social de sistemas opressores e padrões dominados de uma época, de maneira que não deixasse a mulher perceber esse sistema opressor, pois o Curso de Economia Doméstica gerava nas mulheres bananeirenses um anseio de satisfação de *status quor*, por pertencer à instituição CAVN, e permitir a ela acesso ao “espaço público”.

Essa era a representação que elas faziam, partindo do pensamento individual, e ao mesmo tempo coletivo, identificando “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990. p. 17). É nessa linha de pensamento que busco compreender as representações do Curso de Economia Doméstica a partir do que ele era, ou de

como ansiava que fosse para as mulheres do brejo paraibano (CHARTIER, 1990). Essas representações devem estar totalmente associadas às práticas sociais. Permitindo que:

Ao renunciar, de fato, à descrição da totalidade social e ao modelo braudeliano, que se tornou intimidador, os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações (fossem elas técnicas, econômicas ou demográficas). Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991, p. 176-177).

Representações são criadas para explicar as relações sociais que permeiam o mundo ao nosso redor. As representações aparecem como cenário de práticas vividas (ou não) com o objetivo de convencer que as situações de fato ocorreram tal como se relata, construindo o mundo social que vivenciaram no passado. Assim, o Curso de Economia Doméstica em Bananeiras trazia representações de um padrão de vida o qual colocava a mulher no espaço público, mas ocupando-a com práticas domésticas, a fim de não “corrompê-la” do seu papel social de boa mãe, esposa e dona de casa.

Essas representações vistas dessa maneira são formuladas e prescritas de acordo com os interesses dos grupos que a estabelecem, os discursos estarão sempre de acordo com a camada social a qual pertence.

As falas são intencionais, com estratégias e práticas que coloca o forte como superior ao mais fraco, visando convencer estes das normas, condutas e morais, daqueles que são tidas como certas. Por isso, Chartier (1990) acredita que as representações sociais estão permeadas de relações de poder, “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 21).

Dessa forma, vou desenhando a hipótese da tese, compreendendo que o Curso de Economia Doméstica, era uma conduta de dominação do grupo social predominante de determinada época, que não emancipam as mulheres, aliás, o

Curso não tinha essa intenção, como é possível ver ao longo do trabalho. As imagens e textos dos manuais de economia doméstica evidenciam claramente essa relação de poder, quando deixam explícito que lugar de mulher é em “casa”. As mulheres que frequentavam o curso (professoras e alunas) apropriavam-se desse discurso “naturalmente”, ao mesmo tempo em que tentavam ressignificar os seus papéis sociais, se inserindo no mundo do trabalho. Chartier (1990) aponta o conceito de apropriação como uma forma desses grupos reinventarem aquilo que lhe é conferido.

Continuando os fios teóricos desse trabalho, utilizo Certeau (1994), para analisar o conceito de *cotidiano*, uma vez que, no Curso de Economia doméstica em Bananeiras, estão presentes as *tramas* da vida escolar – seus modos de organização, suas contradições, suas lógicas, suas produções de sentidos, símbolos, rituais diários, é onde se desenvolve em suma sua *cultura escolar*. É no cotidiano que processam as *artes do fazer*, as operações lógicas que são/foram fabricadas por sujeitos livres e, portanto, criadores. Quanto às estratégias, são modelos tecnocráticos que visam criar lugares e modos de operações no cotidiano com vistas a mapear as ações individuais enquadrando-as em seus modelos pré-dispostos ou pré-configurados. Para o autor, as táticas, então, ocupam-se em alterar e manipular o conteúdo da estratégia, sua lógica, e, portanto, seu poder. Elas instauram “pluralidade e criatividade. Por uma arte de intermediação” (Certeau, 2009, p. 87), conseguindo superar ou contornar, driblando, criando, reinventando a ordem estabelecida ou pretensamente estabelecida.

Nesse sentido, pesquisar, problematizar e ressignificar as tramas do cotidiano escolar torna-se importante na construção deste texto, pois investigar as práticas realizadas no Curso de Economia Doméstica significa atentar para as produções de sentido realizadas na vivência da escola em seu cotidiano. Implica em perceber quais eram as formas dos sujeitos realizarem suas práticas inventivas, estas que dão forma à *cultura escolar*, pois entendo que não somente os saberes pedagógicos e “oficiais” produzem cultura na escola, mas todas as formas de (re)organização, saberes e práticas ordinárias as quais configuram o tecido de toda a rede que concede forma à escola. Aproprio-me do conceito de *cotidiano* de Certeau (1994), para, nesta narrativa, pensar/problematizar/investigar questões do dia-a-dia no curso.

Não há lugares onde não haja liberdade, ou seja, apesar de estabelecer que as estratégias sejam as fabricações/imposições impostas sobre os sujeitos, estes não as consomem sem criticá-las, realizarem suas apropriações dos códigos impostos. As estratégias se impõem enquanto conjunto elaborado para o consumo e, portanto, para a produção de cultura. Sua capacidade de resistência é seu modo de operar diante da estratégia, ou seja, são *táticas* de oposição à opressão social. Estas táticas são as mil maneiras que estes sujeitos reinventam de subverter a lógica da estratégia; são as artimanhas que configuram o modo de proceder diante da imposição. “O repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias” (CERTEAU, 2008, p. 93) é imprevisível, pois baseado na agência e na performance dos sujeitos que usam e consomem o conteúdo da estratégia. Assim:

[...] O consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre ele (que deles se serve e esses produtos (indícios da ‘ordem’ que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menor do uso que faz deles” [...] Os sujeitos traçam ‘trajetórias indeterminadas’, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam (CERTEAU, 2008, p. 95-97, grifos do autor).

Para Certeau (2008), a *estratégia* seria a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição, um curso) pode ser isolado. A *tática* “[...] é determinada pela *ausência de poder* assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2008, p. 97, grifo do autor).

Estudar as práticas cotidianas é uma maneira de dar visibilidade às práticas invisíveis dos sujeitos, que consumiam de acordo com sua arte singular, habilidades próprias com temporalidades e estratégias distintas. Certeau (2008) certifica que essas maneiras de enxergar os usos e consumos, ou seja, as *apropriações* “[...] consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores” (CERTEAU, 2008, p. 103).

Outra categoria abordada neste trabalho é a cultura escolar. Como evidenciado em outro momento, as reflexões teóricas de Dominique Juliá (2001), Frago e Escolano (2001), Faria Filho e Diana Vidal (2004), exploram essa temática no Campo da História da Educação. Esses autores propõem investigar o que ocorre no interior da escola, suas práticas escolares, padrões e normas que são exigidas

oficialmente, mas que muitas vezes não são cumpridas pelos sujeitos que fazem parte da instituição, burlando essas regras e reinventando outras de acordo com o contexto histórico, social e cultural em que vivem. Ressalta-se que:

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização: aqui se encontra a escalada dos dispositivos propostos pela *schooled society* que seria preciso analisar; nova religião com seus mitos e ritos contra a qual Ivan Illich se levantou, com vigor, há mais de vinte anos. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, p. 10-11).

De acordo com o autor, essas práticas só podem ocorrer no espaço formal escolarizado, por isso a necessidade de descobrir quais práticas ocorriam no curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB. Partindo da análise de compreender as entrelinhas presentes nos diários de sala, planos de trabalho, Diário Oficial, fotografias do curso, e, outros documentos que nos permitiram visualizar traços dessa cultura escolar. Não é uma tarefa fácil, pois o pesquisador precisa ter sensibilidade e atenção máxima para cada detalhe, além de ser necessário que haja muita documentação para que possam ser reconstruídas essas práticas. E, nesse caso, sabe-se que muitos arquivos escolares, são postos em total descaso nas instituições, em sua grande maioria lançados ao lixo, ou mesmo se desgastando com o passar do tempo. Com o objeto de estudo pautado nesta tese não foi diferente. Muita coisa se perdeu com o tempo, a própria instituição não tem um acervo específico só do Curso de Economia Doméstica, para guardar a documentação, e, o que restou, foi conservado e guardado com muito carinho, voluntariamente, por um ex-aluno da instituição, já citado no início deste trabalho, Manoel Luiz da Silva (autor das obras do CAVN). Nesse sentido:

Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares. O historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira:

quanto ao século XIX, por pouco que procure e que se esforce em reuni-los, os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande o risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta destes, pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas (JULIA, 2001, p. 17).

A partir dos achados desse acervo (entre eles os manuais de economia doméstica) e entrevistas com ex-professoras (disponíveis em minha dissertação de mestrado, como já deixei explícito no início do texto, e, que faz parte do meu acervo de pesquisa pessoal), que dei continuidade ao trabalho em questão, identificando o que existia na “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13). As instituições para o autor, não são tidas apenas como reprodutoras (conforme trabalhos de outros teóricos, a exemplo de Bordieu, que defende a escola como reprodutora de cultura da grupo dominante), mas também como produtora de outras culturas, e essas acontecem exatamente no interior das instituições, com práticas escolares individuais e coletivas.

A comparação e a análise de Julia (2001), acerca dos estudos da *Ratio Studiorum*⁶, os manuais de economia doméstica eram livros especializados para formar cientificamente a mulher do lar, de hierarquia rica, porém, quando chegavam a um público social de mulheres pobres, esses manuais não eram seguidos de forma rígida, já que estas não disponibilizavam de capital econômico para cumprir o que exigiam os manuais. Nesta perspectiva, os manuais eram burlados, sendo transmitido apenas aquilo que era possível fazer com a maioria das alunas advindas de famílias pobres, no caso da região de Bananeiras.

⁶ “[...] Me limitarei a tomar o exemplo de um texto que teve uma difusão européia; trata-se do *Ratio Studiorum* jesuíta, cuja edição definitiva apareceu em 1599 e serviu de norma aos colégios até a supressão da Companhia em 1773. À primeira vista, o *Ratio* é apenas mais um dos inumeráveis programas de estudos e de lições que foram abundantes no curso do século XVI, detalhando para cada classe autores a serem estudados, partes da gramática a serem aprendidas, exercícios a serem feitos [...] Eu não entraria nos detalhes das modificações que podem ser indicadas entre as diversas versões do *Ratio*, mas vou reter uma única mudança que me parece particularmente significativa. Entre a versão de 1586 e a de 1591, o plano foi completamente alterado. Na primeira, o plano se desenvolve segundo obrigações a cumprir, isto é, segundo o currículo das aulas: trata-se de um programa de lições e de exercícios graduados que parte do curso de teologia para chegar na *ínfima gramática*, isto é, a mais simples aula de gramática. Na segunda versão, a de 1591, e também a de 1599, o plano se desdobra segundo as funções de cada jesuíta no interior dos dispositivos de estudo, desde o papel do provincial até o humilde ofício do porteiro, passando pelo prefeito (diretor) de estudos: aqui é estabelecida uma hierarquia de funções e de poderes especializados, que se imbricam uns nos outros segundo uma arquitetura complexa, mas extremamente precisa” (JULIA, 2001, p. 20-21).

Ainda sobre cultura escolar, corroboro com o discurso que a escola é um lugar de artefato cultural, com discursos intencionais, perpassados até pela arquitetura do local que o constitui. Assim:

Dentro de uma história da escola como instituição social e cultural atenta à micropolítica e à organização interna da mesma, em que a reconstrução arqueológica adquire sentido não pela mera recompilação ou enumeração de objetos _ uma tarefa necessária mas insuficiente _, mas pela sua integração num esquema explicativo que interpreta e dá sentido à realidade assim reconstruída. Uma história que requer uma nova leitura de fontes tradicionais _ estatutos, regulamentos, discursos, memórias... _ e o recurso a outras fontes até agora menos utilizadas, como autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e material de todo o tipo, calendários e horários escolares, inventários e um longo etc. de restos da realidade social e cultural das instituições educacionais (FRAGO, 2001, p. 13-14).

Para Frago (2001), a escola não é um espaço determinado, mas aberto à construção e reconstrução. É exatamente nesse sentido que intenciono aqui a reconstituição da história do primeiro Curso de Economia Doméstica da Paraíba, como um local de continuidades e descontinuidades, permitindo a ressignificação do mesmo. Escolano (2001) defende a arquitetura de um lugar como um programa escolar. E, de fato, percebe-se isso ao observar onde eram ministradas as aulas do Curso de Economia doméstica, o prédio era uma casa. Isso parece óbvio em um primeiro olhar, mas ao analisar atentamente, corroboro com Escolano (2001), que a estrutura arquitetônica está permeada de valores, intenções, subjetividades, normas que direciona o sujeito ao discurso que lhe é proferido. Se o currículo era baseado nas atividades domésticas, nada melhor que um “prédio escolar” sendo uma casa, para dirigir os aprendizados do Curso.

Seguindo as categorias, temos a História cultural, apresentada na visão de Burke (2005), por um viés sociocultural, que irá ancorar todas as linhas teóricas já citadas anteriormente. Sem me estender nessa discussão, pois é um campo teórico amplamente discutido, brevemente discorro aqui, que a NHC, possibilita que falemos desse universo social e cultural do curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, abordando o modo como se produz cultura, e, que esta não é apenas a

cultura escrita, mas a cultura da fala, do corpo, enfim, do cotidiano dos grupos sociais desconhecidos pelas Histórias Políticas e Econômicas.

Dessa forma, a Nova História Cultural permitiu a abertura de novas fontes historiográficas, a exemplo da história oral, a qual permitiu ao historiador sair do conceito de que apenas o documento escrito é considerado fonte. Assim, a partir da história oral (fonte primária da minha Dissertação de Mestrado), acessei outros tipos de fontes, e dessa vez, fontes documentais que mereciam também uma atenção e análise específica, pois os seus escritos enunciavam o cotidiano do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB. Saí da História Oral como fonte primária e priorizei o documento escrito para uma análise os dados. Dessa forma, acredito que:

[...] o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação [...] Todo documento histórico é uma construção permanente (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 12).

Na visão dos autores, a fonte escrita vai oscilar muito, de acordo com as “mãos” que a manuseiam, assim como dependerá também do objeto de pesquisa, contexto histórico, recorte temporal, análise teórica, e etc. A partir do alargamento do conceito do que seria um documento histórico, ampliaram-se também o campo de pesquisa do historiador e, conseqüentemente, as variedades de fontes.

Nesta perspectiva, vários objetos são passíveis de investigação e análise, desde que haja fontes suficientes numa estreita relação entre o contexto e o meio social pesquisado, “[...] analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 24).

Para Le Goff (1984), é conciso buscar nas entrelinhas das fontes documentais as representações e significados daquilo que não foi dito claramente. É preciso levar em consideração que o documento escrito foi produzido dentro de um determinado contexto social, político, econômico, cultural e que por isso não é algo fechado em si, mas passível de várias interpretações, quem o escreveu, para quem, por quê. Assim, a fonte documental é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continua a viver” (LE GOFF, 1984. p. 103).

As fotografias disponíveis foram analisadas a partir de um olhar social e cultural, buscando compreender o contexto de sua produção. Assim:

A fotografia propiciou aquilo que o sociólogo José de Souza Martins chamou de “cultura popular da imagem”. Apesar de ser símbolo de modernidade e urbanidade, a fotografia foi absorvida por sociedades tradicionais, que a transformaram em instrumentos de atualização “moderna” de antigos valores, normas e costumes (LIMA, CARVALHO, 2011, p. 30).

A fotografia enquanto fonte remete a um contexto de produção e, quando problematizada, apresenta aspectos dos modos de ser de uma época, das relações sociais de uma época. Assim, neste trabalho busco fazer a análise das fotografias confrontando com as outras fontes documentais, identificando “[...] elementos que constituem padrões visuais em funcionamento na sociedade” (LIMA; CARVALHO, 2011, p. 45).

Diante desse panorama, passo adiante a discorrer o conceito de modernização conservadora, para consolidar melhor a tese desse trabalho, assim como historicizo o local que abrigou o curso de Economia Doméstica em Bananeiras, fazendo uma interlocução com o contexto nacional.

2 A SOCIEDADE BRASILEIRA DA “ORDEM E PROGRESSO”: modernização, industrialização e ensino

2.1 Modernização conservadora

Quando se fala em modernização, costuma-se apontar fatores de avanços, à frente do tempo que se estava ou ainda está vivendo. O termo está relacionado aos processos de industrialização, urbanização, um olhar voltado para a ciência e meios tecnológicos, saindo do processo de um sistema feudalista para um sistema capitalista. Mas que ao tempo que inclui, exclui muito mais. Como afirma o autor abaixo:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 14).

Marshall Berman,⁷ em suas discussões sobre modernização, procura revelar os progressos e retrocessos da mesma. Trazendo a compreensão de que a modernização acontece apenas para uma parcela da sociedade. E, claro que, nela, não estavam de fato incluídas as categorias sociais marginalizadas. Nesse sentido:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder

⁷ Marshall Berman (1940-2013), filósofo norte-americano, marxista, destacou-se na segunda metade do século XX, por criticar os conceitos de modernidade. Autor de vários livros, ficou conhecido, principalmente, por sua obra: *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1986), fazendo alusão à frase de Marx e Engels, no livro *Manifesto Comunista* (1848).

corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades [...] (BERMAN, 1986, p. 15).

Na fala do autor, destacam-se as contradições desse mundo moderno, e mais que isso, as penalidades da maioria dos sujeitos que estão inseridos nessa complexidade de mudanças. Afinal, uma sociedade moderna para quem? Descobertas científicas a favor de quem? Novas formas de produção, para beneficiar quem? São questionamentos simples de responder, pois quando adentramos a história, percebemos que são transformações que supervalorizam a elite em detrimento do pobre. Na esteira desse processo, compreendo o objeto de estudo do presente trabalho, quando afirmo não ter existido de fato uma modernização para quem frequentava os cursos de Economia Rural Doméstica da cidade de Bananeiras.

A modernização visível existiu para os grandes latifundiários dos anos de 1950, para o crescimento econômico do Brasil, para a burguesia, mas para os pequenos proprietários de terra, trabalhadores, homens e mulheres ricos e pobres, pouca coisa ou nada mudou. Nesse sentido, corroboro com Berman (1986), e defendo a partir dos pensamentos dele a categoria moderna e conservadora como venho expondo desde o início do trabalho. Mas, de onde surgiu o conceito de modernização conservadora e em que contexto foi ancorado?

O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os pensadores nacionais utilizam o termo modernização conservadora sem as devidas mediações históricas e críticas, mas tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional (PIRES; RAMOS, 2009, p. 411).

Esses países com desenvolvimento industrial, mas com uma estrutura totalmente conservadora, tiveram no poder dos grandes proprietários de terras a

permanência dos seus ideais, “os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 415).

Aqui no Brasil, o termo é abordado a partir do elemento político e econômico, sustentando o discurso da antiga elite e bloqueando a ascensão das camadas sociais pobres, ao poder. Dessa forma, “as elites dominantes permaneceram arraigadas na estrutura do poder político nacional, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista nacional” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 417). Percebe-se que:

[...] O controle da fronteira agrária foi crucial para a subordinação das massas rurais. Por outro lado, abria-se espaço para a industrialização e certa migração, cada vez mais acentuada, do campo para a cidade. O baixo custo da força de trabalho podia ser garantido, contudo, pelas limitações da fronteira agrícola e pelo controle político que se exercia sobre a classe trabalhadora, mormente sobre o sindicalismo, o que se deu no Brasil com recurso ao corporativismo estatal, de inspiração fascista. De modo geral, pode-se dizer que a modernidade era paulatinamente implantada entre nós de modo a impedir que um de seus elementos fundamentais, a liberdade, ganhasse muito espaço (DOMINGUES, 2002, p. 461).

Diante dessa conjuntura, o conceito de modernização vai sendo modificado de acordo com contextos e vários discursos das épocas distintas da História, e na educação esse conceito vai perpassar pelos lugares e subjetividades de cada sujeito. Mas é nítido que aqui no Brasil, esse conceito está atrelado diretamente às questões de desenvolvimento econômico. Justificando sempre que, um país moderno é um país desenvolvido economicamente, e, para isso, é preciso investir em diversos setores da sociedade, no caso do presente trabalho: na educação. E, se nos países europeus e norte-americanos, estavam sendo implantadas novas formas de arranjo escolar, a fim de os tornarem países modernos, por que não adotar no Brasil um modelo semelhante? Destaque-se que:

As discussões envolveram parte significativa da elite intelectual em uma rica e complexa reflexão sobre as razões do atraso e a urgência da promoção de mudanças sociais e culturais no país [...] A centralidade adquirida pelas noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, industrialização e escolarização nos projetos que se propuseram a reorientar as políticas de estado voltadas para a organização do sistema escolar. O objetivo é destacar as ideias que vincularam a reconstrução educacional ao projeto do

desenvolvimento econômico e aquelas que associavam a educação ao progresso da nação (XAVIER, 2012, p. 206-207).

De acordo com Febvre (*Apud* Xavier, 2012), as ideias estão vinculadas às formas de vida social e ao modo como são produzidas. Na esteira desses acontecimentos as conotações que os conceitos de modernização, industrialização, escolarização vão contrair ao longo da década de 1950 aqui no Brasil, vão estar inteiramente associadas ao período em que a sociedade brasileira vivencia “mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais sem precedentes na história nacional” (XAVIER, 2012, p. 207).

A sociedade brasileira em transição, uma população que migrava em massa da zona rural para a zona urbana, atraída pelos “ensejos” do processo de industrialização e desenvolvimento, em busca de oportunidades de emprego, era esse o cenário brasileiro no período de 1950 e 1960. E no campo educacional? Que desenho tínhamos do Brasil?

Do ponto de vista educacional, essa rápida expansão dos contingentes urbanos configurava-se como um grande problema social. A intensificação das migrações do campo para as cidades colocava em cena novos atores e alterava a natureza e o volume da demanda por escola. Nas grandes cidades, a rápida expansão da massa populacional e a urgência da sua preparação como mão-de-obra industrial imprimiam à educação escolar não apenas o atributo de direito de todos, mas, sobretudo, o de necessidade de todos (XAVIER, 2012. p. 208).

O discurso do governo era um só: adequar a escola às necessidades econômicas do país. O sujeito teria que se ajustar ao novo modelo de educação que se pedia, era uma condição de sobrevivência, ou se adequava, ou não estaria apto às exigências do mercado de trabalho. E era justamente a escola que deveria formar esse novo profissional, pois era tida como a grande mola propulsora de desenvolvimento social. Nesse movimento:

Na teia dos discursos em prol do ajustamento dos indivíduos às demandas do novo tempo, a escolarização da população foi abordada, ao lado da industrialização, como fator dinâmico do desenvolvimento econômico e do progresso social. Industrialização e escolarização assumiram naquele tempo a condição de elementos intensificadores das mudanças culturais tidas como necessárias para que o desenvolvimento pudesse ocorrer. A educação escolar foi

tratada como mecanismo de promoção da mudança social, seja por seu potencial de formação da mão de obra qualificada, o que promoveria o aumento da produtividade e permitiria a elevação do padrão material da vida da população; seja por sua capacidade de difundir nova mentalidade social, que, com seu rol de consequências práticas, aceleraria o processo de construção da democracia e o ingresso do país no patamar das nações desenvolvidas (XAVIER, 2012, p. 210).

Esse discurso permeava opiniões públicas da época, e colocava na escola a responsabilidade de progresso econômico do país. Essas mudanças vão afetar diretamente o cotidiano da população, porque junto com o progresso veio também a inculcação de uma nova cultura de consumo e começa-se a trabalhar em cima desse quesito. É nesse sentido também que surgem os Cursos de Economia Doméstica aqui no Brasil, com o intuito de influenciar a dona de casa rica a consumir aparelhos modernos e sofisticados, como já evidenciei em outro momento do texto.

Além do mais, para a população pobre, defendia-se o ensino prático, justamente pela necessidade de formação de mão-de-obra especializada, por isso a construção de tantos colégios agrícolas espalhados pelo Brasil. A década de 1950 ficou conhecida exatamente por esse processo rápido de “desenvolvimento”, “mais do que preparar quadros técnico-profissionais exigidos pelo crescimento econômico cobrou-se da escola a função de formar de (sic) uma nova consciência nacional” [...] (XAVIER, 2012, p. 220).

Fica evidente que a educação passou a ser um dos trajetos que iria contribuir de maneira decisiva para esse processo de modernização do país. Os futuros técnico-trabalhadores assalariados seriam a mão-de-obra condutora do projeto: industrialização e modernização. A eles caberia trabalhar incansavelmente em prol da economia e desenvolvimento do Brasil, “[...] a legislação era clara: a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos” (GUIRALDELLI, 1994, p. 86).

Somado a essa divisão de grupo social, a divisão por gênero era gritante. Se o homem tinha que se profissionalizar para acompanhar o “novo projeto” do Brasil, à mulher não cabia ficar de fora. Mas, lógico que as práticas escolares não eram as mesmas para ambos. O próprio currículo já designava essa distinção, quando atribuía o ensino técnico agrícola e industrial para os homens, e, apenas o ensino

doméstico para as mulheres (o que por natureza já faziam, só que agora seria algo institucionalizado, assunto do próximo capítulo), definindo a divisão sexual do trabalho, com atividades “rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligada à assistência, ao cuidado ou à educação” (LOURO, 1997, p.17).

Ressalto que:

A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política. [...] Como mediadora entre o velho e o novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e de disciplina social à instrução em conhecimentos e habilidades básicas. A tarefa atribuída à mulher era “civilizar”, “elevar” e “redimir” o mundo, não transformá-lo (BESSE, 1999, p. 142).

Sem contar que a educação feminina beneficiou mesmo apenas as camadas alta e média, os manuais de educação doméstica analisados nesse trabalho, deixam claro a que público era dirigido. As mulheres do Curso em Bananeiras, em sua maioria pobre, desenvolviam habilidades para servir à hierarquia à qual ela não pertencia, fossem como empregada doméstica, como costureira, cozinheira, ou qualquer outro ofício que lhe era dado a trabalhar. As mulheres economicamente favorecidas frequentavam o curso a fim de se prepararem para o matrimônio e a maternidade. Então, era uma proposta de educação moderna para quem? A partir de quais pontos de vista? A verdade é que a sociedade brasileira de 1950 continuava com sua ordem social tradicional, ao menos nesse sentido da educação entre homens e mulheres. Apesar do discurso de nova ordem social, as desigualdades continuaram, a educação também contribuiu ainda mais para isso, atenuando as relações de poder entre homens e mulheres. Porém, o discurso de modernização, continuava a todo vapor, embasado no processo industrial como caminho indispensável para o crescimento econômico do país. Mas, como afirma o autor abaixo, a modernização foi um processo muito complexo, pois:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar

para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades (BERMAN, 1982, p. 12-13).

E foi exatamente nesse movimento, que a modernização foi aos poucos sendo introduzida e consolidada aqui no Brasil. A sociedade brasileira foi “forçosamente” inserida nesse novo processo. Os projetos educacionais eram palco de disputas no cenário político, todos eles tinham a intenção de transformar a educação em espaço de inclusão da camada pobre no projeto de modernização do país. Porém, essa educação deveria estar voltada totalmente para o processo de trabalho no contexto de industrialização, ou seja:

[...] Nessa perspectiva, as necessidades educacionais para a industrialização preconizada, tais como ampliação da escolaridade em geral, as opções para o ensino médio técnico e o universitário, pois sempre se pressupõe uma preocupação com uma formação adequada a uma sociedade mais urbanizada e mais industrializada que, obviamente, necessitava da cultura escrita, da ampliação da escolaridade primária, de uma mão de obra mais qualificada (DAROS, 2012, p. 199).

Portanto, com um discurso “generoso” de oportunidades de escolarização, mas, na prática, com reformas autoritárias, desfavorecendo totalmente a categoria baixa e colocando os sujeitos que dela faziam parte, como responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país. Confirmando que, naquele momento, a educação com ênfase no ensino técnico principalmente, era o caminho para se chegar a tão sonhada modernização dos países desenvolvidos. E, é exatamente sobre isso, que irei discorrer a seguir.

2.2 Industrialização, desenvolvimento e reformas educacionais

Umas das grandes transformações que a Idade Moderna vai trazer é o novo modo de produção de trabalho, saindo de um sistema artesanal para um fabril, com mais rapidez e produtividade. O trabalho humano foi substituído lentamente pelas máquinas e, para conduzi-las, era necessário mão-de-obra qualificada. Sendo assim:

Esse processo de transformação do trabalho humano desloca massas inteiras da população não somente das oficinas artesanais para as fábricas, mas também dos campos para a cidade, provocando conflitos sociais, transformações culturais e revoluções morais inauditas [...] Em suma: a revolução industrial muda também às condições e as exigências da formação humana (MANACORDA, 1992, p. 270-271).

Na esteira desse processo, os contextos históricos da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais possibilitaram o alargamento do processo industrial em todo o mundo. Aqui no Brasil, a entrada de empresas estrangeiras e grandes estatais também foi um fator decisivo para o desenvolvimento industrial. Grandes indústrias brasileiras foram criadas no período das décadas de 1940 e 1950, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás. O Estado passou a intervir mais na economia, exercendo importante papel no setor industrial articulando o capital nacional e estrangeiro.

O processo de industrialização no Brasil teve início no final do século XIX, ampliado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e foi fortemente intensificado no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o qual criou o Plano de Metas⁸. O ramo industrial começou com a produção têxtil e outros consumos básicos como vestuário, calçados e alimentação. A indústria brasileira foi intensificada, dentre outros fatores, pela migração da população rural para os grandes centros urbanos, além da utilização dos portos e ferrovias que passaram a fazer parte do ramo industrial. O investimento dos grandes cafeicultores na indústria contribuiu também para o seu crescimento.

Todas essas transformações refletiram diretamente na educação e no processo de escolarização dos países de primeiro mundo, e, logicamente, nos países de terceiro mundo também, a exemplo do Brasil, mesmo que em passos lentos. Aqui, a educação por muito tempo esteve atrelada à religião, e, só a partir do período republicano que se começa a pensar em uma educação segregada das instituições religiosas, mesmo assim, uma educação como privilégio das camadas social média e alta, pois “não havia uma rede de escolas públicas respeitáveis, e a

⁸ Durante o governo de J.K. (1956-1961), foi criado o Plano de Metas, o qual tinha o objetivo de formular projetos para alavancar os diversos setores da sociedade, entre eles, a Educação. “[...] Cabendo a Juscelino aprimorar estas áreas ou fazê-las funcionar em toda a sua capacidade para que atendessem às necessidades crescentes da industrialização” (HAFFNER, 2002, p. 43).

que existia voltava-se para o atendimento das classes mais favorecidas economicamente” (GUIRALDELLI, 1994, p. 27). Arelado a esses fatores, havia ainda um crescimento de grupos sociais, oriundo do crescimento industrial e urbano. Dessa forma:

A República, ao contrário do Império, assistiu a uma diversificação crescente do sistema de classes. As oligarquias agrárias, principalmente os setores ligados à lavoura cafeeira, atuaram como classe dominante e dirigente nos 40 anos de duração da Primeira República. Com os surtos de crescimento industrial e urbanização, iniciou-se a formação de uma emergente burguesia e o aumento das classes médias e urbanas. A adoção do trabalho assalariado e a imigração subsidiada pelo Estado proporcionaram o suprimento de mão-de-obra para o campo e o advento de massas operárias urbanas nos grandes centros. Todo esse tecido social que foi se diferenciando ao longo da Primeira República logrou a construção de um sistema de ensino pouco democrático que privilegiava o ensino secundário e superior em detrimento da expansão do ensino primário (GUIRALDELLI, 1994, p. 27).

Era preciso atender todas às classes sociais, dos mais ricos aos mais pobres, surge assim a ambiguidade da política populista do governo de Getúlio Vargas. A revolução de 1930 deu novos rumos ao quadro político do Brasil, e nele, não cabia mais apenas à casta oligárquica. Com a crise cafeeira, era necessário modernizar o país, a partir do modelo europeu de industrialização. Era um “novo Brasil”, com novos grupos sociais emergindo, e Vargas tentava conquistar e agradar a todos. Na esteira desse processo, assim como na economia, Vargas tentava usar as mesmas estratégias na educação, buscando agradar a parte conservadora da sociedade (os católicos) e a parte progressista (os educadores e intelectuais). Muitas reformas foram realizadas, Leis e Decretos instaurados, marcos importante para a educação, a exemplo do movimento da Escola Nova⁹. Portanto:

No campo da educação, as atitudes do governo Vargas caminharam sob os mesmos parâmetros táticos de sua política trabalhista. Logo nos primeiros momentos, após os acontecimentos que encerraram a Primeira República, desenvolveu-se um esforço governamental no

⁹ A Escola Nova foi um movimento de renovação educacional, ocorrido no início do século XX aqui no Brasil, por educadores e intelectuais, reivindicando um novo modelo de educação que garantisse a todos os brasileiros o direito a uma educação de qualidade, independente de classes sociais. Seu principal marco foi o Manifesto dos Pioneiros, um documento publicado em 1932, que entre outras coisas, exigia uma escola pública, gratuita, laica e universal.

sentido de controlar as duas grandes tendências do pensamento educacional esboçado nos anos 20. De um lado estavam as diversas facções conservadoras, e até mesmo reacionárias, muitas delas ligadas à Igreja Católica ou às organizações semifascistas, e que desaprovaram alterações qualitativas modernizantes nas escolas, e muito menos concordavam com a democratização das oportunidades educacionais a toda população. De outro lado estavam os grupos influenciados pelos chamados “profissionais da educação”, os liberais, que desejavam mudanças qualitativas e quantitativas na rede de ensino público (GUIRALDELLI, 1994, p. 41).

O processo de industrialização no Brasil teve forte impacto no cenário educacional brasileiro. Propagavam o discurso de uma nação desenvolvimentista, a partir de uma educação que possibilitasse o desenvolvimento econômico e social do país. Esse discurso propagava-se e instigava a migração da população rural para os grandes centros urbanos, além de expandir que a educação era o fator de progresso econômico da sociedade. Começa, ao mesmo tempo, uma política de concentração e aumento de renda unificada a política do consumismo.

A indústria brasileira começa com uma abertura de importação em massa de bens de consumo e a influenciar o uso de vários produtos industrializados. Todo esse processo almejava a alcançar a meta de um país “moderno”, mas ao mesmo tempo com ideais conservadores no que diz respeito às mulheres, sem de fato ocorrer uma mudança social e econômica em grandes números, fazendo o país acreditar que esse processo de industrialização erradicaria a pobreza, igualando o Brasil aos países desenvolvidos.

Muitas reformas educacionais foram iniciadas na década de 1940, lideradas pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema¹⁰. Conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino, atingiram todos os níveis de escolaridade. Todas as Leis estavam atreladas diretamente às atividades econômicas do país, pois a intenção era uma só: qualificar o brasileiro para assumir cargos nas indústrias.

O parque industrial e a crescente urbanização reclamavam por mão-de-obra técnica, o que levou o governo a cumprir o espírito da constituição de 37, que desejava fornecer ensino profissionalizante às classes menos favorecidas. O caráter do governo - centralizador

¹⁰ Gustavo Capanema foi Ministro da Educação e Saúde durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas (1934-1945), denominado de Estado Novo. Sua política era pautada na ideologia da “ordem e progresso” do país, através da implantação de modelos educacionais que promovessem a “modernização” do mesmo.

monolítico - possibilitou a confecção das Leis Orgânicas do Ensino que, em última instância, consagraram o espírito da Carta de 37 ao oficializarem o *dualismo educacional*. E o que era o dualismo educacional? Era, nas letras da Reforma Capanema, a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares (GUIRALDELLI, 1994, p. 84).

De acordo com o autor acima, o governo impôs de forma autoritária, legislações educacionais que continuavam a segregar os alunos de alto poder aquisitivo para exercer carreiras favorecidas economicamente, e os alunos pobres teriam um ensino limitado, restando-lhes apenas o mercado de trabalho assalariado o mais cedo possível. “O caminho escolar das classes populares, caso escapasse da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes” (GUIRALDELLI, 1994, p. 84). Abaixo, um quadro, ilustrando algumas leis decretadas entre os anos de 1942 a 1946.

Quadro II – Decretos-Lei

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Decreto-lei 4.048	22 de janeiro de 1942
Lei Orgânica do Ensino Industrial	Decreto-lei 4.073	30 de janeiro de 1942
Lei Orgânica do Ensino Secundário	Decreto-lei 4.244	9 de abril de 1942
Lei Orgânica do Ensino Comercial	Decreto-lei 6.141	28 de Dezembro de 1943
Lei Orgânica do Ensino Primário	Decreto-lei 8.529	02 de janeiro de 1946
Lei Orgânica do Ensino Normal	Decreto-lei 8.530	02 de janeiro de 1946
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	Decretos-lei 8.621 e 8.622	10 de janeiro de 1946
Lei Orgânica do Ensino Agrícola	Decreto-lei 9.613	20 de agosto de 1946

Fonte: ROMANELLI, 2007, p. 154.

Por todos os Decretos-lei acima listados, fica explícita a inquietação de deixar os sistemas de ensino adequados à preparação profissional da sociedade. Ora, se o Brasil passava por um processo de industrialização e “modernização”, era preciso trabalhadores qualificados para atender as demandas do mercado de trabalho, e trazer de fora esse serviço especializado, não era interessante ao governo. Era preciso formar essa mão-de-obra no próprio país. Destarte:

Até essa altura, não existira uma política adequada de formação de recursos humanos para a indústria, porque esta se vinha provendo de mão-de-obra especializada, mediante importação de técnicos. O processo de guerra estava dificultando essa importação, do mesmo modo que dificultava a importação de produtos industrializados. Isso suscitava um duplo problema para o Estado: de um lado, ter de satisfazer as necessidades de consumo da população com produtos de fabricação nacional (portanto, acelerar a substituição de importações) _ o que significava ter de expandir o setor industrial brasileiro e, com isso absorver mais mão-de-obra qualificada _ e, de outro lado, já não poder contar com a importação desta, pelo menos no mesmo ritmo em que ela se processava. Daí o recurso para o engajamento das indústrias no treinamento de pessoal. (ROMANELLI, 2007, p. 155).

Dentro dessa política de engajamento profissional, as Escolas de Ensino Agrícola têm grande destaque, pois passam a formar um número considerável de trabalhadores capacitados a atuar nos diversos campos de trabalho, desde a “[...] agricultura até as grandes indústrias agrícolas” (ROMANELLI, 2007).

Todas essas reformas deixam claro que o currículo era distinto para ricos e para pobres. O ensino Secundário continuou de modo elitista, pois não eram todos que tinham acesso ao mesmo, apenas a categoria alta e média. À camada baixa restou o ensino profissionalizante. A reforma Capanema procurou oferecer um ensino público e obrigatório para as camadas populares, a partir do ensino primário, deixando explícito o currículo dualista a que se propunha. O ensino Secundário levava a elite para os cursos Superiores, e, o ensino primário iniciava o aluno nos conhecimentos úteis ao mundo do trabalho. Com isto,

[...] No Curso Primário elementar e complementar, estavam presentes disciplinas de caráter pragmático, que deveriam tratar da formação do indivíduo (vida social, saúde, arte e educação física), além da formação para o trabalho (conhecimentos gerais sobre o trabalho, conhecimentos das atividades econômicas da região e

trabalhos manuais, com o objetivo de revelar e desenvolver aptidões) (ZOTTI, 2004, p. 117).

Como se pode ver, o ensino primário era insuficiente para que o aluno pudesse avançar nos estudos, as instituições de ensino deveriam encaminhar esses alunos para o mercado profissional, visto a necessidade socioeconômica e o contexto histórico vigente, de um país em desenvolvimento industrial, “com o desenvolvimento industrial, a educação primária, juntamente com os diversos cursos profissionalizantes, começa a fazer sentido” (ZOTTI, 2004, p. 133). E, é nesse processo que o CAVN vai se institucionalizar enquanto Escola Agrotécnica, e, posteriormente como Colégio Agrícola, deixando de ser Patronato. E é sobre isso que irei abordar no texto que se segue.

2.3 Da construção de Patronato a Colégio Agrícola

Os objetivos que fundamentam a criação do Patronato de Bananeiras eram consonantes com o contexto social do país. No plano nacional, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela tentativa de adequação das classes dominantes às transformações socioeconômicas que estavam em andamento (SANTOS, 2015, p. 39).

É dentro desse contexto, de acordo com a autora acima, que surge o Patronato em Bananeiras, local que abrigou em seu território o Curso de Economia Rural Doméstica (objeto de estudo do presente trabalho). Nesse sentido, se faz necessário, mesmo que brevemente, abordar a história desse lugar, uma vez que, ele foi cenário de uma educação sexista, onde as relações de gênero eram totalmente demarcadas por espaços e papéis diferentes entre os homens e mulheres.

A cidade de Bananeiras é uma região conhecida desde sua origem por possuir terras férteis, foi colonizada a partir de doações de sesmarias ainda no século XVII, tornando-se cidade somente no ano de 1879. É também conhecida por sua identidade religiosa, arquitetônica, histórica, geográfica, e, turística, o que a faz ser uma das cidades mais importantes da Paraíba. Historicamente marcada pelo predomínio de oligarquias rurais, grande produtora de café, teve forte desenvolvimento com a chegada da linha férrea, o que permitiu não apenas na

cidade de Bananeiras, mas em todas as cidades do Brasil que eram privilegiadas com a construção, um crescimento econômico e urbano, conforme destaca o autor a seguir:

A implantação das estradas de ferro foi importante não apenas porque permitiu o escoamento mais rápido e a custos bem menores do café, nosso principal produto de exportação. Na verdade, as ferrovias constituíram-se na base de um processo de urbanização e industrialização. Com efeito, em torno de cada estação desenvolvia-se um núcleo urbano [...] (SAVIANI, 2013, p. 188).

A construção da linha do trem proporcionou grande desenvolvimento para a cidade de Bananeiras, atraindo muitas pessoas a morar na cidade. Além do mais, instituições de grande importância instaladas na cidade, a exemplo dos Telégrafos, contribuíram também para seu rápido povoamento. Uma “simples” cidade do interior, mas que se constitui em importante cenário social, cultural, político, histórico e econômico, como nos mostra os autores abaixo, a partir do Patrimônio cultural da cidade:

Estação ferroviária de Bananeiras: edificada ainda em 1922 e inaugurada em 1925, a estação ferroviária de Bananeiras foi construída pela Great Western, sendo oficialmente desativada em meados de 1970. Igreja Matriz Nossa Senhora do Livramento – Tal patrimônio ainda remonta os anos de 1763. Sua atual configuração é ainda do século XIX. Instituições educacionais como o Colégio Sagrado Coração de Jesus (fundado em 1918. Atual Escola Municipal de Ensino Fundamental “Profª Emília de Oliveira Neves”). Grupo Escolar Xavier Júnior (fundado em 1934) e o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros (datado de 1924). Edificação religiosa que compõe o Cruzeiro de Roma: Datada de 1899, tal construção se localiza a 500 metros de altitude da serra e faz parte do roteiro de algumas peregrinações, como a dos romeiros de Padre Ibiapina. Prédio dos Correios e Telégrafos: resguarda a mesma configuração arquitetônica, datada de 1835 (ANDRADE *et al*, 2017, p. 8).

Segundo os autores citados, um dos patrimônios históricos da cidade de Bananeiras é o Colégio Agrícola, antes denominado de Patronato, instituição incluída em um projeto de âmbito nacional, que visava “acolher” as crianças que não tinham lares e que viviam perambulando pela sociedade, muitas vezes, sendo denominadas de marginais e sujeitos de alta periculosidade para as famílias de bens. Assim, em 1918 o governo autoriza a criação de Patronatos Agrícolas, a fim de “instruir” essas crianças no mundo do trabalho a partir de uma educação com

aprendizados de ofícios, que impulsionasse uma mão de obra barata e qualificada, a favor do Estado. O objetivo era adequar a educação ao desenvolvimento econômico do país. Assim:

[...] Depois da libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento da força de trabalho necessária a seus empreendimentos, e tiveram que propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Diversas atuações voltadas ao controle social foram implementadas, e os patronatos agrícolas se apresentaram como alternativas para diminuir a defasagem técnica do meio agrícola, implantando e disseminando o ensino agrícola no meio rural (SANTOS, 2015, p. 39).

De acordo com a autora acima, era preciso formar novas forças de trabalho, e os Patronatos Agrícolas serviam como reprodutores na prática, dessa ideia. Atrelado a isto, ainda propagavam o discurso de assistencialismo e proteção, ao menor abandonado. Na esteira desse processo, instituído como deveriam ser os patronatos, iniciam-se várias construções dos mesmos em diversas localidades agrícolas espalhadas pelo país, dentre elas, o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros em Bananeiras, que teve suas primeiras construções em 1920. Abaixo uma fotografia do Patronato com estrutura física já avançada:

Figura 1 - Patronato Agrícola (1930)



Fonte: Arquivos do CAVN

A foto acima é do Patronato Agrícola no ano de 1930. Nela, temos a estrutura física do mesmo, em um ritmo bem avançado, pois já se pode ver que além do pavilhão que abrigava os alunos, ao lado, a residência onde se instalava a família do Diretor. Com uma arquitetura de boa aparência, em relação ao local onde ficavam os menores, já se consegue perceber as relações de poder e hierarquia dentro do mesmo espaço institucional. Temos também crianças trabalhando, capinando o mato, prática comum nos patronatos brasileiros na época, de ocupar sempre os menores com atividades braçais, como esta, por exemplo. Com o discurso vigente de estar protegendo essas crianças, ensinando-lhes algum tipo de ofício para se ocupar. Dessa forma:

A visão das escolas profissionalizantes como espaços de assistência social é bastante recorrente na historiografia da Educação brasileira. A filantropia e a caridade coexistiram com as iniciativas do Estado de Contenção da pobreza, ambas imbuídas do interesse em conter e assistir aos pobres e dessa forma, evitar o agravamento dos problemas sociais. Àqueles a quem não chegava a “ajuda” eram então, considerados vagabundos ou criminosos (SANTOS, 2015, p. 27, grifos da autora)

E foi exatamente com o discurso de combater a criminalidade, somado ao contexto histórico, social, político e econômico por qual passava o país, com o processo de industrialização e modernização, que a cidade de Bananeiras foi uma das escolhidas para fazer parte desse projeto de construção de instituições agrícolas. Com uma localização apropriada, clima propício, terras férteis, e, principalmente, por ter sido doado um grande terreno na época, foi que se construiu o patronato na cidade. Pode-se dizer que:

A construção do Patronato em Bananeiras não foi fácil, além do custeio da mão-de-obra, havia o transporte dos materiais de construção, que antes de chegar até Bananeiras passavam pelo Porto de Cabedelo, sendo transportados posteriormente pelo trem da Great Western, e, só depois era levado para a cidade do brejo paraibano nos lombos dos animais e carros de bois [...] (SANTOS, 2014, p. 38).

Mesmo com todas as dificuldades, o Patronato foi inaugurado em 1924, abrindo suas portas para as crianças de todas as regiões, principalmente crianças pobres que não tinham onde morar. Seu patrono foi Dulphe Pinheiro Machado. O Patronato foi tão importante, que, chegou a ser o terceiro melhor Colégio Agrícola do Brasil. Com o discurso “dócil” de ajudar essas “crianças marginalizadas”, o governo apoiava a criação e manutenção desses institutos, garantindo que estariam formando cidadãos de bem, a fim de não corromper a sociedade com a criminalidade que, porventura, eles chegassem a fazer, caso tomassem outros “rumos”.

A verdade é que, grande parte daqueles menores desvalidos, seriam apenas transferidos dos sanatórios e casas de recuperação, para os colégios agrícolas instalados em cada região do país. O Patronato Agrícola em Bananeiras, foi um dos primeiros a funcionar no Nordeste, de acordo com isto:

Com a posse de Epitácio Pessoa, na Presidência, as atividades continuaram, desta feita na Paraíba, quando dar-se início ao trabalho em janeiro de 1920, em que o Ministério da Agricultura autoriza o engenheiro José de Oliveira Lopes Ribeiro visitar a região, juntamente com o inspetor Agrícola Federal Diógenes Caldas, - como convidado para acompanhá-lo na viagem de inspeção, a fim de estudar a fundo a viabilidade para a instalação de uma unidade de ensino agrícola (SILVA, 2004, p. 37).

A instituição sofreu diversas modificações, tanto em termos de estrutura, quanto em cursos e denominações, até chegar a ser definido como Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN), atendendo o público do ensino técnico, e, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atendendo atualmente, o público de nível Superior. Passou pela gestão de vários diretores¹¹, que contribuíram de maneira significativa para sua expansão e consolidação, conforme nos afirma a autora abaixo:

Um dos elementos presentes na organização do Patronato Agrícola de Bananeiras era sua estrutura hierárquica, representada ao topo pela figura do Diretor da instituição. O regimento interno, código disciplinar que regia a conduta de todos os envolvidos na vida interna do estabelecimento centralizava as decisões nas mãos do diretor. Como um cargo de poder de grande importância, o de diretor permitia ao seu ocupante relacionar-se com os proprietários de terra e comerciantes da região para encaminhar os jovens egressos do Patronato para o trabalho no campo ou nas cidades, bem como estabeleciam relações de proximidade com as autoridades políticas e policiais do estado (SANTOS, 2015, p. 43).

Como toda instituição, o Patronato mantinha uma rotina marcada por pouca escolaridade e muitos trabalhos práticos. Um cotidiano que visava desenvolver nos internos da instituição a visão de que aquela educação era para benefício deles, pois além de saírem de lá com uma profissão, estariam contribuindo para a melhoria do meio rural, e, principalmente, para o progresso do país. Assim, a rotina do patronato seguia com:

Além de o interno estudar as disciplinas teóricas em gerais, participava dos trabalhos de oficinas, práticas de agricultura, aração e gradagem, jardinagem, horticultura, limpeza interna, serviços de cozinha e copa, de acordo com a escala semanal, de modo que pudesse aprender as mais diversas atividades - artes em madeira, ferro e couro, afora o serviço de beneficiamento do fumo em corda, despulpamento de arroz, nas culturas de subsistência, reflorestamento, fabricação de doces. No setor pecuário aprendia a lidar com os animais domésticos (suínos, bovinos, equinos, coelhos, aves, abelhas), trabalhava na fabricação dos produtos derivados do

¹¹ Nesse trabalho realço os nomes de dois diretores, os quais foram de suma importância para o curso de Economia Rural Doméstica (nosso objeto de estudo) em Bananeiras: Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira (1947-1955) e Roberto Djalma Guedes Pereira (1955-1959). O primeiro destacou-se por criar o Posto de Puericultura dentro da instituição do CAVN, e, logo depois, transformá-lo em Curso de Economia Rural Doméstica. O segundo destacou-se por ter dado continuidade ao Curso, e, mais ainda por intensificar as atividades do mesmo, enfatizando mais ainda o papel da mulher no lar.

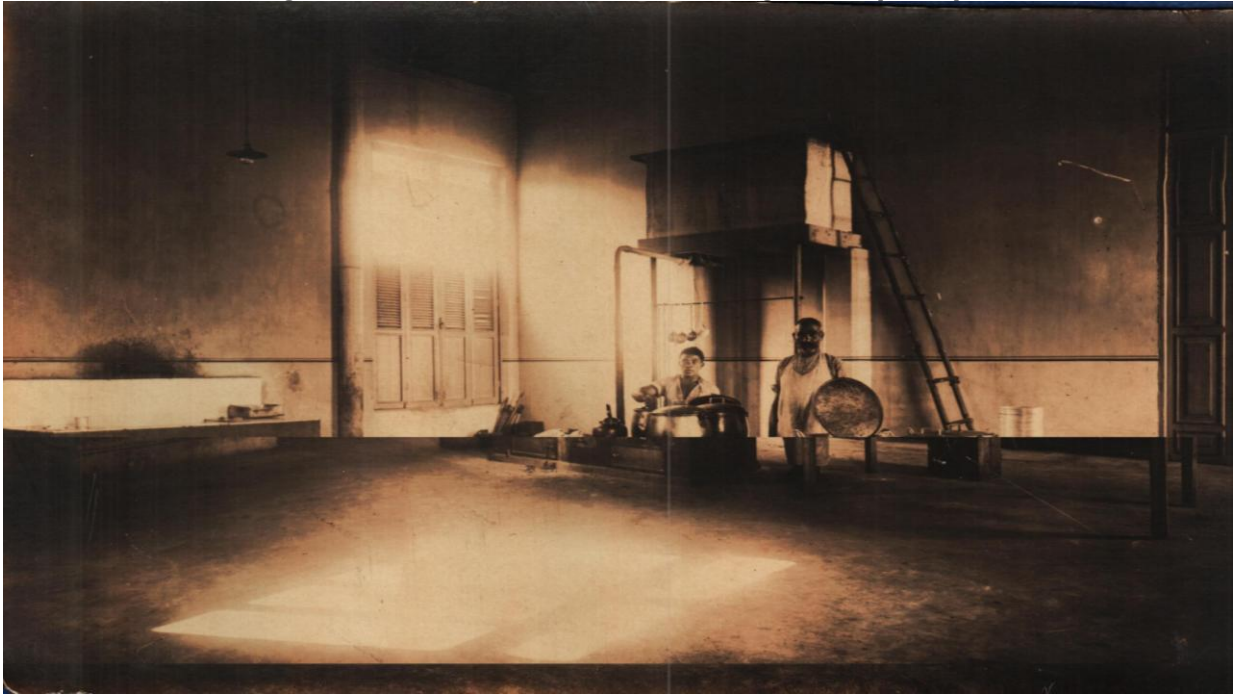
leito, carne, cuidava da implantação de campos de forragens, manejo de pastagens, entre outras atividades (SILVA, 2004, p. 117-118).

A representação que o autor faz da rotina do curso é de acordo com a “romantização” que ele tinha/tem da mesma, mas os internos do Patronato viviam sob-rígidos ensinamentos cotidianos semelhantes ao quartel militar. Havia toda uma rigidez quanto a horário de dormir, acordar, refeição, atividade profissional, punições severas para quem desobedecesse às ordens da instituição. A resistência era algo corriqueiro entre os alunos que faziam parte da instituição. Era um cotidiano muito intenso, e, muitos deles, não se sujeitavam àquele modo de vida. Eles reagiam ao sistema, fugindo do local, como uma forma de dizer não a toda disciplina e controle transmitidos pelo Patronato, “traçam ‘trajetórias indeterminadas’ aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (CERTEAU, 2009, p. 91, grifos do autor). Mesmo usando de estratégias para escapar daquela educação aos moldes militar, boa parte deles eram “recapturados”, e alocados outra vez na instituição. O autor abaixo relata com detalhes como era o dia-a-dia dos alunos:

Outra semelhança com o militarismo era a rigidez do horário. Acordavam às 6h00 da manhã, cumpriam suas atividades em sala de aula ou na agricultura e só paravam às 11h00, almoçavam e tinham um curto período para o descanso, interrompido às 13h00 para o retorno das atividades que só teriam pausa às 17h15 minutos, horário do jantar. Após a refeição todos recebiam instrução moral, cívica e religiosa [...] Percebe-se que a instrução militar era constante no currículo do Patronato, total disciplina e comportamento promoviam o aluno que se destacasse para participar do Batalhão Escolar do Patronato [...] (SANTOS, 2014, p. 38).

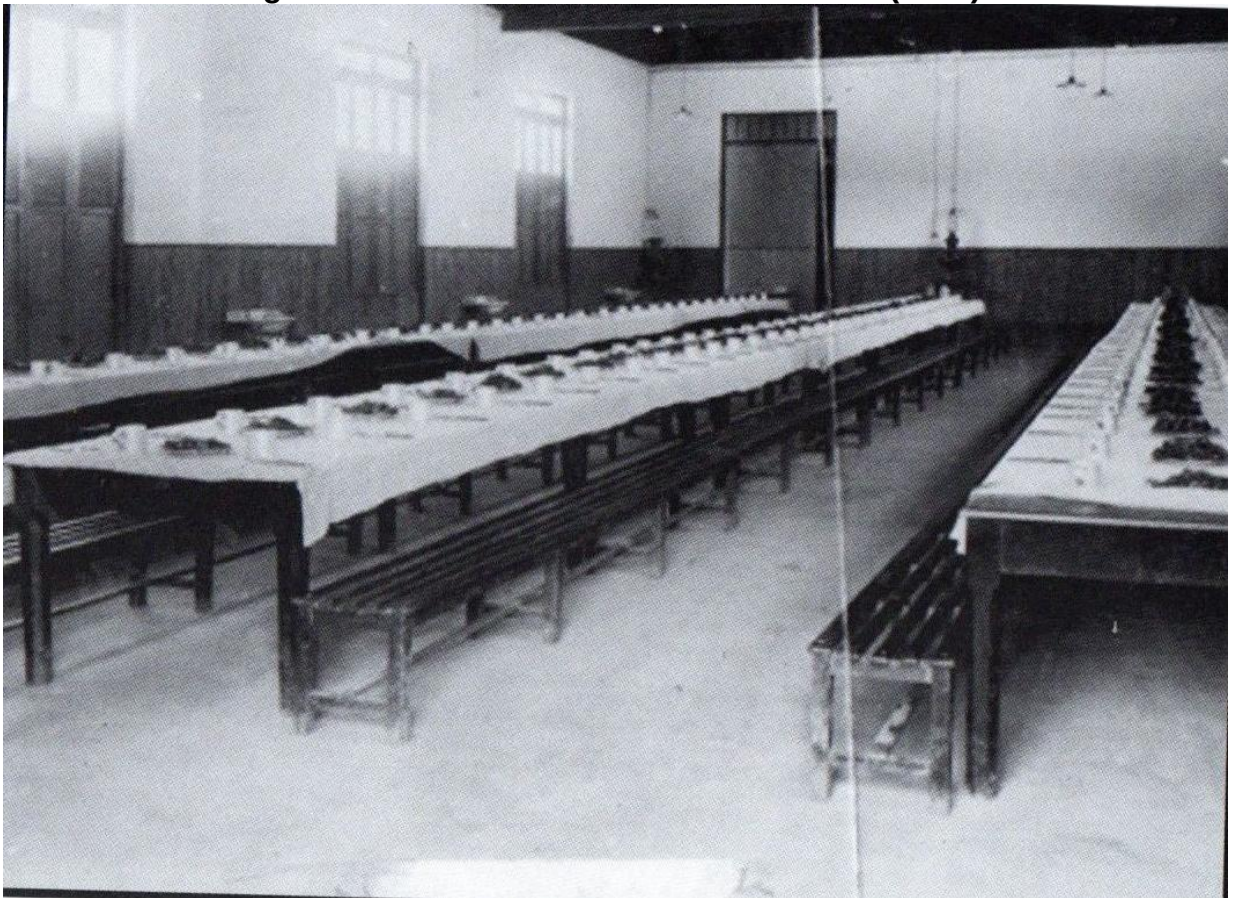
A precariedade dos refeitórios pode ser percebidas nas fotografias a seguir. E de acordo com a alimentação que era servida, “sopa, pão, tubérculos e outros ingredientes” (SILVA, 2004, p. 122). Os dormitórios com características militares, camas em filas, com os espaços arrumados com total disciplina. Vejamos as fotografias abaixo:

Figura 2- Cozinha do Patronato Agrícola (1926)



Fonte: SILVA, 2012, p.38

Figura 3 - Refeitório dos menores internos (1927)



Fonte: Silva, 2012, p. 38

Figura 4 – Dormitório dos menores internos



Fonte: SILVA, 2012, p. 40

As fotografias da cozinha e do refeitório estão mais nítidas ainda quanto à falta de higiene e instalações adequadas para uma alimentação digna dos alunos; a hora da refeição um prato à mesa (com uma leve alimentação, como o autor acima mencionou) e uma xícara, provavelmente de café ou leite, constituía a alimentação desses internos, que durante o dia seriam “explorados” em diversos trabalhos agrícolas, características de um sistema opressor, dirigido aos grupos sociais extremamente pobres. A foto do dormitório revela o descaso que se tinha com os alunos do Patronato, camas de ferro, com colchões de espessura fina, o espaço aglomerando, todos em um só cômodo, e, o local com uma estrutura apenas de quatro paredes e uma cobertura, sem o mínimo de conforto. A educação na década de 1920 ainda era uma educação elitista, oferecida com qualidade a quem tinha poder econômico, aos pobres e desvalidos, só restava serem inseridos, porque não dizer “forçados”, no novo modelo industrial do país, e, acelerar com seu trabalho a economia do mesmo. Pois:

A década de 1920 marcou a educação brasileira mais pela discussão do que propriamente pelos resultados concretos [...] O governo federal manteve-se praticamente omissos em relação aos graves problemas da educação, promovendo várias reformas que apenas reafirmavam os interesses da elite, priorizando o ensino secundário e superior (ZOTTI, 2004, p. 70)

Dessa forma, o sistema de ensino continuava a reproduzir a cultura dominante, e as desigualdades de gênero, raça, cor, grupo social, continuavam a fazer parte do Currículo da escola, que trazia em sua “face” a não neutralidade das relações de poder existentes em nossa sociedade brasileira. Aos ricos era dada uma educação intelectual, e aos pobres uma educação braçal. A educação tradicional era fortemente presenciada nas unidades de ensino agrícola, assim como em outras instituições de ensino, uma vez que, os alunos eram avaliados pelo produto final de suas atividades realizadas, com classificação de notas e punições para aqueles que não atingiam o mínimo posto pela instituição.

A rotina da instituição era a mesma estabelecida para as unidades de ensino técnico. Pouco se aprendia acerca de disciplinas que promovessem a formação do pensamento filosófico, apenas algumas noções básicas de ler, escrever, e, contar. O que eles deveriam aprender mesmo eram as profissões que os fizessem ingressar no mercado de trabalho, afinal essa era a intenção da educação no contexto da sociedade em processo de industrialização e modernização, da época. Assim, os alunos aprendiam os mais diversos ofícios, se profissionalizavam em “[...] carpinteiros, seleiros e ferreiros, e a produção de materiais eram vendidas aos agricultores da região [...]” (SANTOS, 2014, p. 43). Além disso, os alunos eram responsáveis por produzir as próprias vestes para as mais diferentes atividades que desenvolviam no CAVN. Vejamos as fotografias abaixo:

Figura 5 - Alunos com vestimentas para atuar no trabalho das máquinas e motores agrícolas (1930)



Fonte: Silva, 2012, p. 133

Vejam que as vestimentas nos reportam aos fardamentos que o proletariado usava para trabalhar nas fábricas e indústrias, além do mais, a fisionomia desses alunos é visivelmente raquítica, corpos magros com características de desnutrição, com semblantes de pessoas fisicamente cansadas, cansaço este, proveniente das duras jornadas de trabalho por quais eles passavam. Um sistema desumano que obrigava esses alunos do Patronato Agrícola em Bananeiras, e, de outros Patronatos, a se submeterem. Isso só nos revela o descaso que o Estado continuou apresentando à educação da época, e, que a “modernização”, não chegava de fato para todos. Aos pobres continuavam as mais difíceis amarrações de uma educação totalmente conservadora, voltada apenas para a instrução ao mundo do trabalho. Isto nos mostra que:

[...] Esse perfil colocava a educação em segundo plano, pois a produção agrícola não exigia uma formação letrada para a população. A educação continuou sendo artigo exclusivo daqueles destinados a direção da sociedade [...] Na sociedade agroexportadora, a instrução escolarizada não era necessária àqueles que produziam os bens materiais. A escola e o currículo, aqui entendido como o conjunto de disciplinas a serem

desenvolvidas no curso, foram pensados para atender à formação da elite no intuito de garantir a perpetuação de suas ideias e interesses (ZOTTI, 2004, p. 82-83).

De acordo com a autora, não havia nenhum interesse por parte do governo de proporcionar uma educação igualitária para todos, mesmo depois do Movimento da Escola Nova, que exigia uma escola de qualidade, com propostas que beneficiavam também a camada dos trabalhadores, as reformas educacionais não saíram muito dos papéis, pois fazer isso, seria proporcionar a esses jovens desamparados, estruturas de ascensão social. Essa prática, vai se intensificar ainda mais nas décadas posteriores, com a representação do trabalho técnico em prol da economia do país, serão os anos da Ditadura Militar. Se pela primeira vez, segundo Zotti (2004), a disciplina de caráter moral e cívico aparece no Currículo em 1930, será no período militar (1964) que ela vai ser intensificada, nos currículos das escolas.

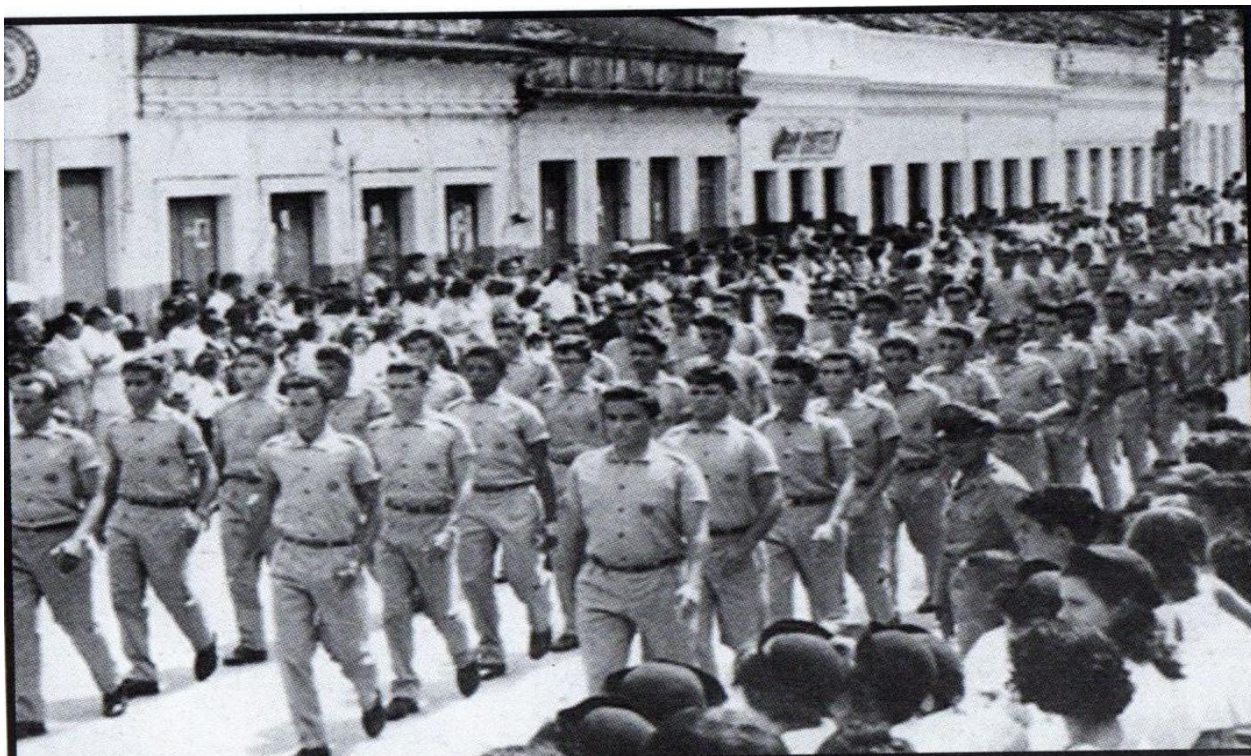
Entretanto, Romanelli (2007) aponta que a educação de caráter militar avigorava a ideia do governo de um modelo educacional moral e cívico. Em Bananeiras, assim como em todas as outras regiões, essa característica era muito acentuada no currículo, uma educação exacerbada voltada para o patriotismo, os alunos faziam parte inclusive, de grupos de escoteiros no CAVN. As fotografias abaixo nos dão uma dimensão dessa educação patriota:

Figura 6 - Sessão solene de entrega de Diploma (1961)



Fonte: Silva, 2012, p. 69

Figura 7 - Alunos do CAVN em Desfile Cívico 07 de setembro (1964)



Fonte: SILVA, 2012, p. 40

Na primeira fotografia, temos as autoridades do CAVN, Diretores, Professores, convidados importantes, a exemplo de políticos, como já foi mencionado em outro momento, inclusive a figura de um padre, que além de simbolicamente representar o poder que a religião ainda detinha, era um dos professores da instituição. Na parede o grande símbolo de amor à Pátria: A Bandeira Nacional, com as palavras de cunho ideológico “ordem e progresso”. A foto que se segue logo depois, são alunos (todos os homens) em dia de festa cívica e em posição de marcha, representando o dia 07 de setembro e a “Independência do Brasil”, exatamente no ano que o mesmo viveu o Golpe Militar. Várias Leis e Reformas serão implantadas mais uma vez, fazendo mudanças inclusive nos nomes das instituições:

A partir do ano de 1964, a instituição passou a denominação de Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros”. Poucos anos depois (1968) a mesma ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação, e administrada, pela Universidade Federal da Paraíba, mediante o Decreto nº 62.173 de 25 de janeiro do ano citado, transformando-se em Campus Universitário [...] (SILVA, 2004, p. 65).

A política de ensino técnico é amplamente consolidada, e, mesmo tornando-se Universidade, o CAVN continuou formando inúmeros técnicos agrícolas nas mais diferentes áreas do setor agropecuário, acatando ordens de um governo militar, que defendia uma economia pautada na industrialização, colocando na educação a responsabilidade de desenvolvimento econômico do país. Como deixei claro, não pretendi reconstituir a história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, apenas abordar brevemente, para situar o local que abrigou o curso de Economia Rural Doméstica por aproximadamente quase 5 décadas.

Em relação à conjuntura a nível nacional e local, onde estavam as mulheres dentro desse projeto de país moderno e industrializado? Como inseri-las nesse cenário, mas ao mesmo tempo, deixando-as em seu espaço privado? É exatamente essa preocupação que o governo terá quando o papel social da mulher toma novas conotações dentro da sociedade. Se os homens estavam em massa fazendo parte desse processo de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e históricas, onde a mulher estava posta nesse plano? Como fazê-la se tornar também fabricante e consumidora dos produtos modernos e industrializados, mas sem a elas

dar liberdade para a vida pública? É exatamente sobre o esse espaço dado a mulher na sociedade brasileira da década de 1950 (que é o meu recorte temporal), que discorro seguir.

3. O CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA EM BANANEIRAS/PB: REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR

Os Cursos de Economia Doméstica tem suas origens nos países europeus e norte-americanos, por volta dos séculos XIX e início do século XX. Esses cursos foram criados com o objetivo de auxiliar as famílias elitistas a gerenciar o seu orçamento doméstico, em uma época em que, os países de primeiro mundo, estavam avançando no processo de desenvolvimento econômico através da industrialização. Sabe-se que todo processo educacional, vai surgir de acordo com o contexto histórico, político, cultural, social e econômico, de uma dada época. E foi exatamente em um período de fluxo imigratório, da necessidade de transmitir essa cultura de como saber lidar com um lar (passada de geração em geração, mãe/filha), e, também da necessidade de adentrar no mundo do trabalho, que estava as portas da sociedade, que o curso foi sistematizado para uma visão escolarizada, a fim de atender as moças da camada alta, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, berço dos respectivos cursos. Dessa forma:

O curso surgiu com o objetivo de dar conhecimentos à dona-de-casa para que pudessem resolver seus problemas originados por: — chegada de imigrantes e Migração interna; , — dificuldades na transmissão de tradições referentes ao papel da mulher no lar, de mãe para filha; — a necessidade de entrada da jovem no mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar; e - a modificação da situação da mulher no lar, passando de atividades desenvolvidas em casa para atividades fora de casa (MEDINA, 1974, p. 41 apud BRASIL, 1980, p. 11-12).

São nessas condições que o curso surge nesses países. Porém, no Brasil, ele irá surgir em outras condições, embora o governo brasileiro quisesse ter “copiado” o modelo europeu e norte-americano, aqui, o curso teria outra conotação, pois o currículo do curso, tal como era naqueles países, será implantado aqui, em grande parte, de outras maneiras, devido ao público o qual receberia esses ensinamentos domésticos. Se lá fora, as moças eram de casta alta, aqui, será em sua maioria, de camada baixa, e os ensinamentos com modelos principalmente americanos serão postos em prática nas casas das poucas famílias de porte médio e alto, existentes em nossa nação.

Sendo assim o curso surge no Brasil para atender o modelo econômico do país, o qual já evidenciei em capítulos anteriores, e ao lado do medo de “perder” a mulher (da categoria alta) para a vida pública, trata-se logo de inseri-las nesse modelo de educação doméstica escolarizada. Para uma parte das mulheres da camada média, o curso será como uma formação de magistério, a fim de que elas ensinem mulheres da cidade e do campo a se inserir nesse processo de educação. Para as mulheres pobres, restariam as proporções de um ensino profissionalizante, para ajudar nas despesas de casa, continuar exercendo trabalho nas fábricas, servir melhor como empregada aos grupos mais abastados, e, também continuar reproduzindo o papel que lhe cabe na sociedade: o de filha, esposa e mãe. Assim:

Infere-se assim, que cabia à Economia Doméstica estimular a ação educativa e preparar as gerações femininas para os futuros deveres maternos, domésticos e sociais. Os objetivos da formação profissionalizante seriam atingidos nas formas de atuação das mulheres na sociedade, principalmente na industrialização nas quais nasciam as enormes fábricas e as cidades se tornavam formigueiros humanos, pois a urbanização provocava o êxodo rural contra o qual era preciso lutar. Considerando a importância da fixação do homem ao campo, além de visar o “progresso” das comunidades rurais, foi necessário estimular a presença, no meio rural, de pessoas esclarecidas, para orientar essas atividades. Contudo, como não havia pessoas com formação adequada para esse tipo de trabalho, os governantes sugeriram a criação de escolas especializadas [...] (FERREIRA, 2012, p. 107).

É também nessa conjuntura, como afirma a autora acima, que vai nascer os cursos profissionalizantes no meio rural, como o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, na Paraíba. O discurso de naturalização do saber doméstico, é que vai institucionalizar os cursos, como veremos mais adiante. De acordo com o caráter e grau dos cursos, como já deixamos registrado, o primeiro curso superior de Economia Doméstica, surge em Minas Gerais, na década de 1950. Ao longo dos anos, todos os cursos vão sofrer muitas mudanças, desde o profissionalizante e de magistério, até os superiores, vão ter seu auge na década de 50, 60, mas vão começar a perder forças a partir da década de 1980, onde muitos irão fechar suas portas, como será o caso do Curso em Bananeiras/PB. Aqui na Paraíba, funcionava outro curso de Economia Rural Doméstica, de acordo com Astolfo Bandeira (1989), na cidade de Souza, mas em nível de magistério, o qual teve suas atividades iniciadas em 1955 e encerradas em 1979.

Portanto, diante dessas palavras iniciais, levando em consideração que o objeto de estudo está situado no contexto histórico da década de 1950, e que o modelo de educação feminina propagado na época era o de uma educação doméstica/escolarizada, fez-se necessário historicizar e compreender até aqui, a origem do processo de industrialização/modernização no Brasil, e, agora, a inserção da mulher nesse projeto de vinculação da tríade família/educação/trabalho. Nesse sentido, como eram as representações das mulheres no contexto de 1950? Como se institucionalizou o curso de Economia Doméstica no Brasil? Como era o cotidiano escolar do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB. Essas e outras questões serão respondidas nos textos que se seguem.

3.1 As representações femininas e a educação da mulher na sociedade brasileira de 1950

Com a migração da população do campo para a cidade, a vida nos centros urbanos começa a ser mais agitada, mesmo em cidades interioranas, como Bananeiras, na Paraíba. Principalmente porque nessas cidades havia instituições renomadas, que atraíam pessoas de todas as localidades. Além do mais, os fatores econômicos fortemente influenciados pelo processo de industrialização e urbanização modificaram a vida das pessoas, mesmo que em algumas camadas, a exemplo das mulheres, essa mudança não tenha sido tão visível, mas de certa forma, houve uma alteração no cotidiano da população brasileira de meados do século XX. O discurso era o de produção do trabalho e consumo, em uma sociedade pautada em crescimento e falácias de modernização. Era o período de mudanças. A imprensa anunciava aos quatro cantos do país a era do progresso, as novas oportunidades de educação para as mulheres, e de trabalho para os homens.

Grandes acontecimentos históricos contribuíram para alargar o espaço da mulher na sociedade. Em escala mundial temos a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914-1918; 1939-1945), que impulsionaram forçosamente a mulher a sair dos seus lares para cuidarem dos feridos nas guerras, assim como trabalharem nas tarefas de produção das fábricas de tecelagem, por exemplo. Importante destacar que:

Internacionalmente, é um momento de particular importância para a participação das mulheres no mundo do trabalho: elas se tornam

necessárias como substitutas dos homens que vão para as frentes de luta - e essa participação, razoavelmente longa, poderá provar sua capacidade funcional e eficiência social. Não obstante, o mesmo movimento ideológico que direciona as mulheres para fora do monopólio da domesticidade em favor do “esforço de guerra”, como se dizia então, findo o conflito, redireciona o fluxo de trabalhadoras para “à volta ao lar”, para cuidar dos “heróis cansados”... e lhes deixar os postos de trabalho. (MOTTA, 2012, p. 88, grifos da autora)

Na fala da autora acima, identifico claramente que, embora seja dada à mulher a “abertura” de sair do espaço privado (nem que fosse para continuar cumprindo o papel que desde sempre exerceu, o de cuidar dos homens), há a preocupação de não permitir grandes aberturas, “poder”. E, por isso, tratam logo de recolhê-la ao seu local de origem: o lar. Na prática, o que se via mesmo era a manutenção do papel da mulher como sujeito responsável por sustentar os padrões conservadores da família e a harmonia no lar. Continuavam a atribuir-lhe o dever de continuar propagando uma educação que mantivesse o modelo patriarcal, o que as definia como arquétipo ideal de feminilidade, de ser mulher, além disso, “as leis também enfatizam as imagens da mulher exclusiva ou prioritariamente dedicada ao lar e a procriação” (PINSKY, 2014, p. 18).

Por outro lado, o contexto do processo de industrialização e modernização, forçosamente levava a mulher da camada pobre, a se inserir nos espaços públicos a partir do mercado de trabalho. Nessa conjuntura, não cabia mais um discurso de resguardar a mulher apenas no espaço privado, pois a mesma ia gradativamente adentrando outros espaços e ganhando força, principalmente no mundo do trabalho fabril (ressaltando aqui a mulher pobre, as mulheres da categoria média e rica adentravam os espaços públicos por outros meios de trabalho, a exemplo do magistério, rara exceção de poucas mulheres pobres). Assim:

Uma população adulta que pudesse trabalhar nas nascentes fábricas, consumir os produtos que começavam a ser produzidos em larga escala e compor os batalhões dos exércitos e das armadas tonava-se necessária [...] Nas zonas rurais, esse pensamento era ainda mais arraigado que na cidade, uma vez que as meninas, além de executar os serviços domésticos, eram obrigadas a atuar nas lides agrícolas (AREND, 2012, p. 68-76).

A sociedade brasileira do início do século XX ficou dividida entre discursos conservadores e modernos. De um lado, a mulher deveria limitar-se ao espaço privado, e, de outro, havia a necessidade de participação das mesmas no espaço

público (mundo do trabalho urbano, pois na zona rural, as mulheres marginalizadas sempre trabalharam no campo para prover o sustento da família). Na esteira desse processo, uma série de reivindicações oriundas dos movimentos feministas iniciadas na década de 1920 conclamava as mulheres a participarem do espaço público na sociedade. O modelo tradicional de mulher começa a ser questionado abrindo espaço para a consolidação de novos papéis sociais atribuídos a ela, enfrentando grandes conflitos com os discursos conservadores, que a limitavam ao espaço privado do lar. Além disso, o processo de modernização atrelado à urbanização acelera a urgente necessidade de equiparar o homem e a mulher nas diversas esferas da sociedade, começando pela educação e perpassando pelo mundo do trabalho.

As relações entre ambos vão ganhando nova forma diante de toda a conjuntura sócio-histórico-política e econômica nas décadas de 1940 e especificamente em 1950. O movimento feminista teve importante participação na luta pela inserção da mulher em todo esse contexto. É claro que todas essas mudanças nas relações de gênero não foram recebidas com satisfação pela sociedade conservadora da época, que ainda muito influenciada pela igreja católica, defendia a mulher como protagonista do lar, se opondo a vê-la exercendo papel fora do âmbito doméstico.

Nas décadas seguintes é que se dará o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, no setor de consumo coletivo - nos serviços públicos e no comércio e em profissões reconhecidas como femininas (professoras, enfermeiras, assistentes sociais) - paralelamente a uma maior escolaridade. Mas ainda permanecem os preconceitos contra o trabalho feminino (MOTTA, 2012, p. 89).

Mesmo com certo avanço no que diz respeito à inserção feminina no espaço público, essas mulheres não eram de fato “livres”, e os anos de 1950 caracterizavam-nas nos mais diversos “tipos” existentes na sociedade brasileira na metade do século XX. O comportamento das mulheres denunciava o meio social ao qual pertenciam, o que gerava fortes preconceitos sobre as mesmas. Destarte:

Nessa época, as mulheres estudam, trabalham, circulam - porém, não estão realmente livres; nem de prescrições de comportamento, nem dos preconceitos e da vigilância crítica do seu entorno social. As que circulavam muito eram “rueiras” e, portanto, “má influência” para as “mocinhas de família”; as estudosas eram “de gabinete” e,

portanto, pouco aptas a serem “boas esposas e mães”; as que saíam com rapazes e trocavam carícias mais ousadas eram “programistas” e “fadadas a não se casar”. Casar-se: o grande objetivo das mulheres de então. (MOTTA, 2012. p. 92, grifos da autora).

Era esse o pensamento de ambiguidade dos chamados “Anos Dourados”. Por um lado a mulher teria acesso até certo ponto à vida pública, e, por outro, continuaria consciente de que ser mulher era desempenhar com êxito o papel designado naturalmente: o de ser filha, esposa e mãe, resguardada ao lar. Os anos de 1950 continuam com o discurso de que mulher honesta era aquela que estava totalmente dedicada ao matrimônio e à maternidade. E, embora a sociedade estivesse passando por todo um processo de transformação social, econômica, cultural e histórica por causa da industrialização, e mesmo a mulher tendo alcançado algumas conquistas, a exemplo do voto e o direito à escolarização, o pensamento continuava a ser um só: não afastá-la das lides domésticas:

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina _ impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico - também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais - ocupações e o cuidado dos filhos e do marido - e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional (PINSKY, 2012, p. 608).

É nesse contexto que o Curso de Economia Rural Doméstica, objeto de estudo desse trabalho, propagava através da educação na cidade de Bananeiras/PB, o papel da mulher, citado pela autora acima. Como defendi em minha Tese, uma educação conservadora, mas que tinha aparência de moderna, ao abrigar o discurso de que a mulher estava acessando mais o espaço público, por meio do trabalho e da educação escolar, mas restringindo esse trabalho e essa

educação a habilidades domésticas. “As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça” [...] (PINSKY, 2012, p. 610).

Era “perigoso” abduzir as mulheres de suas casas. Além do mais, ela deveria ser o modelo de moral e bons costumes que sustentava e mantinha erguida a família. A mulher digna para casar, era exatamente a que conservava um padrão tradicional de educação, que sabia cuidar do lar, dos filhos, do esposo, que cultivava os traços de fragilidade típicos do ser feminino. As literaturas da época incentivavam esse modelo de mulher/mãe/esposa. Os veículos de comunicação deixavam claro que, lugar de mulher é em casa, ou em um Curso de preparação para aprender de forma científica a cuidar melhor do seu lar. Na década de 1950, as jovens moças de família deveriam dar bons exemplos.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras (PINSKY, 2012, p. 609-610, grifos da autora).

O discurso de modernização para as mulheres só chegava em forma de publicidade que estimulava o consumo dos produtos que estavam sendo fabricados para uso doméstico, fora isso, o arquétipo de boa moça continuava. Claro que essa prática era mais comum entre as moças da camada média e alta, pois a pobre não tinham poder aquisitivo para consumir tais produtos, mas em relação à boa conduta e moral, saber se comportar, era regra para todas as mulheres. Além disso, deveriam se manter puras até o casamento, pois não se admitia casar-se com uma mulher que não tinha mais “honra”. A maioria das mulheres que assim procedia era marginalizada pela maioria dos homens, e apenas usadas sexualmente, mas não consideradas dignas de serem levadas ao altar. O casamento continuava a ser o

grande trunfo da mulher dos Anos Dourados. Era comum o namoro culminar na formação de uma família.

O namoro era considerado uma etapa preparatória para o noivado e o casamento. Sendo assim, as moças não deveriam perder tempo ou arriscar-se com namoros que não tivessem chance de conduzi-las ao matrimônio [...] O amor era considerado importante para a união conjugal, mas não o suficiente para garanti-la. Dificuldades financeiras, diferenças de classes, problemas familiares, preconceitos sociais eram algumas das barreiras reconhecidas e reforçadas contra as uniões fora dos padrões. *As mulheres vivem para o amor*. Romantismo e sensibilidade eram, nos Anos Dourados, características tidas como especialmente femininas, sendo que toda uma literatura estava disposta a alimentar esta inclinação (PINSKY, 2012, p. 616-618, grifos da autora).

Toda a conjuntura que a autora menciona acima deveria ser ensinada às mulheres, como ela deixa bem claro, as literaturas traziam essas características. Esses escritos eram um preparo para o casamento, por isso deveriam saber exatamente como se comportar em um lar, a fim de manter uma família harmoniosa e feliz, responsabilidade totalmente da mulher, de acordo com as autoras que escreviam sobre o assunto. Pode se comprovar ao visualizar a página de um dos índices dos manuais de economia doméstica, que fazia parte do currículo do Curso em Bananeiras.

O índice traz em suas primeiras páginas a consagração da mulher no lar, justificando o seu papel na sociedade, como nobre e de muita responsabilidade, em seguida começa o discurso de higiene, ensinando “cientificamente”, como a mulher deixar uma casa limpa e de acordo com as regras sociais da época, “[...] a higiene na sua criação foi referendada justamente pelo seu caráter utilitário, uma condição necessária ao mundo moderno urbano-industrial” (BARRETO, 2010, 69). Abaixo, o índice de um dos Manuais de Economia Doméstica:

Figura 8 - índice do manual: Curso de Economia Doméstica, de autoria de Helen H. Laitem e Frances S. Miller (1953)

ÍNDICE	
PREFÁCIO	1
Cap. I — O lar é uma sociedade	5
Que é a família, 5	
Que é um lar, 11	
Cap. II — Os irmãos	18
Por que devo aprender a cuidar dos meus irmãos me- nores, 18	
Como poderei auxiliar meus irmãos mais moços a se desenvolverem fisicamente, 19	
Como poderei auxiliar o desenvolvimento mental dos meus irmãos menores, 35	
Como poderei desenvolver a sociabilidade nos meus irmãos menores, 41	
Como podem os jogos contribuir para o desenvolvimento dos meus irmãos menores, 52	
Irmãos mais velhos, 55	
Cap. III — Horas de recreio e de lazer	57
Que é lazer, 57	
Qual o valor da folga, 59	
Em que consistem algumas atividades recreativas, 63	
Que devemos saber sobre a amizade para que possamos desfrutar maior satisfação nos nossos momentos de lazer, 64	
Como poderemos transformar em uma atividade recrea- tiva o ato de receber amigos em nossa casa, 71	
Qual o valor do "hobby", 76	
Cap. IV — Higiene cotidiana	79
Como manter-me com boa saúde, 79	
Como conservar-me limpa, 84	
Um exame físico, 92	
Cap. V — Três refeições por dia	99
Por que três refeições por dia, 99	
Que significa alimentação adequada, 100	
Que alimentos nos fornecem energia para as atividades diárias, 103	
De que serve a proteína na construção e renovação do corpo, 108	
Quais os minerais necessários ao corpo, 110	
De que modo a alimentação auxilia o crescimento nor- mal do corpo e o protege contra enfermidades, 118	
A organização das três refeições diárias, 125	
Técnica culinária, 128	

Fonte: Arquivo do CAVN

Esses manuais circulavam muito na década de 1950, na sociedade brasileira, para instruir a moça que ansiava o casamento. Mas, nele não continha nada a respeito de assuntos sexuais, pois ainda não havia abertura suficiente para tratar desse assunto, embora as moças obtivessem através de pessoas da família alguma

informação sobre relações sexuais, todavia os manuais e outras literaturas tinham o objetivo mesmo de ensinar a nobre missão de se constituir um lar. Sendo assim:

[...] Os parâmetros morais de manutenção da instituição familiar legítima continuavam prevalecendo sobre qualquer outra forma de relacionamento; a questão não era tanto facilitar a vivência do sexo quanto preparar os jovens para a vida matrimonial e a procriação. Os manuais instrutivos mais popularizados e os artigos de revistas femininas que tratavam do tema não falavam em prazer, mesmo para as mulheres casadas, e sim em realidade e ser enfrentada, missão a ser cumprida - a maternidade, necessidades do casamento, obrigações conjugais. As palavras “sexo”, “relações sexuais”, “virgindade” e “educação sexual” praticamente não apareciam nas revistas para mulheres (PINSKY, 2012, p. 620).

De acordo com Pinsky (2012), não há dúvidas de que o processo de urbanização modificou muito os padrões culturais e sociais da década de 1950, tanto nos grandes centros urbanos, quanto nos interiores. Só que nas grandes capitais essa mudança era bem mais nítida, uma vez que estava dotada de sujeitos pertencentes à camada média e alta. No interior das cidades, poucas eram as famílias que detinham o poder e ascensão econômica, e, as moças pobres dessa região não acompanhavam todo o padrão de vida exigido nas literaturas para preparação do casamento. O máximo que elas faziam era manter uma vida “digna” de moral e bons costumes, além de aprender as prendas domésticas necessárias para conduzir um lar, fosse o seu, fosse o do lugar no qual ela trabalharia futuramente, por vezes, como empregada doméstica.

De certa forma, os Anos Dourados traziam uma impressão de liberdade, pois à mulher era dado “acesso” à vida pública, mas na verdade não poderia de forma alguma ser algo que a escandalizasse, tudo deveria estar pautado nos bons exemplos de uma moça que buscava acima de tudo o caminho vindouro do casamento. Isso não impedia que muitas delas burlassem as regras e fugissem dos padrões tradicionais exigidos pela sociedade. Nesse sentido:

Tantas preocupações, regras e advertências não impediram que muitas moças, com maior ou menor ousadia, fugissem aos padrões estabelecidos. A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade das roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta ou abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade - para viver prazeres eróticos muito além dos limites definidos (PINSKY, 2012, p. 622).

Por outro lado, a década de 1950, devido ao contexto de industrialização, houve uma participação da mulher no mercado de trabalho (nesse caso, a mulher pobre), a necessidade de ocupar, principalmente cargos nas fábricas de tecelagem, postos de puericultura, professoras de ensino primário, dentre outras funções. A mulher, mesmo sendo orientada a manter os padrões tradicionais de uma sociedade patriarcal, ganhou espaço público de alguma forma. Porém, era com muito preconceito que elas eram vistas, por isso a necessidade logo de introduzir no currículo escolar (como forma de controle e dominação) disciplinas e cursos que não permitissem à mulher se afastar tanto assim do seu lar, alegando que seu lugar é no seio da sua família. Conforme nos mostra o texto de um dos manuais de economia doméstica (fonte de nosso trabalho) a seguir:

Apresentamos neste livro um extenso curso introdutório sobre economia doméstica. O nosso objetivo é procurar desenvolver nas leitoras o interesse pela vida do lar, fazendo-as compreenderem, ao mesmo tempo, todas as responsabilidades que a vida doméstica impõe. Pretendemos alcançar tal fim, indo de encontro às necessidades e interesses das alunas, procurando melhorar-lhes a personalidade e facilitar-lhes cada vez mais seu ajuste social dentro do próprio lar (Curso de Economia Doméstica, 1953, p. 01).

Trabalhar fora de casa para uma mulher da camada média ou rica era vergonhoso, então trataram logo de dar-lhe um espaço que a preservasse enquanto mulher de honra e de família. Durante a década de 1950, temos um modelo de comportamento a ser seguido pelas mulheres, práticas e regras a serem incorporadas, o natural dando espaço ao pedagógico, uma representação em construção que precisava legitimar-se. Portanto, qual a melhor maneira de não transgredir a moral e os bons costumes da mesma? Dando-lhe uma educação doméstica escolarizada. É exatamente sobre isso que iremos discutir no item seguinte.

3.2 A formação doméstica tradicional e o saber doméstico escolarizado

Arelado a um discurso ideológico de inserção da mulher no espaço público e ao mesmo tempo ao projeto de industrialização e desenvolvimentismo pelo qual passava o país, a sociedade abre as portas para a mulher ser incorporada à vida

pública através de Cursos de Economia Doméstica oferecidos em instituições técnicas agrícolas. Uma educação pautada no discurso modernizador, e, ao mesmo tempo, com características conservadoras, dando à mulher o direito de apenas aprender aquilo que na prática ela já realizava: as atividades domésticas. Porém, agora seria de uma maneira formal, através de um curso específico e de uma instituição escolar. Assim, a época considerava-se que: “[...] é recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina” (ROMANELLI, 2007, p. 159).

Para Louro e Meyer (1996), era preciso explicar dentro da moderna sociedade industrial porque o fazer doméstico não era algo aprendido mais “naturalmente” pela mulher. Era preciso elucidar a estreita relação entre a formação técnica e a formação para o lar, tendo o saber doméstico como articulador de todo o processo educativo. Destarte:

[...] A resposta a essa questão estaria na perspectiva dos (as) educadores (as) de então, exatamente na saída das jovens da escola para o trabalho e seu possível despreparo para as tradicionais tarefas de dona-de-casa. Mais ainda, havia que considerar que a administração e o cuidado do lar tinham se tornado mais complexo na moderna sociedade; novas máquinas e tecnologias haviam sido introduzidas; ser mãe era uma tarefa também diferente na medida em que a mulher trabalhava fora; outros conhecimentos passavam a ser considerados imprescindíveis para a educação da criança (como a Psicologia e a Puericultura), além de a organização do orçamento doméstico, a importância da poupança, enfim, as consequências econômicas da administração do lar, passarem a ter um significado nunca visto considerações (LOURO; MEYER, 1996, p. 139-140).

Dessa forma, a preparação para o lar e a vida doméstica precisava fazer parte do currículo escolar a partir de cursos específicos para isso “O discurso de que a mulher tinha como principal missão ser mãe, esposa e uma ótima dona de casa, veio se intensificar” (SANTOS, 2014, p. 49). O significado da palavra Economia doméstica é de origem grega e significa dizer: administradora do lar. No currículo educacional brasileiro, o ensino de prendas domésticas foi oficializado através do Decreto-lei 1.331/1854 assinado por Couto Ferraz. Desse modo:

Deveria compreender desde conhecimentos elementares de trabalhos de agulha até os de economia doméstica - cozinha, manutenção da roupa, cuidados com a limpeza da casa, do jardim e do galinheiro, são temas recomendados. O ensino desses conteúdos

deveria contribuir para uma reforma moral, propagando o gosto pela ordem, pela higiene, considerada uma manifestação do sentimento de dignidade. Assim sendo, a disciplina deveria ser de interesse de todos, mas, principalmente, destinada à educação das classes populares. Os trabalhos manuais comportam uma dimensão moral: inspiram as meninas/moças ao amor à ordem, permitem adquirir as qualidades sérias de uma dona-de-casa e criam mecanismos para colocá-la em guarda contra os gostos frívolos e perigosos (BASTOS; GARCIA, 1999, p. 83).

Essas “pequenas” prendas domésticas, mais tarde se tornariam saberes escolarizados, através de cursos específicos para tal fim, com um discurso de aprendizado moderno, sendo assim: “[...] precisaram ser revestidos de uma roupagem escolar e acadêmica para serem considerados “aptos” a integrarem os currículos e programas” (LOURO; MEYER, 1996, p. 139-140). Na esteira desse processo, é criado o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras no final da década de 1940, mas que só teve suas atividades intensificadas de fato na década de 1950. Tendo à frente o então diretor, Roberto Djalma Guedes Pereira, o Curso teve ampla repercussão e anuência na cidade.

É importante ter clareza que, os cursos de Economia Doméstica por todo o país estavam atrelados às instituições de ensino técnico agrícola, devido à política profissionalizante de preparar jovens de grupos marginalizados para atuar de maneira técnica no campo. Assim, para as moças da zona rural, profissionalizar-se no curso de Economia Doméstica, era obter também, de alguma forma, uma renda para ajudar nas finanças da família, uma vez que seus trabalhos, desde corte e costura à culinária, lhes possibilitavam alguma forma de ganho. Já para as moças da zona urbana, ser diplomada no curso de Economia Doméstica possibilitava-lhes serem vistas como moças prendadas e aptas para fazer um bom casamento.

A Escola Agrotécnica de Bananeiras foi o primeiro estabelecimento de ensino da superintendência do ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura a manter em funcionamento esse tipo de curso [...] Previsto na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com o fim de prover a educação da mulher da zona rural, nos diversos misteres do lar, uma vez que ela representa um dos alicerces, como primeira educadora do ser humano, na nobre missão de mãe (BANDEIRA, 1989, p. 24-25).

De acordo com o autor, não era suficiente promover uma educação apenas para o homem da zona rural, mas a mulher também deveria acompanhar esse

processo educacional, não com os mesmos direitos dos homens, mas, de alguma forma, estaria aprendendo também algum ofício. Nas imagens que se seguem, de um jornal que foi publicado na gestão do Diretor Roberto Guedes, observa-se a importância que o Curso tinha não só da cidade de Bananeiras, mas em regiões circunvizinhas:

Figura 9 - Jornal: Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros” S/A

Escola Agrotécnica «Vidal de Negreiros»:

Escola Correccional a Educa

quatro anos a serviço da causa agrícola do Nordeste -
administração do agrônomo Roberto Guedes Pereira

Texto de J. Pessoa — Fotos de Waldomiro

BANANEIRAS, 20 — aguardávamos do transporte varia até a. E. vemo a obser pontica da ve tão nossa co que, há muito, vamo. Efetiva da mudou. Nas s esquinas, ca res. Aqui e ali, as da rua prim- tumeiros ajun le todas as noi omis nas pe ades interiora e discute as úl rias que trouxe indo no ônibus ou da cidade a Grande. Nas sas conecidas gir um cumpri- ossa passagem. do «Her Cen ramonos em li e papo» com al antes com os demos a conhe- nadores rodeios, uma apresenta- s prenas, reve- tivo da nossa conversa enve tema preferido a situação de «Vidal de Ne asferidos para Inbelocimantos

trução da atual Escola Agrotécnica «Vidal de Negreiros.» Ocupava nessa época a direção do nosso Estado o sr. Solon de Lucena e na Presidência da República encontrava-se o ilustre paraibano Epitácio Pessoa. Completadas as suas instalações veio dirigir o Patrono Agrícola de Bananeiras (primeiro nome que recebeu o novo educandário) o técnico José Augusto da Trindade.

Foi, a princípio, uma



Engenheiro agrônomo Roberto Guedes Pereira

so de Extensão de Economia Doméstica, onde moças pobres da região, filhas de agricultores, muitas vindas dos municípios de Solânea e Serriaria, recebem, de um corpo de professoras especializadas sob a direção da srta. Clementina Augusta de Medeiros, aulas práticas de culinária, corte e costura, bordados, horticultura e higiene, podendo avaliar a capacidade assistencial daquele importante estabelecimento, o que ratificado pelas visitas seguintes que fizemos ao Posto de Puericultura «Júlio Cavalcanti Lopes», o único existente em toda região (compreendendo os municípios de Bananeiras, Solânea e distritos vizinhos) e a Escola Rudimentar Mista do INEP, que também recebe ajuda da «Vidal de Negreiros», nos levaram a considerar com mais precisão a obra inestimável que vem realizando o sr. Roberto Guedes à frente daquele conceituado educandário. Um total de 400 crianças são atendidas semanalmente pelas dedicadas funcionárias do Posto



VISTA PARCIAL DA ESCOLA — A «Vidal de Negreiros» presta bons serviços prestados à comunidade local, mas um educandário

ser alcançada, esta o núcleo de Zootecnia (Estábulo, Poceira, Ajadário e Aviário,) dirigido pelo renomado veterinário, sr. Aluísio Araújo, que vem emprestando à operação

da «Vidal de Negreiros» manejam pesadas máquinas agrícolas. Tratoristas, várias máquinas são utilizados no Curso de Arado Tratoristas, no qual contamos, também, com

Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 10 - Jornal: Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros” S/A

fredo Dantas na Grande, esfalando das

CONTA-TO-ES NOVAS

buscar uma propriedade A paisagem ao longo da se nos acastur er tantas vézora para nós, todo especial. gorn, depois ga ausência, es.

ormos o gran de alvenaria o início das centes ao pa «Vidal de Ne divisávamos, as luzes dos is próximos. pois, eramos esença do dicandário, en rônimo Ro Pereira que, e nossa mis mpanhou até Hóspedes, ou a passar a

IO SÉCULO STENCIA

nício no ano bras de conu

doar) recente instituição rudimentar e daí salam portadores de cursos profissionais, aptos a ganhar a vida.

anos, por diversas tra. formações de natureza a ministrativa passou então o Patronato de Bananeiras a chamar-se Aprendizado Agrícola «Vidal de Negreiros», tendo, finalmente, em 1946, sendo então diretos o engenheiro agrônomo Astolfo Bandeira, com a criação dos cursos médicos de Agricultura, Zootécnica e Indústrias Rurais, subido à categoria de Escola Agrotécnica.

UM EDUCANDÁRIO MODELO SOB UMA ADMINISTRAÇÃO OPERANTE

Quinta-feira, 21 — Logo pela manhã, após o café que nos foi servido no amplo refeitório da Escola, fomos levados pelo sr. Roberto Guedes, a percorrer suas demais dependências.

Por toda parte, desde a cozinha, ao refeitório, dormitório e salas de aula, patenteava-se na limpeza e ordem gerais, a presença de uma administração eficiente, nascida da cooperação mútua entre dirigentes e dirigidos.

Em nossa visita ao Cor

nenhuma dúvida, o ponto alto da frutífera gestão do jovem agrônomo, é a campanha que visa o autoabastecimento da Escola através da intensificação do plantio das chamadas culturas de subsistência (mandioca, milho, frutas etc.) que são preferidas a qualquer outro cultivo. Na meta visada pela atual administração, meta esta que não enfraquece a

com o Ministério da Agricultura e a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, inúmeras reivindicações de melhorias para o educandário que dirige foram feitas; não faltando na ocasião, a solícita cooperação dos parlamentares conterrâneos Argemiro de Aguiar e José Joffil, do ministro Fernando Nabreca.

Entre as aquisições feitas na viagem em apreço salientam-se o moderno gabinete de Física e Química, que será instalado

minação dos males av saladores do latifúnc forma ali os seus só dos mais valorosos — técnicos agrícolas.

CURSOS MINISTRAD E ENTIDADES INTERNAS

Além dos cursos ag técnicos de Agricultura Zootécia e Indústria Rurais, mantém anu

Puericultura e Economia Doméstica — Visão da considerável obra assisten do educandário bananeirense. O Posto de Puericultura, Dr. João Cavalcanti Lopes e o Cu de Exatidão de Economia Doméstica, estão entre as suas dependências anexas m importantes. Um total de 400 crianças são atendidas semanalmente e moças brejeiras, nos si sos de arte culinária, costura e bordado, preparam-se para os encargos do lar



Fonte: Arquivo do CAVN

O jornal não tem data, mas como foi na Gestão do Diretor Roberto Djalma Guedes Pereira (1955 a 1959), e, no jornal logo acima, lê-se: “quatro anos a serviço da causa agrícola do Nordeste”, provavelmente foi publicado no último ano de sua gestão, em 1959. O jornal deixa claro que o Curso de Economia Doméstica de Bananeiras era destinado às moças pobres da região (embora, mais adiante,

através de depoimentos de ex-professoras, veremos que algumas moças de maior poder aquisitivo frequentavam também), filhas de agricultores bananeirenses e cidades circunvizinhas. Deixa claro que, o corpo docente é formado por professoras especializadas, sob a direção da senhorita (Normalmente se referia assim a quem era solteira) Clementina Augusta de Medeiros (a Orientadora do curso), compondo o currículo com aulas práticas e as seguintes disciplinas: Culinária, Corte e Costura, Bordados, Horticultura e Higiene. Outro destaque na fala de quem escreveu o jornal, é que deixa claro o assistencialismo do curso (palavra comum, utilizada nos manuais de economia doméstica, como veremos mais adiante).

Na imagem seguinte, mesmo que desgastada pelo tempo, percebe-se que são fotografias das aulas do Curso de Economia Doméstica, e tem aproximadamente a seguinte legenda:

Puericultura e Economia Doméstica _ Visão da considerável obra assistencialista do educandário bananeirense. O Posto de Puericultura Dr. Júlio Cavalcante Lopes e o Curso de Extensão de Economia Doméstica, estão entre as suas dependências anexas [...] Um total de 400 crianças são atendidas semanalmente e moças brejeiras nos Cursos de Culinária, Costura e Bordado, preparam-se para os encargos do lar (Jornal Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, 1959).

Pela descrição e discurso do jornal acima, percebe-se o caráter tanto assistencialista, quanto profissional que deveria desempenhar a economia doméstica. A dona-de-casa da sociedade moderna precisava desempenhar de maneira técnica seu papel no lar, “[...] e, para preparar ou formar essa nova mulher, seria necessária a contribuição de especialistas e professores” (LOURO; MEYER, 1996, p. 141). É claro que toda essa conjuntura estava atrelada a um projeto maior da sociedade brasileira. Dessa forma:

O discurso médico-higienista, por exemplo, inseria-se num processo de transformação social mais ampla, marcado pela urbanização, pela presença dos imigrantes, pelo início da industrialização, além da circulação das ideias positivistas e liberais. É esse contexto que vem justificar a crença na escolarização como fundamental para o avanço e modernização do país (LOURO; MEYER, 1996, p. 142).

A temática de higiene, por exemplo, era mais uma forma de controle e instrumento que a escola deveria utilizar para alcançar o momento de modernização o qual o Brasil estava vivendo, começam a doutrinar as mulheres de que uma casa deveria estar sempre limpa, que cuidar do corpo e da saúde era fundamental para o bom andamento de um lar e de uma família. Os manuais aqui utilizados deixam bem clara essa pedagogia higiênica (como já evidencie em outro momento, a figura do índice do manual: Noções de Economia Doméstica, de autoria de Isabel Serrano), elemento fundamental, numa sociedade que estava vivenciando um processo de avanços e progressos civilizatórios. A temática vai aparecer de diversas formas no currículo, fosse no ensino primário ou no secundário, ela deveria ser incorporada em forma de disciplinas ou cursos. No entanto:

No Brasil, a higiene enquanto saber especializado, passa a compor a estrutura curricular das escolas primárias e secundárias, como conteúdo ou disciplina específica, por meio das determinações legais implementadas com as reformas de ensino, principalmente, nas décadas iniciais do século XX. A estrutura curricular dos ensinos primário e secundário incorpora a educação higiênica tanto como parte do conteúdo de outras disciplinas, tais como as disciplinas de formação científica e de formação pedagógica (Ciências Físicas e Naturais, História Natural, Pedagogia, Pedologia), como na condição de disciplina escolar por meio de suas especializações (Educação Física ou Ginástica, Higiene, Puericultura) (BARRETO, 2010, p. 68).

Todo esse discurso fortalecia ainda mais a representação de que o lugar da mulher era em casa, e que aspectos de modernização para as mulheres, não havia quase nada. As mulheres ainda tinham a chance de adentrar no espaço público, através do magistério, pois era um dos trabalhos que a aproximava do universo do lar, uma vez que a sala de aula seria uma extensão das atividades maternas, e elas não se afastariam por completo da missão que lhes era confiada: a de zelar pelo bem estar da sua família. A todo instante, percebe-se a ambiguidade modernização/conservadora; profissional/doméstico, para além disso, observa-se a disparidade entre as relações de gênero e as relações do grupo social. A moça rica deveria aprender a economia doméstica, porque teria empregadas para dar ordens, e, a moça pobre, deveria aprender a economia doméstica para além da “oportunidade” de profissionalização, saber executar as tarefas do lar para a casta dominante (a patroa). Mais uma vez a dualidade da educação é vista aqui.

O Estado e as entidades religiosas exerciam poderes significativos sobre as questões familiares, consolidando as distinções de papéis entre homens e mulheres, tendo a preocupação de não deixar a mulher avançar nos espaços públicos da sociedade brasileira. Vejamos nas palavras da autora abaixo, o que descrevia o Estatuto da Família:

[...] O artigo 14 previa que “o Estado adotará medidas que possibilitem a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Não poderão as mulheres serem admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da conveniência familiar” [...] “O Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família [...] Esta restrição ao trabalho feminino estava ligada a tese da mais absoluta divisão de papéis e de responsabilidades dentro do casamento [...] Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçãoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72, grifos da autora).

Como acima descrito, o Estado intervinha diretamente na vida dos cidadãos brasileiros, principalmente no que dizia respeito a questões voltadas para a mulher. Os ensinamentos “científicos” de economia doméstica, deixavam explícitos o papel da mulher no matrimônio. No manual: *Noções de Economia Doméstica* (1958), a autora traz uma leitura reflexiva, ao final da II Unidade do manual, com o título “Conselhos a uma noiva”, extraído do Livro das Noivas, de autoria de Júlia Lopes de Almeida:

[...] Foram para nós inventadas as dores mais cruéis, foram-nos confiadas as mais delicadas missões. A felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. E’ a nós, como mães, que a Pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando êsposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral. Com a educação superficialíssima que temos, não meditamos nisto, e levamos de contínuo a queixar-nos de que é nulo o papel que nos confiaram... Como poderíamos, todavia, encontrar outro mais amplo e mais sagrado? (*Noções de Economia Doméstica*, 1958).

Era comum na década de 1950, circular impressos como o que o manual acima cita, livros, jornais, revistas, que traziam conselhos às mulheres, incentivando-as a uma boa conduta perante a sociedade, principalmente fazendo-as se sentirem na responsabilidade do bom andamento dos seus lares e casamentos. E, se elas fracassassem, se sentiriam totalmente culpadas, por não terem cumprido o “dom

divino” que lhes foi confiado. É na tessitura desse contexto, que se fazia necessário formalizar esses conselhos, esses ensinamentos, dar-lhes uma roupagem científica, a fim de fazer com que a mulher se sentisse muito importante perante a vida “pública” que lhe estava sendo oferecida. É nessa linha de pensamento, atrelado às questões de cunho econômico, que os Cursos de Economia Rural Doméstica vão surgir em várias regiões do Brasil, e, na cidade de Bananeiras, em fins da década de 1940, surge na Paraíba, o primeiro Curso de Economia Rural Doméstica. E, é exatamente a representação desse curso, sua cultura escolar e seu cotidiano, que vos apresento, nas linhas que se seguem.

3.3 A cultura escolar do Curso de Economia Doméstica

Neste tópico serão discutidos elementos da cultura escolar a partir de documentos encontrados na instituição, além das entrevistas já transcritas com ex-professoras do curso, como já mencionei em outro momento. Consegui compreender a organização do curso, o currículo, as práticas utilizadas em sala de aula, as regras existentes entre funcionários e alunos, enfim, a cultura escolar do curso. Nesse sentido:

É forçoso realçar que a preservação de exercícios, cadernos, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros, dentre outros pode aumentar a compreensão das práticas escolares. Tomados em sua materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção de conteúdos ensinados, com base numa análise dos enunciados e das respostas, mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola (VIDAL, 2005, p. 64)

Assim, foi sendo constituída a história do curso, que até então, só era citada em alguns trabalhos que tratavam da história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. Permitindo que tivéssemos uma dimensão maior do funcionamento do curso, dos sujeitos nele envolvidos e do cenário histórico da época vigente. A estrutura física do prédio onde eram ministradas as aulas do curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, possibilitou compreender a subjetividade que havia naquele espaço escolar, como afirma o autor abaixo:

[...] As categorias espaço e tempo não são simples esquemas abstratos, ou seja, estruturas “neutras” nas quais deságua a ação escolar. O espaço-escola não é apenas um “continente” em que se acha a educação institucional, isso é, um cenário planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 2001, p. 26).

É importante essa reflexão do autor supracitado, pois os prédios escolares representam muito do currículo, tempo e espaço, estruturas que apresentam toda uma intencionalidade, identidade e ideias que desejam perpassar. Do “batente” ao “telhado”, sempre há algo a dizer, a maneira como estão postas as salas de aula, material didático, a postura do professor, todo um cenário que vai influenciar o ensino-aprendizagem do local, a maneira de pensar dos alunos, e etc. Abaixo, temos a foto do local onde eram ministradas as aulas:

Figura 11 - Prédio onde funcionava o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2013)

Observem que o prédio onde funcionava o curso não tinha características de um prédio escolar, mas de uma casa. O que é claramente explícito na fala do autor acima, quando ele diz que a arquitetura de uma instituição é uma forma de representação também. Além de desenvolver o discurso de dona de casa, em um ambiente doméstico, o prédio ficava muito distante dos outros prédios da instituição, onde funcionavam os cursos técnicos agrícolas para os homens, intensificando a segregação entre os homens e as mulheres. Conforme podemos registrar na fala de uma das ex-professoras: “os rapazes não tinham acesso ao prédio, os meninos não podiam ter contato com as meninas, a Diretora não deixava” (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memoriam*, Bananeiras, abril de 2013).

Além do mais, de acordo com a depoente, elas também não conviviam profissionalmente com os funcionários do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, exceto quando havia festas comemorativas, e, elas tinham que ajudar na preparação das mesmas, fosse em ornamentação ou na preparação dos alimentos. Na década de 1950, ainda era muito comum, ver com maus olhos homens e mulheres frequentando o mesmo espaço institucional, visto que por muito tempo, isso era algo condenável pela sociedade. Mas, o país de 1950 não propagava um discurso com ares de modernização? Na prática não era bem assim, o espaço físico escolar das mulheres denunciava a subjetividade da educação que deveria ser-lhe atribuída. Assim:

A arquitetura, como forma de escritura no espaço, expressava e instituía, assim, um discurso inovador, mas ao mesmo tempo punha em risco também os desenvolvimentos posteriores da educação formal. Constituía-se, então, num importante fator de modernização do ensino, ainda que iniciasse um processo histórico que ia desembocar, condicionado por diversas variáveis econômicas, políticas e culturais, em rígidas formas de conservadorismo quanto a ordenação do território e do espaço escolares (ESCOLANO, 2001, p. 23-24).

É muito importante compreender esse lugar, dentro dessa conjuntura maior de educação e práticas escolares. Pois por mais que seja posto a determinada instituição seguir normas gerais de um currículo maior, como propunham os manuais, nem sempre isso irá acontecer, por ser um outro contexto, um outro espaço, outros sujeitos. E foi exatamente o que ocorreu com as práticas escolares do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras. Assim, diante dessas

primeiras linhas escritas, continuo a reconstituir a trajetória histórica do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB (1950-1959).

O curso estava atrelado às instituições técnicas agrícolas, como já exposto anteriormente. No início, antes de ter o nome de Curso de Economia Rural Doméstica, o que se tinha era apenas um posto de Puericultura, que atendia às crianças pobres da região e cidades vizinhas. Neste Posto, trabalhavam algumas mulheres da cidade (que depois viriam a se tornar professoras do curso de Economia Rural Doméstica) desenvolvendo práticas assistencialistas, como entrega de leites às famílias pobres da localidade.

Trabalhava às cinco horas da manhã, fazia leite, mingau, no posto de puericultura, enchia garrafas de leite. Atendia crianças carentes, iam médicos lá. As pessoas que trabalhavam no posto, depois foram para o curso de economia doméstica trabalhar lá (INÊS MATIAS DE CARVALHO, Bananeiras, Abril de 2013).

Esse trabalho assistencialista era muito comum às mulheres da sociedade brasileira da época, em Bananeiras não seria diferente, ainda mais sendo cidade de pequeno porte e distanciada da capital aonde as mudanças chegavam bem depois. Além do fato que era um atendimento para as mães e crianças pobres da região, uma espécie de caridade, considerada uma nobre missão para a mulher, tivesse ela poder aquisitivo ou não, o importante era acolher os pobres e oprimidos. Isso era uma das instruções trazidas nos manuais de economia doméstica, o importante papel assistencialista que a mulher deveria ter.

De acordo com o Manual Noções de Economia Doméstica (1958), a mulher deveria ser responsável por um mundo melhor. E, fazendo o quê? Ora, ações sociais! Afinal essas colaborações não seriam apenas no lar, mas também fora dele, teria que se pensar na coletividade humana, e a mulher era peça chave para que o mundo se desenvolvesse com ordem e progresso, na mais perfeita paz. Essa representação era muito forte no pensamento feminino, a mulher sabe dirigir um lar muito bem, conseqüentemente, ela contribui significativamente para o bem social como um todo “nos vários setores do serviço social, para os quais é a mulher especialmente indicada, a sua contribuição é de extraordinário valor” (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 236).

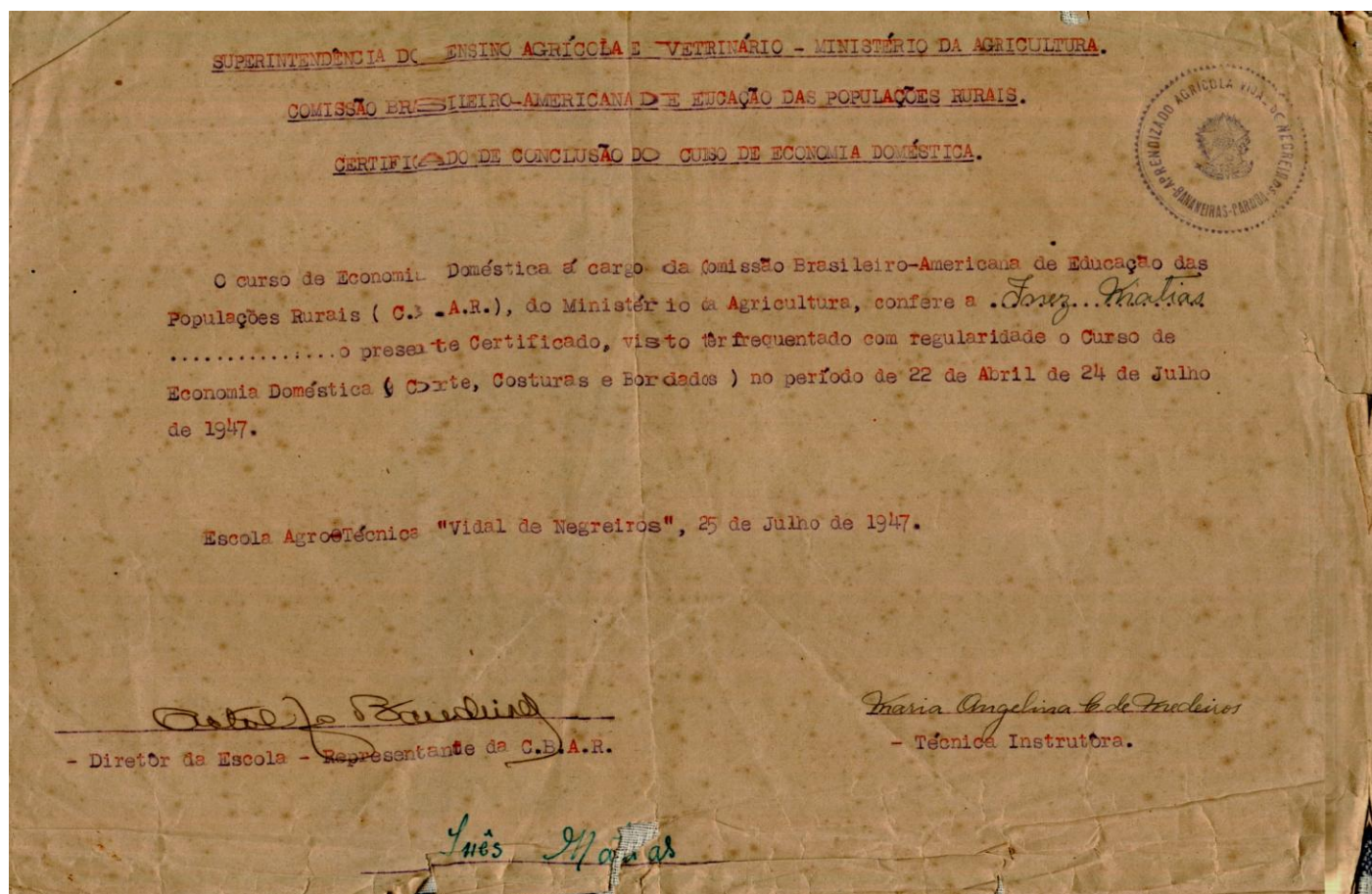
De acordo com o livro Suplência Profissionalizante (1974), a disciplina de Puericultura atenderia as famílias nos primeiros cuidados com a alimentação das

crianças, doenças infantis e prevenção das mesmas, e, em Bananeiras esse Posto de Puericultura chegava a atender mais de 1.000 crianças inscritas no programa. Nas palavras abaixo do Diretor da época, temos:

A assistência às famílias pobres, através da distribuição de leite, em mamadeiras, para grande número de crianças, foi mais uma das importantes atividades da Escola do meu tempo. Construímos com recursos procedentes do Ministério, um Posto de Puericultura, que foi devidamente equipado para o seu perfeito funcionamento. Como responsável direto pelo mesmo, admitimos o médico Dr. Orlando Cavalcante e para auxiliares, Alzira Araújo, Haydée Guedes e Naíde Ramalho, que se prepararam para as suas atividades ali, em Cursos de Treinamento feitos em Postos idênticos, localizados na Capital do Estado. Do Ministério, contamos com o apoio e os recursos necessários à manutenção do Posto, bem como a orientação do Médico lotado na SEAV, Dr. Júlio Lopes. Havia mais de 1.000 crianças inscritas em fichas do Posto, cujas mães, procedentes das famílias mais pobres do município, tinha da parte do médico e das suas auxiliares um seguro e eficaz atendimento (BANDEIRA, 1989, p. 26).

Foi dessa conjuntura que surgiu o curso de Economia Doméstica em Bananeiras. Da necessidade de ampliar esse assistencialismo, para além de atender a demanda nacional de um curso de carácter científico que instrísse a mulher nas habilidades de dona de casa. Outro fator que será discutido mais adiante será essa admissão por indicação. Os primeiros documentos disponíveis, datam os primeiros diplomas do Curso em 1947. Não foi localizado registro oficial desse início, mas, existe o certificado de aluna da ex-professora Inês Matias de Carvalho, que afirma ter feito parte das primeiras turmas do Curso. Segue abaixo um dos diplomas do curso:

Figura 12 - Certificado de conclusão do Curso de Economia Doméstica (1947)



Fonte: Acervo particular da ex-professora.

Pelo certificado, do ano de 1947, o Curso provavelmente iniciou nesse período, paralelo ao encaminhamento do Diretor Astolfo Bandeira, para a Escola Agrotécnica em Bananeiras, o qual aceitou de imediato e mudou-se para lá com a sua família. Além do mais, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, é ampliada e promulgada em 1946, um ano antes da expedição do diploma, exigindo no Art. 52, Parágrafo 1º, o seguinte:

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

- 1. E' recomendável** que os cursos do ensino agrícola para **mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina.**
- 2. As mulheres não se permitirá,** nos estabelecimentos do ensino agrícola, **trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.**
- 3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.**

4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o **ensino de economia rural doméstica**.

5. Além dos cursos de continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, **ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalhem nas lides do lar Cursos de continuação de Economia Rural Doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural** (BRASIL, 1946 *apud* SANTOS, 2014, p. 47, grifo da autora).

De acordo com a Lei Orgânica, os estabelecimentos agrícolas deveriam oferecer às mulheres da Zona Rural cursos com duração rápida, de aprendizagens domésticas. Isso é provado na data do referido diploma, tendo o curso duração de 22 de abril a 24 de julho. Provavelmente logo que saiu essa Lei, posteriormente foi implantada em Bananeiras. O Diretor Astolfo Bandeira (1986) relata que fez um grande trabalho na instituição, ampliando e criando novos cursos. Dentre essas construções estava o curso de Economia Doméstica:

As novas construções, entre pequenas e grandes, atingiram a um total de 48 e as reformas e adaptações foram em número de 22. As construções novas foram 14 residências para funcionários, Pavilhão, Dormitório de 2 pavimentos, Posto de Puericultura, Centro de Economia Doméstica [...] (BANDEIRA, 1986, p. 19).

Essa demanda de ampliação da educação no meio rural tinha o propósito de conter a migração da população do campo para a cidade, além do mais, era preciso que a política de industrialização e modernização chegasse também ao homem e mulher do campo. Nesse sentido, o governo Vargas tratou logo de intensificar a política de investimento ruralista de implementação e consolidação de cursos de capacitação que alicerçasse a população nas cidades de interior. Isto demonstra que:

O aumento da migração campo/cidade passou a constituir-se em desequilíbrios, por causa do esvaziamento do campo e do conseqüente “inchaço” urbano, agravados pela desqualificação profissional da população rural nas cidades. Diante disso, a educação rural passou a ser vista como possibilidade de valorização de vida no campo para minimizar o processo de migração, desconsiderando, no entanto, questões estruturais determinantes da condição de vida da população migratória. A educação rural baseou-se nos pressupostos do ruralismo pedagógico, tendência educacional que credita à ampliação dos conhecimentos do homem do campo o aumento das possibilidades de fixá-lo à terra (BARREIRO, 2010, p. 28).

Para sanar o “problema”, porque então não seguir o projeto do país, o qual em toda instituição técnica agrícola, deveria funcionar um curso de Economia Doméstica, para “inserir” a mulher nesse processo de “modernização”, fazendo-a contribuir para o progresso da nação, educando as moças profissionalmente nas habilidades domésticas. Foi nesse movimento político nacional e ao mesmo tempo local, que o diretor Astolfo Bandeira, se empenhou em proporcionar um melhor trabalho e desenvolvimento no CAVN, incluindo o aprofundamento e melhoramento das atividades do curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras. Sua esposa, Djanira Gondim Bandeira, junto com Angelina Coutinho de Medeiros (primeira Orientadora do Curso de Economia Rural Doméstica), fizeram um importante trabalho à frente do Curso.

Mulheres que provavelmente aprenderam em outros cursos por elas frequentados, o ofício de ser professora, e, as habilidades domésticas com muita eficácia, pois elas nasceram em lares favorecidos economicamente, e, sabe-se que as mulheres da camada média e alta, tinha essa vantagem em relação as mulheres pobres, pois era comum aquelas, já na mais jovem idade, aprender as atividades que mais tarde, as tornariam boas esposas e excelentes dirigentes dos seus lares. Eis as primeiras professoras oficiais do curso. Na esteira desse processo, o curso foi sendo constituído, e, aos poucos iam formando turmas e novas profissionais na área das artes domésticas. Nas palavras do Diretor:

[...] Com o fim de prover a educação da mulher da zona rural, nos diversos mistéres do lar, uma vez que ela representa um dos alicerces, como primeira educadora do ser humano, na nobre missão de mãe [...] Educar o homem do campo não era suficiente para que se promovesse a educação das populações rurais. Havia necessidade de não se deixar à margem o elemento feminino, para que a educação fosse completa e abrangente a todos os integrantes do meio rural. Esse curso teve como primeira Orientadora a Professora Angelina Coutinho de Medeiros que foi, depois, pela Professora Maria Clementina Augusta de Medeiros. Construímos uma sede própria para o mesmo, cujos serviços ficaram na fase de acabamento, com a minha saída da escola. Antes, o Curso funcionava em uma “Vivenda Rural” que havíamos construído e que fora adaptada para o funcionamento daquela dependência da escola (BANDEIRA, 1986, p. 25).

O diretor, em sua fala, destaca que foi na gestão dele que o curso se consolidou e avançou, pois como ele mesmo afirma, o curso funcionava em uma vivenda rural, que é uma espécie de casa precária, sem condições adequadas de moradia. E, a sede mesma do curso só foi construída depois. O curso foi muito bem acolhido na cidade de Bananeiras, atraía jovens tanto da localidade, quanto de cidades circunvizinhas. A maioria das moças que frequentavam o curso, eram de origem pobre, mas havia também algumas moças de poder aquisitivo da cidade. Um exemplo disso é a ex aluna e posteriormente professora, Maria Cirne do Livramento Ramalho; além das próprias orientadoras educacionais, pertencentes a famílias com suficientes recursos financeiros. O discurso do diretor era o mesmo discurso a nível nacional, a respeito da mulher do final dos anos 1940 e década de 1950. Mesmo sendo uma cidade de interior, essas normas e condutas também chegavam lá, e, mais ainda, lá permaneciam por muito mais tempo como pensamento ideológico, pois a maioria da população não tinha contato com cidades de grande porte.

O que se pode afirmar é que, de fato, o curso na cidade não foi criado para as mulheres da camada dominante, ao contrário, as moças pobres iriam à procura visando aprender alguma técnica artesanal, para produzir, vender e adquirir alguma renda. O que não deixa de ser uma instrução dos manuais de economia doméstica. Se a moça não tivesse as condições financeiras para ser apenas a dona de casa habilidosa, dedicada ao casamento, então, que ela aprenda os ofícios para trabalhar e conseguir uma forma de ajudar na renda da família. As que se tornavam professoras do curso eram de grupos sociais mais privilegiados, com algumas exceções. Nas falas das ex-professoras¹²:

Era muito difícil aparecer uma aluna de classe rica, agora de classe pobre tinham muitas, elas aprendiam essas coisas para trabalhar. As alunas eram muito habilidosas. Minha sala era cheia de alunas, logo eu ensinava várias coisas, vinha gente de Solânea, daqui de Bananeiras. Teve uma que foi morar no Rio de Janeiro, me ligou e disse: Livramento, olhe, eu tenho vendido tanta coisa aqui, e eu só agradeço a senhora. Eu fiquei muito feliz quando essa que foi para o Rio de Janeiro estava vendendo muita coisa, aí eu coloquei na cabeça das meninas que elas não sabiam o dia de amanhã e podia ser que elas viajassem também, ou se mudassem, aí já tinham uma

¹² As entrevistas das ex professoras estão agrupadas por falas coletiva do cotidiano escolar, o qual elas iam representando.

profissão (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, abril de 2013).

As minhas turmas eram cheias, porque elas gostavam de aprender a cozinhar, eram moças ricas e pobres, elas vinham da Zona Rural, da cidade. Aquelas de certo padrão de vida, que tinha mais um pouco de condição financeira, essas daí moravam sempre na cidade, agora tinha da Zona Rural também [...] (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memorian*, abril de 2013).

[...] tinha gente que fazia pra vender, ia quem quisesse, umas eram habilidosas, outras bem menos, elas faziam o curso porque tinham interesse em aprender alguma técnica (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memorian*, abril de 2013).

As moças em sua maioria eram da agricultura, da Zona Rural. Às vezes elas não vinham porque tinha que plantar feijão, colher milho... Muitas quando terminavam o Curso faziam as coisas para vender. Eu tinha uma que foi pra o Rio de Janeiro, fez tanta coisa lá, ensinava fazer bonecas de pano (INÊS MATIAS DE CARVALHO, fevereiro de 2013).

É evidente nas palavras das ex-professoras, que a maioria das moças que frequentavam o curso, era na intenção de se profissionalizar mesmo, oriundas de família pobre, elas necessitavam de algum emprego, e, como na cidade, na época, não havia nem escolas que oferecessem o Curso Normal de Magistério (a fim de que ao menos seguissem essa carreira, uma das poucas aprovadas pela sociedade e que não afastava as mulheres totalmente do lar), restavam-lhes o curso profissionalizante de Economia Doméstica, oferecido pelo Colégio Agrícola da cidade. As mulheres de maior poder aquisitivo que frequentavam, eram as que moravam na zona urbana. Na fala da ex-professora Inês Matias (2013), a maioria dessas moças trabalhavam na agricultura, então, aprender técnicas (palavra proferida o tempo todo pelas ex-professoras) de bordar, costurar, cozinhar, ainda mais, ao término, ter um diploma da instituição tão renomada e procurada da época, era uma forma também de adquirir status. Elas aprendiam as habilidades, e, muitas migravam para outras cidades refazendo suas vidas como artesãs. A respeito da discussão sobre o trabalho feminino:

[...] Alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho. Neste último sentido, o trabalho chegou a ser questionado como elemento impeditivo das ditas “funções naturais” das mulheres, as de mãe e esposa. Entretanto, basta olhar com atenção

a história para ver que as mulheres sempre trabalharam, mesmo que, em várias situações, seu labor não fosse tão evidente ao confundir-se com os ofícios coletivos e familiares (MATOS; BORELLI, 2012, p. 127).

O contexto da década de 1950 levou as mulheres pobres, a assumirem postos de trabalhos, mesmo que fosse com produções que continuassem colocando-as no estereótipo de atividades domésticas, costurar, bordar, e etc. Mas de alguma forma, inserindo-as no processo de modernização pelo qual estava passando o país, através do mundo do trabalho, e, “protegendo-as” dos males sociais, conservando-as ao em suas casas, lado a lado de sua família, dando continuidade aos padrões patriarcais. Os Anos Dourados vão de alguma forma propiciar oportunidades de trabalho para essas mulheres, não com uma emancipação ainda, mas como uma forma de ter um trabalho remunerado, embora, o maior objetivo delas nesse período, continuava sendo o casamento. “[...] As mulheres estudam, trabalham, circulam _ porém, não estão realmente livres; nem das prescrições de comportamento, nem dos preconceitos e da vigilância [...]” (MOTTA, 2012, p. 92).

A sociedade arrumava logo uma forma de justificar a não saída da mulher do lar, com argumentos de que isso traria graves prejuízos à família, pois quem iria cuidar dos filhos, marido, arrumar o lar, quem iria estar à frente da educação dos futuros homens da sociedade? Esse discurso era para todas as mulheres, ricas e pobres, e estas últimas eram alvo de muito despeito e preconceito pela sociedade:

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2012, p. 589).

Dessa forma, diante da ameaça de a mulher sair do recôndito do seu lar, reforçava ainda mais a ideia da missão e do papel dela como responsável pela manutenção e ordem do mesmo. Estava claro que, lugar de mulher é na esfera privada, e, lugar do homem era e continuava sendo na esfera pública. Nesse sentido, a educação não deveria ultrapassar os muros dos aprendizados domésticos. Os cursos de Economia doméstica iam ganhando cada vez mais destaque, e, em Bananeiras, a procura foi se tornando cada vez mais frequente,

oferecendo disciplinas como: Corte e Costura, Bordados, Arte Culinária, Confeção e Adornos do Lar, Artes em Couro, e, etc. Não havia critérios de seleção para frequentá-lo, apenas era necessário se matricular e ter o “dom” para desenvolver os aprendizados que o curso oferecia. Também era possível habilitar-se em várias disciplinas, e obter mais de um diploma.

O curso funcionava de segunda à sexta-feira, com aulas nos turnos matutinos e vespertinos, com quatro horas de aula pela manhã e 3 horas de aula à tarde (devido a muitas alunas morarem em outras cidades e em zona rural muito distante, então liberava bem mais cedo). A rotina do curso era tomada por disciplina e rigidez, advindas de normas e condutas exigidas na época, além do mais, a Orientadora que dirigia o Curso, Clementina Augusta, era de uma família muito rica e tradicional da cidade, e, foi criada em padrões totalmente rígidos de ensino, o que reforçava ainda mais a forma como ela conduzia as normas daquele lugar e os sujeitos nele inseridos. Nos depoimentos das Educadoras temos um cotidiano pautado da seguinte maneira:

Tinha umas quinze alunas por turma. A aluna escolhia a Disciplina que queria estudar, cada uma tinha sua habilidade. As disciplinas eram Bordado, Crochê, Corte e Costura, Arte Culinária. Era o dia todo só na disciplina, dez, doze alunas só na cozinha, só no bordado. Mas quando chovia vinham poucas alunas. Elas gostavam de fazer o curso (INÊS MATIAS DE CARVALHO, fevereiro de 2013).

A gente era uma coisa a parte. Eles eram pra lá e a gente pra cá. Na sala de aula só tinha mulher, elas só se encontravam com os meninos quando iam levar alguma coisa, era bom demais (INÊS MATIAS DE CARVALHO, março de 2013).

O horário era de 7h00 às 11h00 e de 13:00 às 16h00. Eu ensinava o dia todo, tinha turma de manhã e à tarde. À tarde a gente liberava mais cedo, porque tinha alunas de Solânea, do sítio, tinha que liberar mais cedo. As aulas eram de segunda a sexta. O material era de lá, era linha, agulha... (INÊS MATIAS DE CARVALHO, março de 2013).

Quando entrasse lá não sai pra canto nenhum e nem Mocinha deixava, Mocinha era muito rígida. Não podia ficar do lado de fora conversando com os estudantes. Dentro da sala podia conversar, trocar palavras, pedir opinião de um trabalho. Mas não podia namorar. Mocinha repreendia: “não senhora, isso aqui não pode ser assim”. Tinha intervalo pra lancha. Elas ficavam conversando no terraço, mas não tinham o direito de sair pra ir lá pra cima (INÊS MATIAS DE CARVALHO, março de 2013).

Na escola só tinha meninas, os meninos não podiam chegar perto porque Mocinha (Clementina Augusta) não deixava, não podiam

chegar perto de jeito nenhum (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, abril de 2013).

As ex-professoras reconstituem através dos seus depoimentos, o cotidiano do curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB. À medida que a fala delas vai aparecendo, e, ao mesmo tempo se encontram, vou ressignificando a cultura escolar daquele curso. Uma cultura que através das práticas escolares e docentes, vai sendo apresentada e reapresentada pelo olhar individual, e, ao mesmo tempo, com representações coletivas. Assim, vou compreendendo como esses sujeitos imaginam o espaço em que atuaram, os grupos sociais dos quais faziam parte, o contexto em que viveram. Foram aos poucos representando a maneira como eram regidos os espaços daquele curso, sob o olhar supervisionado da Orientadora Educacional, a qual deixava bem claro as normas e condutas a serem seguidas por todos, professoras e alunas, nada de chegar perto dos meninos dos cursos agrícolas. Percebe-se pela fala das ex-professoras, que as práticas que ocorriam no Curso de Economia Doméstica são tecidas a partir do grupo social delas, pois as falas se encontram, aproximando-se do passado vivido por ambas.

Segundo Chartier (1990), pode haver uma distância muito grande entre a prática e o discurso. É possível que hoje elas pensem de maneira pejorativa dessa segregação que ocorria no CAVN, mas na época, elas poderiam agir como a Orientadora do Curso, e, hoje, se apropriam de maneira diferente da realidade que viveram. Por isso que não se tem como apreender o real, mas apenas se aproximar deste, ou interpretar como um dado momento histórico foi construído. O discurso será um dos elementos que irá disfarçar ou despir essa realidade. Salas segregadas era comum na época, até pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, as meninas em estabelecimentos separados dos meninos, além de todo o contexto social, que:

E para isso se lançaria mão de múltiplos recursos e dispositivos. De muitos e variados modos _ através de proibições, de arranjos arquitetônicos, da distribuição dos sujeitos, dos símbolos, das normas _ Tratava-se do sexo no espaço da escola. Os responsáveis e autoridades mantinham-se “num estado de alerta perpétuo” (LOURO, 2012, p. 453).

Esses símbolos e normas são representações pensadas a partir das práticas sociais. As ex professoras narram o passado, e, eu interpreto a partir do contexto social, cultural e histórico da época, dando a dimensão próxima do real, do que desde apresento como hipótese, o conservadorismo do curso, a modernização maquiada. A distância entre o que se propagava e o que de fato praticava. Outra representação que elas trazem em seus depoimentos é a quantidade de alunas por turma, aproximadamente 15. Desse modo, como o curso era ministrado em um prédio característico nos moldes de uma casa, acredito que não comportava mais do que isso dentro das salas de aula. Ainda sobre as normas e proibição de contato das alunas com os alunos do Curso Técnico Agrícola, a autora abaixo relata que:

As concepções e formas de educação das mulheres nessa sociedade eram múltiplas. Contemporâneas e contrerrâneas, elas estabeleciam relações que eram também atravessadas por suas divisões e diferenças, relações que poderiam revelar e instituir hierarquias e proximidades, cumplicidades ou ambiguidades. Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial _ como esposa e mãe _ exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o *pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro (LOURO, 2012, p. 446).

A sociedade ia incorporando esse discurso de menos escolaridade e mais princípios e técnicas domésticas, e, “naturalmente” ia sendo construída essa fala ideológica, que, só anos depois seria desconstruída, a partir da luta dos movimentos feministas, e, da necessidade mesmo da mulher conquistar o espaço público. De acordo com Chartier (1990), esses discursos sociais não são neutros, e, carregam uma série de práticas culturais, sociais, políticas, educacionais, que impõem de maneira autoritária seu modo de pensar, mas passa para o sujeito como uma justificativa plausível, a fim de que ele aceite com passividade as formas de poder e dominação dos mais fortes. Só que nem sempre essas normas e discursos eram incorporados pelas alunas e professoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras. Vejamos abaixo o depoimento das ex-professoras, acerca do cotidiano

do curso, as vestimentas, como elas se comportavam, como agiam durante as aulas, as punições que recebiam, e, como burlavam as regras impostas pela Orientadora Educacional do Curso:

As alunas iam muito de vestido, bem penteadas, arrumadinhas. As minhas alunas eram como se fossem pessoas da família (MARIA CIRNE DO LIVRAMENTO RAMALHO, abril de 2013).

Ela era um pouco exigente sabe. Uma pessoa quase que afastada das alunas, ela era do tempo de colocar as alunas de castigo, a aluna ficava de castigo, ela ficava sentada no banco lá naquela parte de fora que tinha numa areazinha, a gente não podia fazer nada, eu não era de acordo, eu era muito amiga das minhas alunas, elas me adoravam, no dia do meu aniversário elas levavam presente pra mim e tudo (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memoriam*, abril de 2013).

Eu tinha uma relação muito amigável com as alunas, a diretora não gostava. As alunas também gostavam muito de Inês, ela com aquele jeitão dela assim brincalhona, alegre. A gente dava aula, conversava com elas (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memoriam*, abril de 2013).

A comida vinha pra gente fazer lá mesmo, o material vinha do patronato, o diretor mandava o material e a gente fazia e às vezes mandava as meninas levar, pra se encontrar com os meninos, e elas iam levar [...] (INÊS MATIAS DE CARVALHO, março de 2013).

Primeiro ponto a observar nas falas acima, é a maneira como elas se arrumavam para ir ao curso. Estar bem penteadas, bem vestidas, limpas, era uma característica da mulher dos anos de 1950, a higiene deveria ser imprescindível na vida cotidiana. Era uma das regras número 1 dos manuais de Economia Doméstica, uma mulher com boa aparência, era aquela que estava sempre bem produzida, claro que isso cabia mais na vida social das moças de camada média e alta, mas mesmo assim, em Bananeiras, as moças que frequentavam o curso, seguiam esse padrão de boa aparência. Isto mostra a influência da cultura da época, independente do grupo social, mesmo sendo de acordo com a posse de cada uma, o importante era se aproximar o mais possível do padrão exigido. O Manual Curso de Economia Doméstica (1953), no capítulo sobre higiene cotidiana, traz instrução de como cuidar de cada parte do corpo, desde as unhas até a lavagem do cabelo. Abaixo um trecho da fala das autoras, a respeito de como estar bem vestida:

As roupas podem tornar-nos elegantes, mas tem igualmente uma relação definida com a saúde. Para estarmos vestidos convenientemente em climas variáveis, como o nosso, é necessário têmos roupas adequadas às diferentes estações [...] ao comprarmos

nossas roupas devemos deixar nos guiar tanto pela estética, como pelo bom senso, pois além de bonito um vestido deve assentar bem, permitindo-nos liberdade de movimentos, sem prejudicar-nos a circulação do sangue. No capítulo XI aprenderemos que existem diversos aspectos a serem considerados quando compramos roupas, a fim de conservarmos a comodidade, a saúde e a estética do corpo (Curso de Economia Doméstica, 1953, p. 93-94).

É claro que essas instruções eram dirigidas diretamente às mulheres de condições financeiras elevadas, mas serviam de orientação para a mulher de baixo poder aquisitivo também, por isso a necessidade de aprender a costurar, pois elas mesmas poderiam fabricar suas roupas, e, assim, manter o padrão higiênico e social que os manuais e a sociedade da época exigiam. O importante era estar limpa, por isso, a ex-professora Livramento Ramalho, dá destaque em sua fala ao entonar que, elas iam muito arrumadinhas para o Curso. Para além, acredito, deveria ser norma da Orientadora, tentando sempre seguir o que estava nos manuais, ao menos em seus Planos de Trabalho, vê-se essa intenção.

A Orientadora do curso era afastada das alunas, seguindo a regra que aprendera no Curso de Magistério (pois ela era formada na escola normal, diferente das outras professoras, que, não tiveram a mesma oportunidade). Sabe-se que professora não podia ter contato com alunos, deveriam ser o mais séria possível, para obter respeito e temor dos mesmos, “representada como uma figura severa, de poucos sorrisos, cuja afetividade estava de algum modo escondida” (LOURO, 2012, p. 466).

As outras professoras, segundo as entrevistadas, tinham uma afetividade com as alunas, conversavam, riam com elas, e, até ajudavam-lhes a quebrar as regras impostas pelas Orientadora, facilitando o acesso delas, em época de festa, aos departamentos do curso Técnico Agrícola, onde estavam os meninos. Além do mais, se a Orientadora as colocava de castigo, isso significa que elas burlavam sim as regras do Curso.

A respeito dessas estratégias para burlar as regras e reinventar o cotidiano escolar, compreendo que os sujeitos do curso, não eram meras reprodutoras das regras e normas impostas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola e pelos Manuais de Economia Doméstica. Através de táticas, as professoras e alunas, burlavam o sistema e produziam uma nova cultura escolar, a partir das práticas reinventadas por elas. Dessa forma:

[...] essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras [...] (CERTEAU, 1994, p. 104).

Assim, as professoras iam manobrando as normas impostas e construindo novos espaços culturais. Não podia ter afetividade com as alunas, mas tinham, a ponto de considerar como se fossem da família. Deveriam ser disciplinadoras e autoritárias, manter distância física das alunas, mas ao contrário, se aproximavam, riam juntas, brincavam, conquistavam o carinho das alunas a tal ponto, que chegavam a ganhar presentes em seu aniversário. Sem contar que, essa imposição da Orientadora não era aceita de maneira passiva, pois como as professoras vão expor em suas falas, ela tinha um jeito muito autoritário de falar, o que provocava certo receio e entrave entre elas, fazendo com que elas burlassem as regras, como uma forma de contrariar até mesmo a própria Orientadora, “Ela era muito boa, eu gostava muito dela, apesar dos seus defeitos, às vezes tinha um jeito muito superior de pedir as coisas” (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

Adentrando a “caixa preta” do curso, fazendo alusão a Julia (2001), as Professoras entravam no Curso por indicação, fosse de políticos, ou dos próprios diretores da instituição, que observavam quem tinha mais habilidade para desempenhar a nobre missão, atrelada a o convívio com as mesmas, as convidava para fazer parte do quadro da instituição. De imediato o ingresso não se dava como professoras efetivas, mas como uma espécie de auxiliar, que, por vezes trabalhava sem receber vencimentos, mas apenas uma pequena verba que era enviada para a instituição sempre ao final de cada ano letivo. Acabavam fazendo um trabalho voluntário, como assim classifico, e, isso é evidente na fala das ex-professoras:

[...] quando fiz um Curso de Economia Doméstica na Universidade, eu tinha aproximadamente dezessete pra dezoito anos. Ai quando eu terminei eu tinha muito jeito pra fazer comida, salgadinho, eu tinha jeito, ai mocinha me levou pra lá, eu trabalhei sem nenhum vínculo com a Universidade. Tinha uma verba que vinha no final do ano para a Universidade, ai me davam algum dinheiro, pouco, e às vezes nem vinha nada, perdia tudo, fiquei assim por muito tempo até ser admitida lá como funcionária. Era muito difícil a entrada ali, eu só consegui porque a coordenadora era mocinha na época, e como eu tinha esse vínculo, assim de muita amizade, e era família e tudo, ela viu que eu precisava e que eu tinha jeito pra parte de

culinária, ai me levou pra lá [...] (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memorian*, março de 2013).

[...] Eu só fiz até o sexto ano primário, e fui ensinar no Curso de Economia Doméstica porque já trabalhava no Posto de Puericultura e esse Posto acabou. O diretor viu que eu tinha muita habilidade, eu fiz o Curso de Economia Doméstica e depois fui ser professora. Eram muitas alunas, mas eles escolhiam as que mais se destacavam (INÊS MATIAS DE CARVALHO, fevereiro de 2013).

Outra lembrança que tenho foi da primeira vez que eu recebi salário, porque eu passei dois anos pra receber, eu passei dois anos trabalhando sem receber. O meu enquadramento demorou a sair. E eu tinha precisão de ficar esperando [...] (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

Como se observa, na fala das ex-professoras, elas não tinham o curso do Magistério da Escola Normal, até porque na cidade de Bananeiras não havia ainda o Curso de Magistério, possuíam apenas o Ensino Primário, oferecido tanto pelas escolas públicas regulares, quanto pelas escolas confessionais existentes na cidade, na época vigente. Aquelas que continuavam os estudos fazendo o curso de Magistério, deveria fazê-lo na cidade de Campina Grande, ou na Capital da Paraíba, por exemplo. Isso também influenciou esses apadrinhamentos das mesmas, visto não poder contar com professoras escolarizadas para tal função, exceto a Orientadora, que teve acesso a esse tipo de ensino, como já mencionei em outro momento, e a esposa do então Diretor. As professoras que saíam da Escola Normal, em grande parte, não exerciam a função, e as que iam trabalhar, não queriam se deslocar para lugares de interior, como era o caso de Bananeiras, por isso a necessidade de habilitar professoras oriundas da região mesmo:

Na verdade, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores da educação pública na Paraíba, foi o de fixar, no interior do Estado _ principalmente, na região sertaneja _, os professores. Muitos dos quais, ao atingirem melhor nível de qualificação, com frequência solicitavam transferência para cidades maiores do Agreste ou da região do Brejo (Campina Grande, Areia etc.) e, principalmente, para a capital, João Pessoa (PINHEIRO, 2006, p. 141).

Outro ponto referente à contratação das professoras, era a demora em se efetivar, e as verbas que só vinham anualmente. Isso acontecia com outros funcionários da instituição também, aproveitavam os alunos que mais se destacavam para contratá-los posteriormente nas mais diversas funções, e começavam sempre como uma espécie de voluntário, para só depois vir a

efetivação de fato. A seguir, temos o Diário oficial, comprovando que as verbas eram enviadas anualmente, não só para a Escola Agrotécnica de Bananeiras, mas para outras Escolas de Ensino Técnico do Nordeste e outras regiões do País:

Figura 13- Diário oficial (1955)

1. Tratorista auxiliar	1.440,00	7.200,00	1. Auxiliar de Serviço	800,00	24.000,00
5. Operários	1.100,00	27.500,00	2. Auxiliar de Cozinha a Cr\$ 400,00 cada	800,00	9.600,00
Tabela homologada pelo Sr. Ministro, por despacho exarado no Processo SEAV 3.826-54, em 30 de janeiro de 1955. — João E. de Magalhães, Chefe do S.A.C.M.			Total	41.700,00	481.200,00
Tabela numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Economia Rural Doméstica da Fazenda Patiosa, mantidos mediante acordo entre a U.R., a S.E.A.V. e o Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1952, a conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. — 19) SEAV — 01) SEAV — 0) Instalação, etc., do orçamento vigente.			Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovado: Costa Porto.		
Tabela numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agronômica "Vidal de Negreiros", Bananeiras — Paraíba, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955, de acordo com o art. 17 da Lei n.º 1.365 de 18 de dezembro de 1952 à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. 19) SEAV — 01) SEAV 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.			Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Extensão de Economia Rural Doméstica, da Escola Agronômica "Vidal de Negreiros", Bananeiras — Paraíba, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1955, de acordo com o art. 17 da Lei n.º 1.365 de 18 de dezembro de 1952 à conta da Verba 3 — Consignação 3 — Serviços, etc. — Subconsignação 11 — Serviços Educativos, etc. 19) SEAV — 01) SEAV 10) Manutenção dos cursos, etc., do orçamento vigente.		
FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL	FUNÇÃO	MENSAL	ANUAL
	cr\$	cr\$		cr\$	cr\$
1. Coordenadora	5.000,00	60.000,00	1. Orientadora	1.800,00	21.600,00
1. Escrevente Dactilógrafo	2.500,00	30.000,00	3. Professoras a Cr\$ 1.500,00 cada ..	4.500,00	54.000,00
1. Escriturário	2.500,00	30.000,00	2. Prof. Auxiliares a Cr\$ 1.000,00 cada ..	2.000,00	24.000,00
1. Assistente de Atividades Agrícolas	2.500,00	30.000,00	1. Auxiliar de Serviço	500,00	6.000,00
1. Encarregada do Internato	2.500,00	30.000,00	1. Médico (gratificação)	500,00	6.000,00
1. Motorista	3.000,00	36.000,00	1. Técnico (gratificação)	500,00	6.000,00
8. Professores a Cr\$ 3.000,00 cada ..	24.000,00	288.000,00	Total	9.800,00	117.600,00
4. Professores a Cr\$ 2.500,00 cada ..	10.000,00	120.000,00			
Total	52.000,00	624.000,00			
Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovado: Costa Porto.			Em 9 de fevereiro de 1955. — Newton Belleza, Superintendente. — Aprovado: Costa Porto.		
Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas para os Cursos de Economia Rural Doméstica "Licurgo Leite", em Uberaba			Tabela Numérica de classificação e retribuição das atribuições previstas		

Fonte: Arquivo do CAVN

O Diário Oficial é de março de 1955, recortei apenas a parte que traz informações sobre o Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, e, coloquei em destaque vermelho. Esse documento foi encontrado no arquivo do CAVN, mas não é o documento original, é uma cópia, como se pode observar. Seja como for, traz em números a remuneração mensal da Orientadora do Curso, professoras, e, demais funcionários. O outro Diário Oficial abaixo apresenta as nomeações de professoras para o referido curso.

Figura 14 - Diário oficial (1959)

NOME	Cargo ou função	Total por pagar
Alcides de Carvalho Amorim	Dactilógrafo, cls. "F"	6.900,00
Maria Ieda Barboza	Artífice, referência 18	4.800,00
Total		11.700,00

Decreto-lei, Verba Consignação e Subconsignação; — Lei nº 3.487, de 20-12-58
Verba — 1.0.00 — Consignação 1.1.00 — Subconsignação 1.1.10.
Disposição legal ou regulamentar que autoriza o pagamento da concessão: — Art. 135 da Lei nº 1.711, de 28-10-52, e Decreto nº 18.517, de 30-4-53, alterado pelas Leis nºs. 30.772-32, 40.229-56 e 42.219-57.

SUPERINTENDENCIA DO ENSINO AGRICOLA E VETERINARIO
Resumo de Fôlha de Pagamento de Ajuda de Custo Nº 11 referente ao mês de julho de 1959

NOME	Cargo ou função	Total por pagar
		cr\$

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, tendo em vista o plano de trabalho aprovado pelo Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos do DASP nº 803, de 8-5-59 (D. D. de 8-6-59), resolve:

Nº 44 — Reconduzir os servidores abaixo relacionados para, a título precário, exercerem as funções previstas na Tabela Numérica do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola Agrotécnica "João Coimbra" em Barreiros — Pernambuco, publicada no D. O. de 23-6-59 em cumprimento do disposto no art. 17 da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952:

1. Denice Carvalho Pereira, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
2. Judith Maria de Souza, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
3. Alcides Ferreira de Andrade, Auxiliar de Serviço, com o salário mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

Nº 45 — Reconduzir os servidores abaixo relacionados, para, a título precário, exercerem as funções previstas na Tabela Numérica do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica de Igatu — Ceará, publicada no D. O. de 23-6-59, em cumprimento ao disposto no art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952:

1. Elze Alves Lima Verde Montenegro, Orientadora, com o salário mensal de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros);
2. Maria Eudocia de Pinho Barbosa, Auxiliar Administrativo, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);

Nº 46 — Reconduzir os servidores abaixo relacionados para, a título precário, exercerem as funções previstas na Tabela Numérica do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros" — Bananeiras — Paraíba, publicado no D. O., de 23-6-1959, em cumprimento ao disposto no art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952:

1. Clementina Augusta Coutinho de Medeiros, Orientadora, com o salário mensal de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros);
2. Severino Costa de Almeida, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
3. Nilda Ramalho, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
4. Neusa Ramalho, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);
5. Joaquina Mendes dos Santos, Professora, com o salário mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros);

Nº 48 — Reconduzir os servidores abaixo relacionados, para a título precário, exercerem as funções previstas na Tabela Numérica do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica da Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros" — Bananeiras — Paraíba, publicado no D. O., de 23-6-1959, em cumprimento ao disposto no art. 17, da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1952:

1. Helena Bezerra Furtado, Professora de Industrias Rurais Caseiras, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
2. Lulzinha Gouveia Albuquerque, Professora de Corte, Costura e Confeções de Adornos e Utensílios Domésticos, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);
3. Manuel Varela Santiago Sobrinho, Professor de Higiene e Enfermagem, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros);

Fonte: Arquivo do CAVN

Aqui no Diário de 1959, se referem à função das professoras como título precário, ou seja, não era um cargo efetivado ainda, mas provisório. Durante muito tempo as professoras do Curso de Economia Doméstica ficaram sendo contratadas e re (contratadas) dessa maneira, a título provisório. Como deixa bem claro em sua fala a ex-professora Inês Matias de Carvalho, que demorou dois anos para receber o primeiro salário. E, também é comprovado no documento abaixo, acerca da admissão da Orientadora do Curso, constando em seu histórico, admitida a título precário:

Figura 15 - Ficha de Assentamento da Orientadora Clementina Augusta Coutinho de Medeiros. S/A

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO VILA DE FLORESTA
CURSOS DE EDUCAÇÃO - FAMÍLIA

FICHA DE ASSENTAMENTO

Nome do servidor: <u>Clementina Augusta C.de Medeiros</u>	Data do Nascimento: <u>8 de dezembro de 1925</u>
Cargo ou Função: <u>Prof. Ens. Pré-Prim. e Primário nv.11</u>	Estado Civil: <u>Solteira</u>
Patrono: <u>Joaquim Florentino de Medeiros</u>	Data de admissão: <u>1º de janeiro de 1955</u>
Esposa: <u>Maria Estela Neves C.de Medeiros</u>	Qualificação Militar: <u>-</u>
Nº de Matrícula: <u>1.932.221</u> U.F.P. <u>1.857</u>	Identificação: <u>104.364 - Inst. Policia Técnica</u>
Nº de Registro: <u>1.189 da 14ª zona-Bananeiras-Pb.</u>	C.F.P.: <u>005568584</u>
	NATURALIDADE: <u>Bananeiras - Pb.</u>

HISTÓRICO DE SERVIÇO

Admitida a título precário, como Orientadora, em 1/1/55, à custa da verba 3, foi equiparada ao extranumerário manobalista da União, pela Portaria nº 1.528 de 14/11/60 do Diretor da Divisão de Pessoal do M.A. com vigência a partir de 9/12/58, sendo posteriormente, enquadrado no cargo de Professor de Ensino Pré-Primário e Primário nível 11, nos termos da Lei 3.780/60 e do Decreto nº 51.633 de 2/1/63.

Fonte: Arquivo do CAVN

Uma característica indispensável a se pronunciar era o estado civil das professoras do Curso de Economia Doméstica, a maioria era solteira, ao menos só tive conhecimento de uma que era casada. Corroborando com Louro (2012), a qual afirma que, “o trabalho fora só era para mulheres solteiras e viúvas”. Outra forma de refletir essa admissão a título precário, era o trabalho de professora visto como uma missão, uma doação de amor ao que se faz, tratando o espaço escolar, como uma extensão da casa. Se ministrar aula é comparado ao sacerdócio, para que receber salário? Dessa forma, ser professora seria:

[...] Uma completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para *desprofissionalizar* à atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria

o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor (LOURO, 2012, p. 466, grifos da autora).

Essa representação de ser da família, também é comprovada na fala da professora Livramento Ramalho, ao deixar explícito que as alunas eram como membros da família. A cultura escolar do Curso de Economia Rural Doméstica também de construía-se nas teias das relações sociais, representadas por atos solenes e de festividades. Não era só ir ao curso, e, ao final, receber um simples certificado. Havia festas, atos formais, entrega de diploma, com a presença do Diretor, de políticos importantes da região, de representantes do governo do Estado da Paraíba, e, outros profissionais renomados. Nas palavras da ex-professora, nos dias de festas, ocorria até premiação.

Até hoje eu me encontro com minhas ex-alunas: “professora faz tanto tempo que eu não vejo a senhora, ainda tenho aquele álbum que o colégio me deu” [...] Tinha presente e tudo na época, 1º lugar e tudo, eu mesmo ganhei um álbum de ponto cruz quando era aluna (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

Quando tinha festa na escola, por exemplo, a Páscoa dos meninos, antigamente, porque hoje não tem mais isso, aí eram liberadas as aulas do curso pra gente fazer os bolos. A gente fazia vinte, trinta bolos, e a gente escolhia aquelas meninas que pudessem vir ajudar (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

As escolas não se restringiam apenas ao ato de ensinar e aprender. Havia as festividades. Bananeiras não era tão avançada como nas capitais brasileiras, mas tinha um padrão de vida social. Se nas grandes cidades devido ao processo de urbanização e modernização, havia oportunidades maiores das moças e rapazes se distraírem, no interior não seria diferente, porém, dentro do que podia proporcionar a cidade. Em Bananeiras a vida social se resumia muito às festividades religiosas, inclusive na própria instituição do Colégio Agrícola, havia uma capela onde era frequentemente feita missas e romarias. Havia premiações, decorrentes do término do curso, e era uma forma das moças da cidade se divertirem; os desfiles cívicos eram outra forma de entretenimento, mesmo que, com toda uma mensagem ideológica por trás. As fotografias a seguir, representam a cultura escolar vivenciada nos momentos de término do curso, e, entrega de diplomas:

Figura 16- Alunas em solenidade ao término do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB. S/A



Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 17 - Sessão solene de entrega de diploma – Presidida pelo Dr. Roberto Guedes Pereira



Fonte: Silva, 2012, p. 77

Mesmo a imagem não estando muito legível, podemos visualizar a maioria das alunas muito arrumadas, com vestidos de cor branca, semelhante aos de noiva (significando pureza), véus na cabeça, e, luvas nas mãos. Apesar de a foto ter cortes, percebemos uma a três alunas com vestimentas diferentes, talvez elas não tivessem como vestir-se igual as demais, por não ter condições financeiras. Ao fundo da foto, temos as professoras do Curso, cinco no total. O vestido semelhante ao de noiva simboliza o contexto histórico, social e cultural que a mulher da década de 1950 vivenciava, o desejo de casar-se, almejado por todas as mulheres das grandes e pequenas cidades, ter um lar, um marido e um casamento feliz, ainda era a grande aspiração da mulher dos Anos Dourados. “Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação” (PINSKY, 2012, p. 609).

Outro fator importante a se observar na foto da entrega dos diplomas é a moça que vai recebê-lo, pelas mãos do então Diretor, e, tem a mesa rodeada pela figura masculina. Por que uma das professoras não entregar o diploma, ou a Orientadora do Curso? Para demonstrar as relações de poder em uma sociedade que ainda era demarcada pela divisão de papéis sociais entre homens e mulheres. Quem está conferindo o título? O homem, representado pela figura do diretor, passando uma mensagem que, ela, a mulher, está sempre sob julgo do mesmo, “as distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas [...]” (PINSKY, 2012, p. 608).

Continuando a compreensão da cultura escolar do Curso de Economia Doméstica, adentro agora nas representações e práticas docentes. Havia uma preparação para ministrar aula, até mesmo porque a Orientadora Educacional era instruída nesse sentido, porém, como já evidenciei neste trabalho, a maioria das professoras não era formada pelo Curso da Escola Normal, o que muito influenciava no exercício docente delas. A teoria não estava atrelada à prática, isso é evidenciado pela fala de uma das ex-professoras, pelos Planos de Trabalho (o qual a orientadora seguia, o que pedia os Manuais de Economia Doméstica) e Diários de Classe da mesma. Abaixo, trechos do plano de trabalho e diário de classe, da disciplina Confeções e Adornos do Lar:

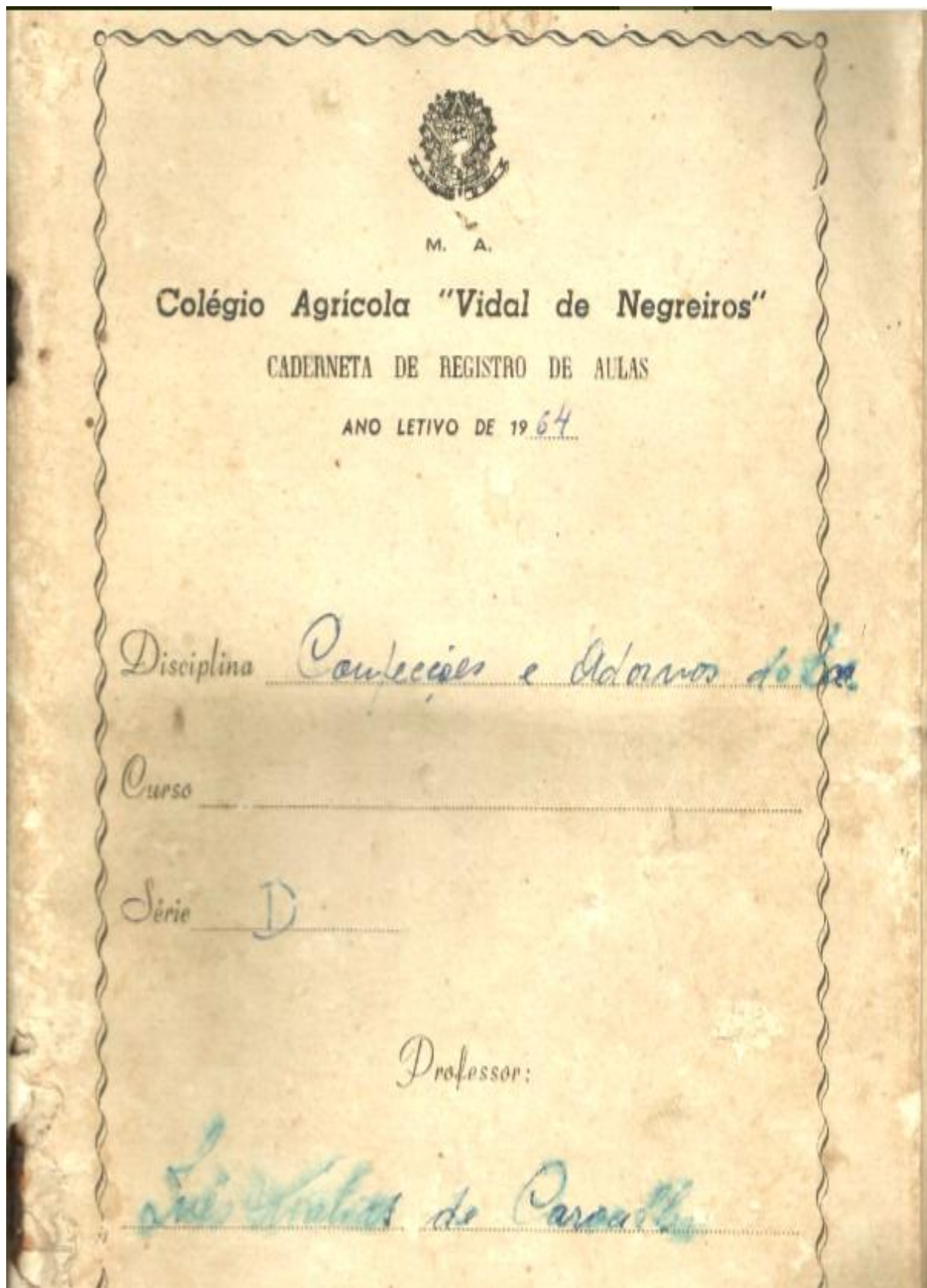
Figura 18 - Plano de Trabalho da Disciplina Confecções e Adornos do Lar (1968)

- 2 -

<u>5ª feira</u>	
7 - 8	) Organização e apresentação do material
8 - 9	) Exposição - Noções de Administração
9 - 11	) Prática - Decoração para quarto de criança, feito com aproveitamento de retalhos
1 - 3	) Tivemos orientação metodológica sobre auxilia audi-visuals.
<u>6ª feira</u>	
7 - 8	) Organização e apresentação do material
8 - 9	) Exposição - A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete a mulher
9 - 11	) Prática - Tapetes de retalhos de fazenda
1 - 3	) Reunião de professoras para avaliação dos trabalhos da semana.
<u>2ª SEMANA</u>	
<u>2ª feira</u>	
7 - 8	) Organização e apresentação do material
8 - 9	) Exposição - Orçamento familiar
9 - 11	) Prática - Trabalhos em napa para adorno de quarto de criança
1 - 3	) Confecção de material didático
<u>3ª feira</u>	
7 - 8	) Organização do material e apresentação
8 - 9	) Exposição - Atuação de Equilíbrio
9 - 11	) Prática - Aproveitamento de retalhos em confecção de colchas e aventais
1 - 1	) Tivemos aula sobre - Qualidades necessárias para ser um bom professor.
<u>4ª feira</u>	
7 - 8	) Apresentação e organização do material
8 - 9	) Exposição - Elasticidade de um planejamento
9 - 11	) Prática - Confecção de objetos uteis ao lar feito em feltro
1 - 3	) Mesa redonda de professoras sobre a apreciação das aulas recebidas

Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 19 - Capa do Diário de Classe da Disciplina Confecções e Adornos do Lar (1964)



The image shows the front cover of a classroom diary. It has a light beige, slightly textured background with a decorative wavy border. At the top center is a circular emblem with a sunburst and a central figure. Below the emblem, the text "M. A." is printed. The main title "Colégio Agrícola 'Vidal de Negreiros'" is printed in a bold, serif font. Below this, "CADERNETA DE REGISTRO DE AULAS" is printed in a smaller, all-caps serif font. The year "ANO LETIVO DE 1964" is printed, with "64" handwritten in blue ink. Below the year, there are three lines for handwritten information: "Disciplina" followed by "Confecções e Adornos do Lar" in blue ink, "Curso" followed by a blank line, and "Série" followed by "D" in blue ink. At the bottom, the word "Professor:" is printed, followed by a line for the teacher's name, which is "Lúcia Múrias de Carvalho" written in blue ink.

M. A.

Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros"

CADERNETA DE REGISTRO DE AULAS

ANO LETIVO DE 1964

Disciplina Confecções e Adornos do Lar

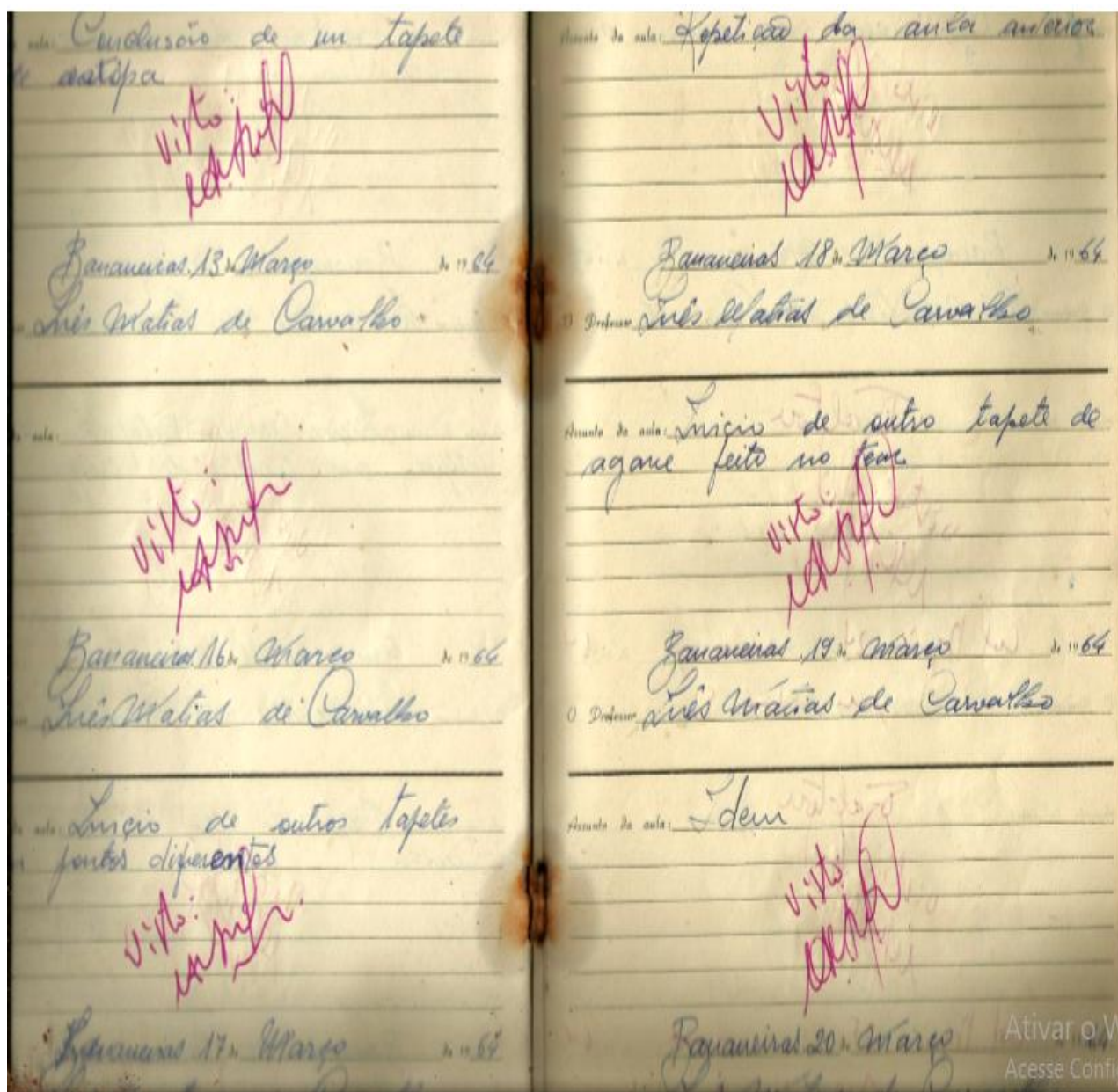
Curso _____

Série D

Professor:

Lúcia Múrias de Carvalho

Figura 20 - Registro de aula da Disciplina Confecções e Adornos do Lar (1964)



Fonte: Arquivo do CAVN

De acordo com a ex-professora Inês Matias de Carvalho (2013), elas não seguiam as instruções tal como estavam no Plano de Trabalho. E, isso se dava por diversos fatores, mas o maior deles acredito ser a falta de formação acadêmica mesmo. Apenas a orientadora Educacional, Clementina Augusta Medeiros de Coutinho, tinha uma formação adequada, como já evidenciado, possuindo magistério e cursos de aperfeiçoamento em Economia Doméstica, até no exterior. Era ela quem instruía as professoras da cidade bananeirense, mas muita coisa não saía como de fato planejava.

O que pode ser comprovado com base em algumas partes dos planos de aulas que irei expor, e, comparar com parte dos diários de classe das professoras, para que possa ser compreendido um panorama dessas práticas em sala de aula. É possível observar que o plano de trabalho traz a parte teórica proposta pelos manuais de economia doméstica, e, só depois é que se inicia a parte prática das aulas (lembrando que o Plano de Trabalho, era sempre o mesmo para os anos letivos do curso, pois procurava seguir os manuais de Economia Doméstica).

Vê-se pelo diário de classe, embora seja em anos diferentes, que a professora registra apenas a parte prática das suas aulas. Apesar de que, nem tudo que acontece na sala de aula é transcrito para o diário de classe, mas como a própria ex-professora afirma, ela não planejava suas aulas. E o diário aqui exposto revela apenas as descrições de aulas práticas. Isso comprova que as instruções, tais como estavam nos manuais, eram seguidas teoricamente pelas moças ricas, pois à moça pobre interessava mesmo era aprender pequenos trabalhos domésticos, a fim de possibilitar uma renda para seu sustento e o de sua família; e as que aprendiam o conteúdo dos manuais, era porque iriam trabalhar de empregada doméstica nos lares bem sucedidos financeiramente.

Outro elemento importante no Plano de Trabalho, é que ele apresenta reunião com professores, orientação metodológica, mesa redonda para discutir sobre as aulas que estavam sendo ministradas, ou seja, havia planejamento, segundo os indícios identificados no Plano. Todavia, se as professoras planejavam ou não suas aulas, é outra questão a refletir, principalmente, pelos motivos expostos aqui, como a falta de formação docente, o que justifica o ato de não “saber” planejar as aulas. A seguir temos as falas das ex-professoras sobre o planejamento:

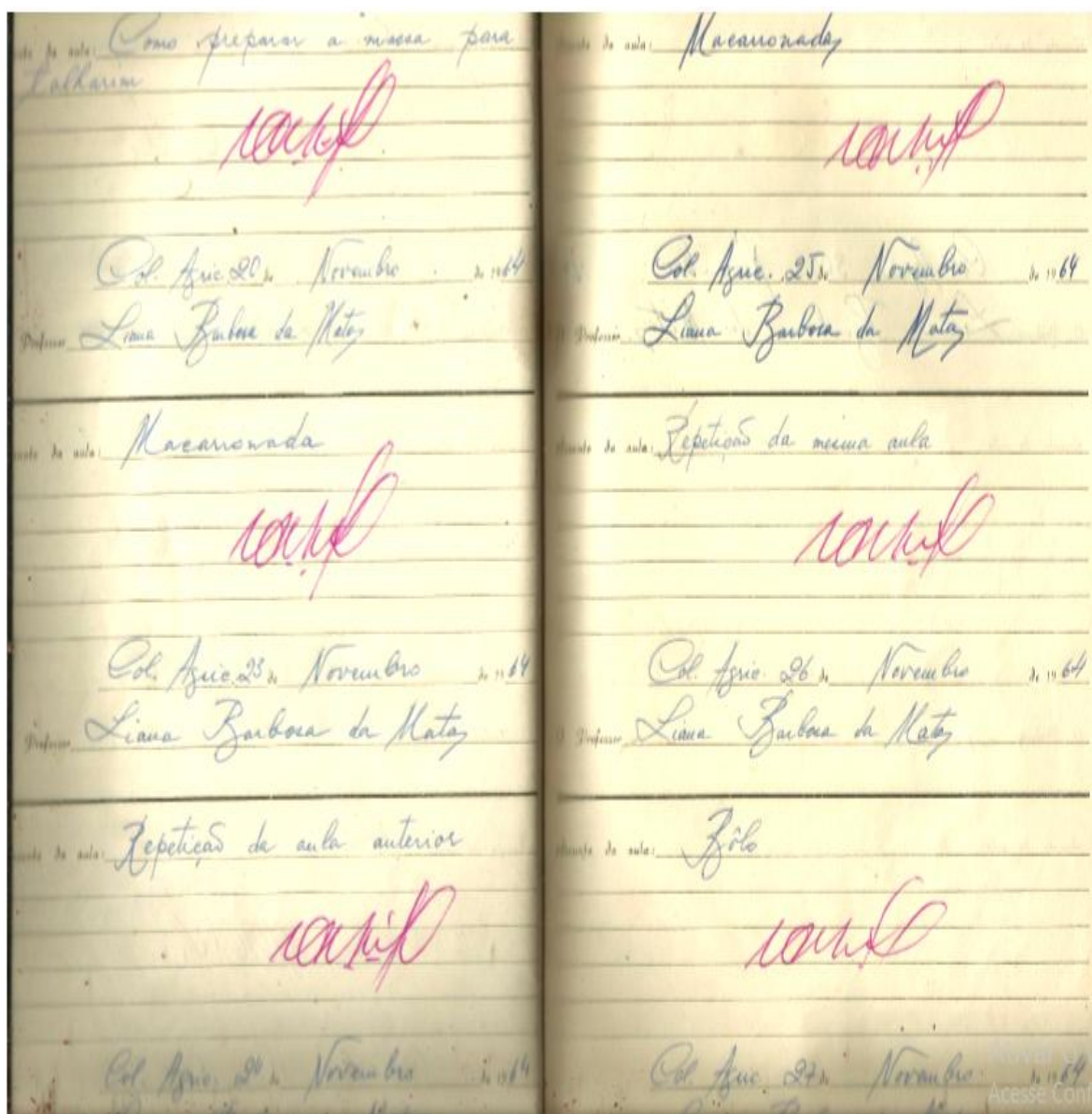
Era aula prática, não precisava preparar aula. Se a gente comesse um trabalho de ponto cruz, no outro dia colocava continuação do trabalho de ponto cruz. Eu colocava o nome da aluna e o que ela ia fazer, agora aquilo passava um mês fazendo, porque demora. A gente chegava lá, e, quem fosse chegando, ia começando os seus trabalhos que estavam em cima da mesa, nos armários, pegando sua linha, agulha. Quando era uns 15 minutos pra 11h00 a gente tinha que liberar, porque tinha que subir pra assinar o ponto. Todos os dias tinha frequência (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

Eu fazia planejamento. Dava uma receita, passava para a aluna, copiava e depois fazia a demonstração. A gente usava o livro ou qualquer receita boa que a gente arranjava, que já conhecia, eu preferia fazer as que eu já conhecia, porque a gente não tinha

acesso a toda qualidade de material, não tinha, só tinha o que já tivesse no almoxarifado, manteiga, ovos, farinha de trigo, coisas mais comuns. Todas faziam as receitas, todas deixavam a cozinha limpa, não deixava nada sujo. Tinha também uma frequência, fazia um caderninho e colocava a frequência delas (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memoriam*, abril de 2013).

Os depoimentos não se encontram, e é importante atentar para esse fato, pois cada uma está representando o passado como compreende que era. A professora de Adornos do Lar tinha convicção de que não precisava preparar aulas, afinal, a aula era apenas prática, na visão dela. A professora de Arte Culinária tinha visão diferente. Afirmou que fazia planejamento, o que para ela significava instruir receitas culinárias às alunas, antes de iniciarem o preparo do alimento. Uma boa formação acadêmica ajudaria a repensar o conceito de planejamento, mas infelizmente elas não tiveram essa oportunidade, o que justifico aqui mais uma vez, o fato das aulas serem conduzidas de maneira apenas prática, sem uma relação maior com os Manuais de Economia Doméstica, que eram uma espécie de Livro Didático para os cursos daquele nível. Na figura abaixo, temos uma página do diário de classe da professora de Arte Culinária, e, nele, temos uma aproximação com as práticas docentes que aconteciam nas aulas da mesma, e, em todo o diário o que se tem, é exatamente o que está posto abaixo:

Figura 21 - Registro de aula da Disciplina Arte Culinária (1964)



Fonte: Arquivo do CAVN

Outro detalhe importante é a professora de Arte Culinária dizer que utilizava o livro para realizar algumas receitas. Esse livro é o Manual de Economia Doméstica, que ela utilizava, em cujas páginas consta o modo de preparo dos alimentos, o como fazer. Acredito que é esta a compreensão dela da palavra planejamento. Também do manual ela cumpria a questão de manter organizada e limpa a cozinha de uma casa, nesse caso, do Curso em questão.

A frequência das professoras era outro fator de importância. Havia todo um rigor em relação às presenças das mesmas nas aulas, só se ausentando mesmo, por motivos de doenças ou de capacitação para cursos profissionalizantes na área

terminando no mês de dezembro. Apresentava também um espaço para colocar a nota da prova prática, da prova escrita, da prova oral, da média, e, por último, um espaço para a nota de aprovação (as notas, inclusive, eram bem rigorosas, em uma escala de 0 a 10, havia muitas notas abaixo da média, (anexo B). Havia também um espaço para colocar as observações, que geralmente descreviam motivos de ausência ou desistência das alunas, como o exemplo acima descrito, no qual a aluna desistiu do curso, por ter se casado, o que de acordo com Louro (2012), era muito comum acontecer, a mulher interromper os estudos ou o trabalho, por causa dos laços matrimoniais.

As professoras do curso de Economia Rural Doméstica de Bananeiras, embora não tivessem cursado Magistério, tinham uma intensa rotina de cursos de capacitação para atuar com melhor eficácia na sua profissão. Elas viajavam para outras universidades do Nordeste, e a Orientadora Educacional frequentava cursos até fora do Brasil, com a intenção de trazer novas técnicas de ensino para aplicar no Curso que ela coordenava. Dessa forma:

[...] Teve uma época que eu fui com Liana fazer um Curso em Sergipe, depois fui com Mocinha pra Universidade Federal de Pernambuco fazer um Curso lá de colcha de retalhos [...] Tinha a Orientadora que era Mocinha (Clementina Medeiros). Um tempo ela foi fazer um curso fora e eu fiquei como orientadora. Quando Mocinha viajou para os Estados Unidos, eu fiquei na direção por quatro meses. Ela foi fazer um curso e eu fiquei como orientadora. Ela trazia coisas novas pra gente fazer [...] (INÊS MATIAS DE CARVALHO, fevereiro de 2013).

A década de 1950 aqui no Brasil foi marcada por uma série de acordos com programas norte-americanos que visavam avançar o processo de industrialização e modernização do país, permitindo a intensa participação estrangeira, em termos capitais. Esses programas influenciaram diretamente na educação do país, principalmente nas atividades de cunho agrícola, modernizando as técnicas de trabalho de produtores e latifundiários, e, intervindo diretamente nos cursos de Economia Rural Doméstica, pois, eles enviavam economistas domésticas estadunidenses para cá, a fim de intervir e capacitar as professoras que estavam à frente desses cursos, capacitando-as “cientificamente” a lidar com as aprendizagens domésticas. De acordo com Pinheiro (2017), essas economistas viajavam o interior do Brasil, acompanhadas da figura de um agrônomo e com o

meio de transporte conhecido como jipe, com o discurso de uma política norte-americana, influenciou o Brasil com o lema: Um agrônomo, uma professora e um jipe.

Em cada município onde possuía escritório, a ACAR contava com um supervisor agrícola, uma supervisora doméstica, uma auxiliar – para trabalhos administrativos – e um jipe, que trabalhavam viajando pelas áreas sob sua responsabilidade, visitando comunidades e famílias rurais, organizando palestras, reuniões e demonstrações. As economistas domésticas eram mulheres que prestavam assistência às produtoras e esposas dos produtores, ensinando cuidados relativos à alimentação e saúde da família, hortas domésticas e produção caseira de roupas, entre outros (PINHEIRO, 2017, p. 01).

Essa rotina de sair pelo interior do país, acompanhando os cursos de Economia Rural Doméstica, foi anunciada nos depoimentos da ex-professora. Elas eram acompanhadas por “chefes” (a quem assim denominavam) para fiscalizar os trabalhos delas e também dar-lhes mais instruções de como proceder nas práticas escolares do Curso, mas elas não iam até Bananeiras, se limitavam até a cidade de Campina Grande, de acordo com o relato que se segue:

Tinha uma chefe que era da Universidade de João Pessoa, ela vinha todo mês fazer uma vistoria nos trabalhos, a reunião era em Campina Grande, a gente ia pra elas fazer uma avaliação dos trabalhos, se estavam bem feito ou não. Se não tivesse bem feito ela devolvia o trabalho e pedia pra gente refazer (INÊS MATIAS DE CARVALHO, abril de 2013).

Logo, percebe-se que elas eram supervisionadas, e, com muita exigência, chegando a desfazer os trabalhos artesanais, caso não estivessem em harmonia com o ideal de trabalho das economistas domésticas. E, isso era levado muito a sério, pois as ex-professoras junto com as alunas participavam de eventos muito importantes relacionados à exposição dos trabalhos manuais que elas produziam, por isso deveria estar impecável. Havia um evento conhecido como a Semana Ruralista, nele todos os trabalhos educativos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, eram expostos. Era um evento muito importante que contava com a presença de profissionais do Ministério da Agricultura do Estado, por exemplo, além de agricultores e pessoas importantes que ocupavam grandes cargos ligados ao governo e à sociedade. Nessa semana ruralista, todos os trabalhos artesanais feitos no Curso de Economia Doméstica eram expostos, e, o evento configurava-se um

marco importante para as professoras e alunas, pois elas tinham a oportunidade de mostrar o trabalho que estavam desenvolvendo e o desempenho de cada uma delas. Abaixo uma foto da exposição dos trabalhos manuais:

Figura 23 - Exposição dos trabalhos artesanais produzidos pelas professoras e alunas do Curso de Economia Rural doméstica de Bananeiras/PB. S/A



Fonte: Arquivo do CAVN

A fotografia acima não está datada, mas acredito que foi do início do curso, na Gestão do diretor Astolfo Bandeira, pois nela só presenciamos alguns trabalhos de Adornos Domésticos com bordados, destinados à decoração de cômodos do lar, como a cozinha por exemplo. Em outras fotografias disponíveis no anexo (C) desse trabalho, pode se perceber que ao longo dos anos a produção vai se multiplicando e ficando mais sofisticada. Na década de 1970, já se vê muitos vestidos e outras peças, por exemplo, expostas na semana ruralista do CAVN. Seja como for, esse evento que acontecia (inclusive até hoje tem, não mais com a participação do Curso de Economia Doméstica, mas com a exposição uma vez ao ano de várias atividades agrícolas, palestras, dentre outras coisas) era muito importante para o curso, até mesmo porque as professoras vendiam os produtos para arrecadar dinheiro, a fim

de comprar mais materiais (em uma das exposições, em depoimento, a ex-professora disse que vendeu mais de 500 bonecas de pano), como afirma as ex-professoras de Confeção e Adornos do Lar e de Arte Culinária:

Eu ia com ela (a Orientadora) fazer compras de tecidos e outros materiais em Campina Grande, pra poder dar aula. Essas coisas eram custeadas pelo Curso, o que a gente fazia era vendido, aí aquele dinheiro era pra comprar materiais depois. A gente ia pra o Clube em João Pessoa e vendia tudo, passava o dia todo lá, mas vendia tudo (INÊS MATIAS DE CARVALHO, fevereiro de 2013).

O material era de lá, vinha do almoxarifado, a diretora (Orientadora) da nossa escola fazia uma nota, a gente dava a nota do que ia precisar pra dar aula, entregava a ela e ela mandava pegar no almoxarifado. De tudo tinha lá, não precisava levar material de casa não, a universidade, que na época era só Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, mandava todo material pra dar aula e as meninas não tinham obrigação de levar material de casa não (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memorian*, abril de 2013).

As verbas para manutenção do curso vinham da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), mas não eram suficientes, uma vez que as professoras e alunas precisavam vender suas produções artesanais para arrecadar capital para o curso, a fim de adquirir novos materiais. Essa precariedade de verbas, atrelado também à nova conjuntura histórica, política, social e econômica dos anos posteriores a década de 1950, vai culminar, futuramente, com o fechamento do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras, e em muitas outras regiões. Nesse sentido:

Depois o negócio foi ficando difícil, passando por dificuldades, a gente já não tinha mais material pra dar aula, aí foi mudando as técnicas, colocava outras, Arte Culinária não deu mais pra continuar. Teve uma época mesmo que eu pra poder dar aula fazia bolo, pastéis, fazia qualquer coisa pra vender as próprias alunas, pra comprar material e dar aula. Isso quando ficou difícil, quando não vinha mais verba pra isso, por que no começo tinha de tudo. Ficaram umas alunas que trabalhou comigo na Técnica de Couro, aí ficaram ensinando, mas era uma coisa bem diferente do tempo da gente não sabe, as outras que ficaram substituindo a gente terminaram aqui num prédio da prefeitura (LIANA BARBOSA DA MATA, *in memorian*, abril de 2013).

Todos esses problemas acarretaram o término do curso, as matrículas foram ficando escassas, e, as professoras e a Orientadora foram se aposentando a partir

do ano de 1980, conforme datam documentos, em anexo (D) neste trabalho. A historiografia vai apresentar as décadas subsequentes, com o que denominamos de período militar, trazendo mudanças significativas no contexto do curso de Economia Doméstica, não só em Bananeiras, mas em todos os cursos do país. A ditadura militar vai exigir um modelo educacional bem mais intensificado às demandas de ordem econômica, a mulher vai ganhando espaço cada vez mais no mercado de trabalho, a pressão do movimento feminista pela igualdade de gênero, dentre outros fatores, vai desinteressar a procura por cursos voltados para os misteres dos afazeres domésticos, e a busca por novas profissões, o que “Pode ser percebido como uma continuidade nesse quadro o discurso de profissionalismo do ensino que, ao final dos anos 60 e na década de 70, torna-se mais forte” (LOURO, 2012, p. 472).

Portanto, diante desse novo contexto, a mulher vai ganhando espaço público, os papéis entre homens e mulheres vão sendo ressignificados, o curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras vai perdendo impulso, e, por fim, deixa de existir, a partir do momento em que não há mais professoras para lecionar as disciplinas. O prédio que o abrigava é substituído em 1981 por uma escola de ensino primário, conhecida como o Grãozinho, e, assim dá-se por concluída as atividades daquele curso, naquele período, restando-nos o legado da sua cultura escolar, através da materialidade das fontes aqui descritas ao longo desse trabalho.

O capítulo que se segue, aborda os três Manuais de Economia Doméstica, que serviram como orientação metodológica para as aulas do Curso de Economia Doméstica, nele é feita uma análise de como até que ponto, o mesmo ideologicamente, influenciava as moças da sociedade da época em geral, e, da cidade de Bananeiras, e, como as mulheres se apropriavam, daqueles artefatos culturais.

4 OS MANUAIS DE ECONOMIA DOMÉSTICA: dispositivos culturais

O momento histórico que estava sendo vivenciado na década de 1950 era o “boom” da industrialização, com um discurso de uma sociedade que estava em processo de modernização, de que as mulheres eram muito importantes para a civilização da sociedade, e, com essa ideia a “vestiam” de uma responsabilidade, que elas acreditavam ser a vez de ter seu papel no espaço público da sociedade. Afinal, dependia delas também a “ordem e o progresso” do país. Porém, já confirmei até aqui, através da historiografia, que a intenção da sociedade em meados do século XX não era a de colocar a mulher lado a lado do homem na esfera do espaço público, ao contrário, se utilizavam desse discurso, mas na prática, propagavam ideais e padrões nos quais limitavam a mulher apenas a uma educação voltada para o trabalho no lar e que não prejudicasse a harmonia do mesmo, justificando estar fazendo “ciência”, através dos cursos oferecidos a elas, para que pudessem “aprender” a lidar “teoricamente” com as tarefas domésticas.

Neste capítulo, busco analisar quais eram as instruções contidas nos Manuais utilizados nos Cursos de Economia Doméstica, da sociedade feminina dos Anos Dourados. De que forma, as mulheres se apropriavam das normas e regras expostas nestes manuais? E no Curso oferecido na cidade de Bananeiras, até que ponto serviu de guia metodológico orientando ou não as práticas escolares ocorridas no mesmo? Passo agora, a expor os escritos desses manuais, que foram tão importantes para a manutenção da ordem da família em um dado momento histórico no Brasil.

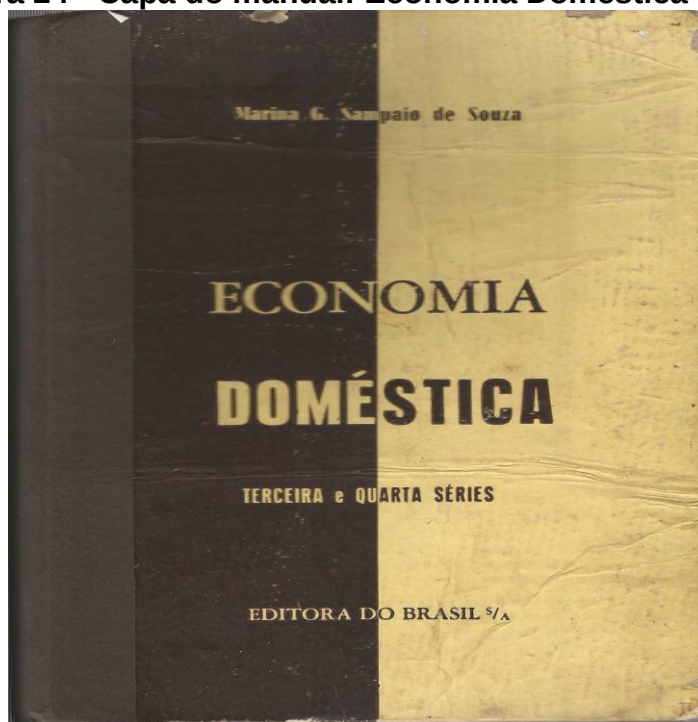
Apesar do discurso da sociedade ser de modernização, os manuais traziam em suas páginas, escritas e fotografias que reforçavam o papel da mulher como mantenedora do lar, corroborando a hipótese a qual levanto no início, e, ao longo deste trabalho, de uma educação moderna, mas ao mesmo tempo, conservadora. Esses manuais foram instrumentos de controle do comportamento das mulheres na década de 1950 no Brasil, e, ditavam como elas deveriam se comportar perante a sociedade. Ao manuseá-los percebi que não se tratavam de produções brasileiras, foram escritos em sua maioria por economistas domésticas norte-americanas (que influenciaram todo o processo do Curso aqui no Brasil, formando professoras no interior de todo país, como já mencionei anteriormente). Quanto à materialidade dos manuais, são originais, impresso, com traduções brasileiras, o contexto da produção

e década de 1950, e, circulavam por todas as regiões do Brasil, onde existisse Curso de Economia Rural Doméstica. A semelhança entre eles é o conteúdo, praticamente o mesmo em todos os manuais, sendo acrescentado um ou mais capítulos de instruções, de acordo com a autoria de quem o produziu. A diferença entre eles é a estética da capa, cada uma tem sua marca e especificidade

Outro fator importante foi que, ao pesquisar se esses manuais existiam no meio digital, descobri que muitos deles ainda circulam em nosso país, e estão disponíveis para venda, em sites como o da *Estante Virtual*, por exemplo. Como já ratifiquei, tive acesso aos manuais que são utilizados aqui, através do arquivo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros. O estado material deles estava muito desgastado, tive cuidado redobrado para não rasgar as folhas, utilizando-me de luvas e cuidadosamente manuseando cada página, fazendo a leitura e análise dos mesmos. E, como já vinha desde o meu projeto de pesquisa suspeitando, à medida que a sociedade chamava as mulheres para participarem do projeto de modernização do país, estimulavam a permanência delas nos espaços domésticos e âmbito privado, mais uma vez deixo claro aqui, vou corroborando a hipótese de uma educação moderna e conservadora.

Portanto, dou continuidade a apresentação da materialidade desses manuais, a partir das fotografias de suas capas, e fotografias contidas no corpo dos manuais, assim como as representações de seus conteúdos. Abaixo, a capa dos três manuais:

Figura 24 - Capa do manual: Economia Doméstica (1952)



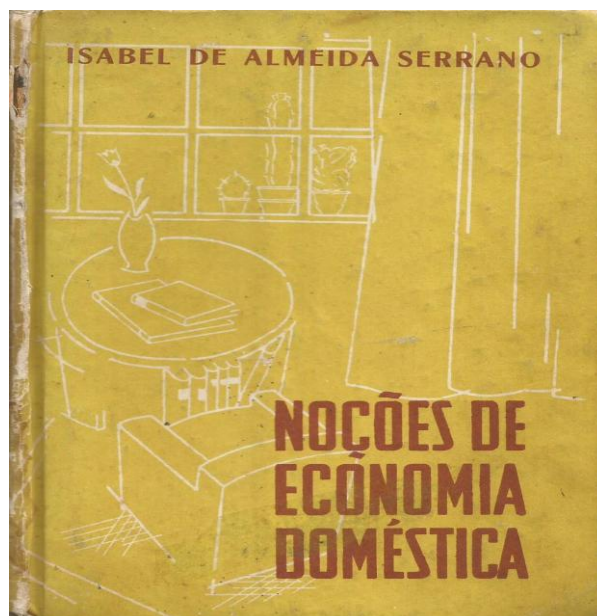
Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 25 - Capa do manual: Curso de Economia Doméstica (1953)



Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 26 - Capa do manual: Noções de Economia Doméstica (1958)



Fonte: Arquivo do CAVN

A primeira fotografia é do manual da autora Marina G. Sampaio de Souza (1952), tem a capa com as cores marrom e amarelo, divididas ao meio, com a palavra economia doméstica dividida entre essas duas cores e a indicação das séries: terceira e quarta séries. A autora deixa claro na contracapa do manual que todo o conteúdo ali escrito, está baseado “rigorosamente de acordo (sic) com a Portaria n.º 1045 de 14 de Dezembro de 1951, “formar a personalidade integral do adolescente, preparando-o para a vida prática; fazer dele um cidadão útil a si mesmo, à família e à Pátria”. O manual não tem prefácio, apenas uma dedicatória escrita: “À minha mãe pela orientação dada a minha vida” [...]. Dividido em duas partes, a primeira traz em seu índice conteúdo a serem abordados na Terceira série, da unidade I a X, com um total aproximadamente de 88 páginas. A segunda parte destinado ao público da Quarta Série tem 11 unidades, com um total aproximadamente de 60 páginas.

A segunda fotografia corresponde ao manual Curso de Economia Doméstica, de autoria de Helen H. Laitem e Frances S. Miller, traduzidos por Perpétua M. A. de Lemos Gilda Marinho e Aurora Rosa (1953). A capa do manual já deixa bem clara para que serve as instruções do mesmo: “êste livro visa desenvolver o interesse e o senso de responsabilidade na vida do lar”. Com cores fortes ao redor do livro, no centro dele, temos a fotografia em preto e branco de mulheres em máquinas de costura, essa imagem delas sem cor, talvez fosse pela não visibilidade que as

mesmas tinham na sociedade, ficando trancafiadas em ambientes que não lhes dessem destaque. O manual tem prefácio, e, conta com 16 capítulos de instruções de como cuidar de um lar, desde os cuidados com as crianças, até a receita familiar de uma casa, com aproximadamente 426 páginas, é o manual mais longo dos três aqui apresentados.

O terceiro e último manual: Noções de Economia Doméstica, autoria de Isabel Almeida Serrano (1958). Com uma cor de fundo amarela, traz em sua capa rabiscos de cor branca, representando o cômodo de uma casa, que pelo desenho é uma sala, com poltrona, centro de mesa, jarro com flores e cortinas, um ambiente de frente para uma janela, com mais flores (características de uma casa com adornos domésticos, como iremos ver adiante, e como já vimos ao longo desse trabalho, que era uma das disciplinas do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras: Confecção e Adornos do Lar). Em cima do centro de mesa, há dois livros, provavelmente seriam livros destinados às mulheres, como o próprio manual, aliás, isso será comum nas representações das ilustrações desses manuais, a família reunida na sala, em perfeita harmonia, e, a mulher quando não dispõe de uma linha e agulha na mão, está com um livro que a ensine algum tipo de arte doméstica. O manual também contém índice e é dirigido para terceira e quarta série, de acordo com o programa Ginásial do Ensino Secundário. Da unidade I a unidade X, é destinado à Terceira Série, a Quarta Série conta com XI unidades. O manual totaliza 227 páginas, com conteúdo que explica desde o objeto da Economia Doméstica, até instruções minuciosas de como cuidar tecnicamente de um lar.

Apresentados os manuais, prossigo dialogando os mesmos com as fontes documentais que já citei desde o início do trabalho: fotografias, diários de classe, planos de Trabalho, e, as entrevistas com ex-professoras da instituição, as quais já foram justificadas o uso destas e suas referências.

Ao analisar os Manuais de Economia Doméstica, busco revelar as ambiguidades existentes de acordo com o contexto histórico da época. Um discurso que “valorizava” a mulher como sujeito chave da sociedade moderna em andamento, apenas no sentido de consumir os novos produtos industrializados (mulher rica), já que isso favorecia o país economicamente, sobretudo, em eletrodomésticos. Na prática, elas deveriam continuar prezando pela conservação da moral e bons costumes da família brasileira. Estes manuais de Economia Doméstica assumiram um papel relevante quanto à posição da mulher mantenedora

do lar perante a sociedade. As mulheres acreditavam estar vivenciando um momento de emancipação, quando na prática o que mantinham era uma educação conservadora. Assim:

A educação escolar das mulheres passa a ser mais valorizada ao lado das concepções arraigadas de que as mulheres devem dedicar-se preferencialmente ao lar e aos filhos, fazendo com que o trabalho da mulher continue cercado de preconceitos e sendo visto como subsidiário ao chefe da família. (PINSKY, 2012, p. 17-18).

Nesse sentido, os manuais podem ser considerados como dispositivos culturais que educam, controlam e definem modos de ser e agir em suas leitoras. Aparentemente inofensivos, os escritos dos livros intencionavam representações sociais de submissão ao julgo do homem. A apropriação desses materiais internalizava nas mulheres uma cultura “natural”, e, elas o recebiam assim. Nesse sentido, a apropriação desses manuais, adentrava outra questão bem mais complexa, ultrapassando elementos socioeconômicos, como podemos observar na fala do autor abaixo:

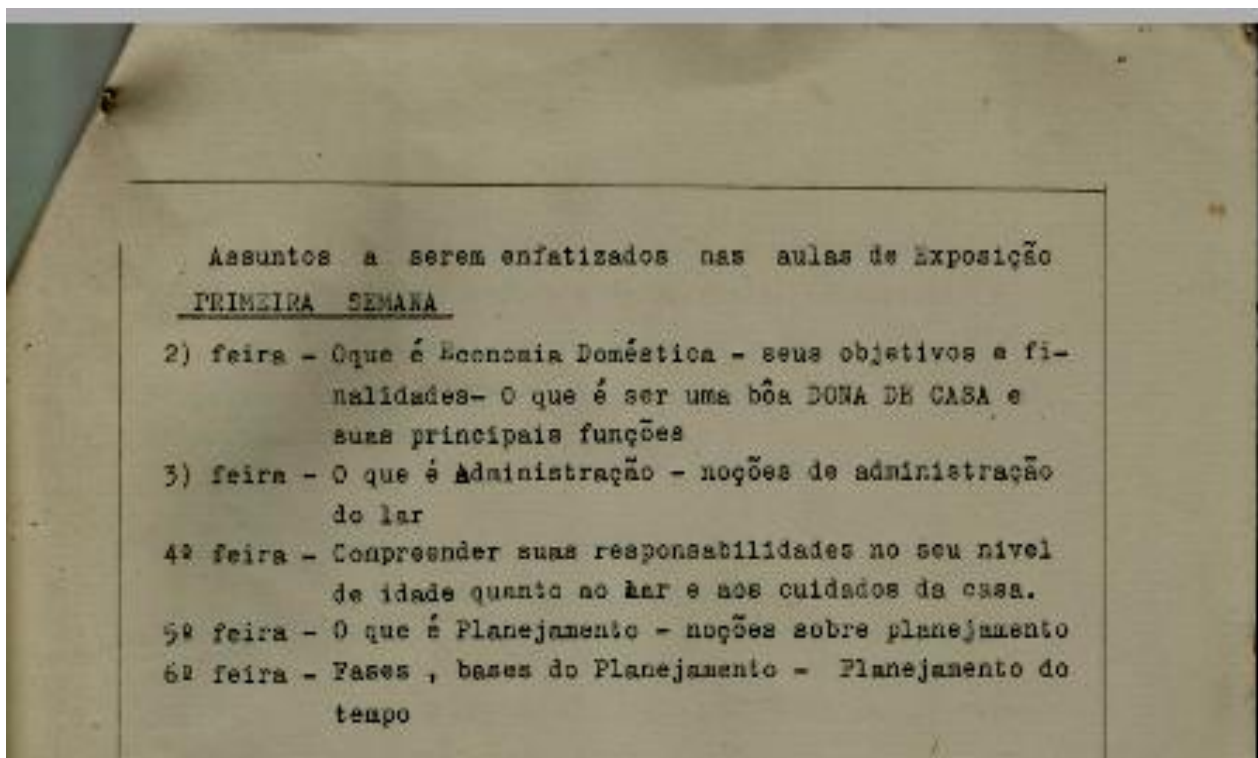
Não é um princípio teórico, mas ao estudar as formas particulares de circulação e de apropriações culturais, conclui-se que conforme os períodos a diferença mais importante nem sempre é a diferença socioeconômica. A diferença entre homens e mulheres ou entre crenças religiosas pode ser a matriz de usos e apropriações diversos. Parece-me que isto abre necessariamente a definição do social, a categoria do social, que talvez seja demasiado estreita quando é pensada unicamente a partir de critérios socioeconômicos. Mas quero ser bem entendido: não se trata de rejeitar a história social como base da compreensão histórica das práticas culturais, mas de esclarecer que não é possível encerrar as diferenças sociais unicamente em critérios socioeconômicos; devemos sempre mesclar, cruzar diversos critérios que nos permitam dar conta das diferenças que se observam na circulação dos artefatos culturais (CHARTIER, 2001, p. 66-67).

A sociedade moderna da década de 1950 se resumia muito ao fator socioeconômico, de acelerar a economia do país, desconsiderando o cultural, por exemplo, pois é nele, principalmente, que as relações e papéis sociais continuam sendo reproduzidos, como é caso das relações de subordinação entre homens e mulheres. Os manuais deixavam bem claro como deviam ser as regras e comportamentos da mulher diante da sociedade, “procuramos desenvolver nas alunas as habilidades de dona de casa, através de um estudo [...]” (Curso de

Economia Doméstica, 1953, p. 02). Para as mulheres, era uma satisfação frequentar um curso em um espaço público, mas sem perder sua classe e postura feminina, totalmente dedicada ao lar e ao seu casamento. Elas recebiam a novidade com muita naturalidade, ao menos iam “sair” do espaço do lar, para aperfeiçoar seus “dons domésticos”.

É importante deixar claro, como venho chamando atenção até aqui, que esses manuais eram acessíveis às mulheres das camadas ricas, elas podiam comprar para ter acesso à leitura, e, assim acompanhar melhor o Curso. Já as mulheres pobres, só iriam ter acesso a essas informações nos Cursos de Economia Rural Doméstica, através das professoras, que recebiam capacitação para isso, eram instruídas, na maioria das vezes bem mais na prática, do que na teoria, como era o caso do curso em Bananeiras/PB. Mas o Plano da Orientadora do Curso deixa explícito que ela seguia as orientações metodológicas dos manuais, conforme nos trechos das imagens abaixo:

Figura 27 - Trecho do Plano de Trabalho da Orientadora Clementina Augusta Coutinho de Medeiro



Fonte: Arquivo do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

Figura 28 - Índice do manual: Noções de Economia Doméstica (1958)

ÍNDICE GERAL	
	Pág.
DUAS PALAVRAS	13
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA	15
TERCEIRA SÉRIE	
A) INTRODUÇÃO	
UNIDADE 1	
Objeto da economia doméstica.....	17
1. A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete à mulher	20
2. A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta..	22

Fonte: Arquivo do CAVN

Figura 29 - Índice do manual: Noções de Economia Doméstica (1958)

ÍNDICE GERAL	
	Pág.
DUAS PALAVRAS	13
EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA	15
TERCEIRA SÉRIE	
A) INTRODUÇÃO	
UNIDADE 1	
Objeto da economia doméstica.....	17
1. A importância da vida em família e o nobre papel que nela compete à mulher	20
2. A necessidade da economia doméstica e os estudos que comporta..	22

Fonte: Arquivo do CAVN

Pelas imagens acima, é possível perceber que a Orientadora do Curso em Bananeiras procurava seguir as instruções propostas nos manuais, mas já mencionei que, as professoras do Curso, por não serem formadas, cumpriam os planos e as instruções dos manuais bem mais na prática, do que na teoria. Dessa forma, quem detinha o poder desses materiais eram a Orientadora, isso me refiro ao curso na cidade de Bananeiras/PB, constatado através das fontes aqui já apresentadas. Além do mais, as verbas que vinham para esses cursos, não eram suficientes, e custear manuais para cada aluna, era muito caro. Sem contar que esse material foi publicado para as moças ricas, pois iremos ver nos tópicos que se seguem, que era impossível a mulher sem poder aquisitivo, cumprir tantas instruções que requeriam capital para custear.

Procurei aqui, unificar temáticas que eram semelhantes nos três manuais, concedendo um título para cada uma delas, e, tecendo as descrições e análises das mesmas. Nesse sentido, o tópico a seguir, é sobre a importância dos estudos de economia doméstica, a fim de manter a felicidade no lar.

4.1 A importância de se estudar economia doméstica em prol do bem estar da família

A economia doméstica é abordada nos três manuais como um saber que precisa ser escolarizado, para que seja desenvolvido pela mulher com eficácia e competência, por isso a importância de se ter no currículo noções de como aprender a cuidar do lar. Serrano (1958) defende que todo profissional passa anos se dedicando a um curso, a fim de que saia competente e especialistas no que fazem, por que com a dona de casa seria diferente? Assim, ela descreve:

Cada profissão possui a sua técnica especializada. Por que somente a mãe de família, a dona de casa, não se especializará na técnica e na ciência de uma das mais elevadas e complexas funções sociais, qual há de formar e dirigir o seu lar, ser mãe e ser esposa, estruturando o caráter dos homens e das mulheres que irão constituir a sociedade de amanhã? Dedicar-se o pediatra ao estudo dos fenômenos atinentes à saúde da criança. O seu nobre esforço, entretanto, de pouco valerá sem a cooperação materna, sem que as mães conheçam e apliquem as noções adquiridas pelo estudo do técnico (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 13).

Os manuais justificavam a escolarização da mulher no universo doméstico, convencendo suas leitoras, que elas precisavam dar continuidade aos “cuidados” que lhes foram confiados, como cuidar dos filhos por exemplo, caso contrário, colocaria todo o trabalho científico do pediatra a perder. Por isso, a necessidade de um ambiente específico para aprender a desenvolver melhor as habilidades na nobre missão que lhe foi conferida. Porém, o curso seria apenas o início de um processo, que deveria ser enfatizado demasiadamente, em casa:

Na família e no lar doméstico, no decorrer da vida cotidiana, é que poderão e deverão ser perfeitamente executados os preceitos, as regras e as normas aqui apresentados, frutos da experiência e da razão. A ciência e a técnica doméstica enriquecem-se todos os dias de novos conhecimentos. As noções que se encontram neste livro serão completadas, durante a vida inteira da dona de casa, na grande escola do lar (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 14).

A escola, portanto, não basta, ela nos dar apenas a cultura técnica, mas o lar, a vida familiar, apura nossos sentimentos, amolda nosso caráter e sobretudo nos ensina, não só a amá-lo e respeitá-lo, como também, a perpetuá-lo. Em tudo isso não se pode prescindir da presença da mulher. Ela tem influência decisiva no ambiente familiar, ela estará presente em tudo, na arrumação da casa, para que esta seja limpa e agradável; na preparação dos alimentos, para que estes correspondam a todos os princípios racionais de alimentação; na educação dos filhos, inculcando-lhes bons princípios de higiene e de moral; em tudo enfim que estiver relacionado com o lar (Economia Doméstica, 1952, p. 13).

Os manuais eram pensados a partir do padrão de vida da cultura dominante. Mas a mulher rica não iria cumprir essas funções, iria fiscalizar. Através de quem? Da mulher da camada trabalhadora, que deveria aprender a dominar as técnicas do doméstico, [...] “Pensada a partir do imaginário dos grupos dominantes” (LOURO, MEYER, 1996. p. 132). Esses dispositivos culturais propagava nas mulheres a ideia delas serem responsáveis pela “felicidade” do ambiente em que viviam. Por isso a necessidade de se compreender detalhadamente os objetivos da ciência doméstica, que as auxiliariam melhor nessa responsabilidade. Sendo assim, um dos manuais, deixava claro o conceito de Economia doméstica, sua importância, qual a relação da mulher com esse saber, porque esse aprendizado deveria ser incluído de maneira tão minuciosa e específica no currículo, e etc. Seguindo essa análise, vale destacar que:

Entende-se por Economia Doméstica, o conhecimento de regras e preceitos que ensinam a bem dirigir um lar, a uma preparação completa para a vida em família. Nos dias atuais, quando notamos o desinteresse das mulheres pelo seu lar, esquecidas da grande responsabilidade que assumiram ao constituí-lo, entregando seu filho a uma serviçal, em geral analfabeta, estão arruinando, não só o próprio lar, mas os futuros lares dos filhos [...] Nunca foi tão oportuno, portanto, a inclusão, no currículo ginasial, desta disciplina. É preciso que a mulher compreenda a alta missão que lhe está destinada na sociedade. A mulher em função da maternidade, tendo a seu cargo cuidar da saúde e da moral de um filho, devendo guiar-lhe os primeiros passos, ensinar-lhes as primeiras letras e as noções de honra e de dever, precisa de uma instrução sólida e perfeita orientação para desempenhar òtimamente essa missão. É necessário que a mulher deixe os bancos escolares com a perfeita compreensão da sua vida futura, que ela saiba administrar uma casa, como usar adequadamente os alimentos, que tenha noções de Puericultura, e, sobretudo, que sinta como é importante, como é nobre a sua missão no lar (Economia Doméstica, 1952, p. 14).

Diante do contexto social, cultural, histórico e econômico pelo qual estava passando o país, o próprio processo de industrialização e modernização empurrou de alguma forma a mulher para o espaço público, mesmo amarrando-as aos seus lares. O fato é que as transformações de meados do século XX influenciaram no modo de vida das famílias. Vendo a sociedade o grande “mal” que estava por vir, caso a mulher ganhasse de fato esse espaço, a igreja juntou-se ao Estado, tratando logo de fechar as portas para a mulher, com o discurso de que a mesma deveria se preparar melhor para a missão do seu lar, matrimônio e família.

Discursos assistencialistas a todo instante permeava as conversas dirigidas as mulheres, o cuidar e o educar os que não foram favorecidos economicamente pelo destino, faziam delas, seres nobres, santificadas, que estavam de alguma forma contribuindo para a modernização do país, quando em Postos de Puericultura ajudavam a cuidar de crianças necessitadas e desvalidas. Da Puericultura aos Cursos de Economia Doméstica, essa era a proposta. Em Bananeiras não era diferente. Abaixo, uma fotografia de antigas professoras à frente do Posto de Puericultura que existia na cidade, as quais juntos com médicos e serviçais (como eram chamadas as moças que auxiliavam no trabalho) atendiam as crianças pobres da região:

Figura 30 - Mulheres no posto de Puericultura na cidade de Bananeiras/PB. S/A



Fonte: Arquivo do CAVN

Pelos detalhes da fotografia confirma-se que público era atendido, vê-se pelas vestimentas das crianças e de algumas mulheres a simplicidade delas, as que estão mais bem arrumadas, à frente do posto, são as futuras professoras que mais tarde, iriam assumir as salas de aula do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB. Esse era o ideal de mulher que a sociedade brasileira difundia, aquela que dava assistência aos mais pobres e oprimidos, que saía de seu lar para cumprir atividades de caráter missionário, assim, não correria o risco de abandoná-lo, por causa de trabalho ou vida pública.

Portanto, os manuais são dispositivos por excelência para propagar essa nova ciência Doméstica. Era de suma importância a Economia Doméstica no currículo escolar, pois a partir de disciplinas, e, mais especificamente dos cursos para tal fim, iam instruindo e moldando a mulher para ser uma “perfeita” dona de

casa. Era preciso definir comportamentos adequados e necessários para aquela que teria em seu “poder” a responsabilidade com a sua casa, e, conseqüentemente com a nação. A ideia era muito mais além do que oferecer o curso, mas não deixar a mulher ter espaço algum na vida pública, e mesmo nas horas vagas, o manual deixa isso bem claro, tem que ocupar as “mãos” da mulher com uma agulha ou qualquer trabalho que a tire do “ócio”.

Precisava-se aprender nos cursos de Economia Doméstica tais procedimentos, pois pelo aprendizado “natural” da família, não se ensinava tanto, apenas o básico, por isso a necessidade no currículo de ter um curso voltado diretamente para essas técnicas, “[...] Haveria necessidade de explicar porque aquele espaço (o lar) que era “natural” para a mulher não continuava sendo o lugar onde ela “naturalmente” adquiria os saberes considerados necessários para sua ação” (LOURO; MEYER, 1996. p. 139).

Os manuais deixavam claro cada detalhe de como diferenciar teoricamente casas e lares. Parafraseando Serrano (1958), casa era apenas o espaço físico, mas o lar era o valor sentimental que existia dentro da casa. Esse sentimento ela só iria adquirir através de conhecimentos sistematizados, que seriam transmitidos nos cursos de economia doméstica. Nesse sentido:

Para que exista um lar no interior das quatro paredes de uma habitação, é necessário que ali resida o verdadeiro espírito de família: e este espírito, compete à mulher criá-lo e conservá-lo. Jamais permitirá a verdadeira mãe de família que a chama do amor e do sacrifício se apague no recesso de sua casa. Tão complexos se apresentam os problemas da família, que a dona de casa, no seu viver diário, necessita de um conjunto sistematizado de variados conhecimentos científicos, a fim de que as suas tarefas não sejam desempenhadas empiricamente (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 19).

Pela descrição no manual acima, percebe-se também a apelação que se faz à mulher, colocando-a como uma figura “divina”, aquela que dá a vida pelo seu lar, que se sacrifica em prol da sua família, e, que os problemas da família, só cabe à ela resolver e evitá-los. Essa comparação da mulher ao mundo espiritual será outra justificativa, que desde tempos remotos a sociedade usava, para não tirá-la do papel de submissa. Ela era aquela mulher, que comparada a Maria mãe de Jesus, deveria ser pura, doce, simples, acolhedora de todos, mas também deveria ser submissa ao filho (assim como a mãe de Jesus era a ele), ao esposo, ao Estado, à igreja, a toda

sociedade. Mulher, nos Anos Dourados, deveria ser sinônimo de “doação”, isso já fazia parte da educação, principalmente das que eram educadas dentro dos princípios cristãos: Dessa forma:

[...] Permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava na verdade, uma não escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a *sagrada missão* da maternidade, quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (LOURO, 2012, p. 447, grifos da autora).

Isso era uma forma de controle sobre a mulher, sobre seus corpos, suas vidas. Fazendo-a acreditar que, seguindo outro caminho, que não fosse este religioso, ela estava em pecado e isso acarretaria castigo divino. A boa moça era aquela de família, a que o homem tinha a certeza da sua bondade e pureza, era esse estereótipo de mulher que ele deveria buscar para casar-se. E era exatamente isso que deveria ser propagado e reproduzido nos cursos de Economia Doméstica. Desde a responsabilidade de se manter “pura”, até saber administrar o orçamento doméstico do seu lar. Esse papel da mulher vai permanecer praticamente por toda década de 1950, mas vai se modificando à medida que sua função na sociedade vai sendo modelada, e ela vai se adequando aos contextos culturais e ideológicos que irão surgir. No tópico que se segue, irei discutir sobre as noções de higiene, corte, costura e cuidados com a alimentação.

4.2 Noções de Higiene, Corte, costura e alimentação

Diante da nova sociedade que emergia, vincular a mulher ao novo projeto social, sem afastá-la do lar, só convencendo-a do senso de utilidade e importância que a mesma tinha. Para isso, a figura da professora era de fundamental importância, especializada e capacitada, fazia a mulher compreender o exercício de suas funções. Os manuais facilitavam seus trabalhos, conseguiam instruir as moças das mais diversas camadas sociais, com questões indispensáveis, como os cuidados de higiene, em um país em processo de civilização. Essa questão vai ser muito definida pelos manuais de Economia Doméstica. O discurso higienista é uma

das características do processo de urbanização, indispensável para civilização de uma nação. As cidades tomadas pelo aumento da população, ainda na década de 1920, vão exigir uma nova conjuntura de organização social, e isso inclui noções de higiene, para prevenir doenças e dar uma melhor qualidade de vida à população, por exemplo. Uma série de medidas foram tomadas no Brasil para a melhoria das condições de vida nos grandes centros urbanos. Assim, de acordo com o autor abaixo:

[...] Uma concepção organizativa do espaço urbano, engendrada por uma política de urbanização consciente e explícita, envolvia a preparação das bases do esgotamento sanitário (água e esgotos), transporte de pessoas e mercadorias, iluminação, segurança pública, comunicação, reformas das instituições e políticas públicas entre outras. O projeto no espaço urbano implicava no estabelecimento de concepções higiênico-sanitaristas [...] (MONARCHA, 1999 *apud* CARDOSO, 2010, p. 21)

Nesse sentido, qual seria o primeiro lugar a se falar sobre higiene, a aprender hábitos higiênicos? O lar. Essa atribuição cairia como uma luva para a mulher, pois ela com seu “jeitinho” saberia conduzir seus filhos instruindo hábitos de higiene, saberia cuidar do marido, mantendo as roupas dele sempre limpas, da casa, mantendo-a sempre arejada. Mas para isso, era preciso saber “segredos” de como lidar com as noções de higiene e se precaver de doenças. Isso só seria ensinado nas escolas, e mais acentuadamente com a criação dos cursos de Economia Doméstica no Brasil, pois havia disciplinas e manuais específicos, só para esse aprendizado do lar. Dessa forma, as noções de higiene vêm bem detalhadas nos manuais, desde pisos, paredes, tetos, iluminação, arejamento de uma casa, combate a insetos, cuidados especiais com todos os cômodos da casa, e etc. Assim:

Todos os dias, pela manhã, deve-se proceder a limpeza da casa. Os cômodos devem ser varridos com vassoura de pêlo, quando fôr encerada, a seguir passado um pano para remover tôda a poeira e finalmente a enceradeira ou o escovão para dar brilho. Uma vez por semana, mais ou menos, a casa precisa ser encerada e existem várias maneiras de ser feita a limpeza para ser passada cêra nova [...] Para a limpeza dos tetos e das paredes, deve-se usar vassoura de penas com cabo longo ou simplesmente vassoura comum envolvida em pano limpo e macio, com o máximo cuidado para que a poeira retirada não se espalhe, Tôdas as janelas e portas deverão estar abertas quando se faz qualquer limpeza na casa, dessa maneira a poeira sairá e entrará ar puro (Economia Doméstica, 1952, p. 27,28).

A higiene da casa é imprescindível ao estado hígido dos seus moradores. Existe uma técnica especializada para a construção do edifício. A escolha do terreno apresenta grande importância. Teto, paredes e piso requerem condições especiais e trato esmerado. Sem ar puro e sem luz ninguém conservará boa saúde. O arquiteto planeja a casa bem iluminada e arejada; a dona de casa escolherá os aposentos e disporá os móveis e adornos de forma a não prejudicar a boa iluminação e o perfeito arejamento. Emanações e poeiras são nocivas à saúde individual e podem prejudicar os próprios objetos: é necessário evita-las ou eliminá-las. Os bolores estragam os objetos e geralmente indicam umidade na habitação. As pragas domésticas, insetos, ratos, etc. devem ser combatidas sem tréguas por meio de destruição sistemática. A mais perfeita higiene dos dormitórios, cozinha e gabinete sanitário, é condição essencial para a boa saúde dos habitantes de uma casa (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 39).

Pela descrição dos manuais, é evidente mais uma vez para que grupo social foram produzidos. Uma casa na década de 1950 com piso que precisava ser encerado, planejado por um arquiteto, para ser bem arejada, não era uma casa pertencente a uma família simples, eram casas de famílias de camada média e alta. As casas das famílias pobres, geralmente eram de piso de chão batido. Mas, por qual motivo os Cursos de Economia Rural Doméstica, onde a maioria das alunas que frequentavam eram pobres (a exemplo de Bananeiras), tinham que ensinar esse tipo de atividade doméstica? Ora, para instruir a empregada. Nesse caso, tanto a patroa, quanto a empregada doméstica, precisavam saber detalhadamente a arrumação de uma casa, uma para dar ordens, e, a outra, para obedecer. Nesse sentido, era imprescindível a disciplina de Higiene nos Cursos Brasil a fora.

À medida que ia lendo os manuais, a certeza de que o público alvo eram as categorias média e alta só aumentava. Vejamos os seguintes conselhos e sugestões contidos em um dos manuais:

Para evitar que as cordas do piano enferrugem basta colocar-se em seu interior, logo abaixo da tampa, um pouco de cal viva dentro de um saquinho de tecido [...] Para fazer brilhar um móvel, empregue uma mistura de óleo de linhaça e álcool em partes iguais, com uma flanela. A seguir, empregue outra flanela seca para retirar o excesso. [...] Os pentes e as escovas são objetos que devem ser de uso exclusivo. Tenha 1 ou 2 reservados para as visitas e depois de usados desinfete-os, deixando-os de molho por alguns instantes em água e álcool. Enxugue-os, depois, cuidadosamente. [...] Experimente pendurar as vassouras, elas durarão o dobro (Economia Doméstica, 1952, p. 40-41).

As sugestões são para moças de casta alta, pois o piano é um artefato cultural de luxo. As meninas que tinham aulas de piano eram as de poder aquisitivo. A moça pobre só chegaria perto de um artefato desses para cumprir a sugestão do manual: limpá-lo. As desigualdades sociais são evidentes, não é só uma questão de divisão de papéis entre homens e mulheres, mas também do grupo social entre as próprias mulheres. Os manuais reproduziam as representações da camada social dominante através do seu currículo. Se a tão sonhada modernização não chegava para a mulher da mais alta sociedade, imagina para a mulher com condições desfavoráveis. Para a moça pobre era importante aprender a lidar com um lar, a fim de arrumar o seu e o da senhora rica.

Nesse sentido, os manuais seguiam com instruções detalhadas de como organizar roupas de cama e de mesa, as modalidades e tipos, como deveriam ser organizado o enxoval, a quantidade mínima de cada item de acordo com os cômodos da casa: dormitório, sala de jantar, copa, cozinha, banheiro, cuidados higiênicos com as camas, mesas, roupa para empregada. Há uma importante colocação no manual, a respeito das vestimentas para homens e mulheres, o que deixa claro o papel social de cada um. Dessa forma:

O corte e a confecção da roupa, apesar de terem alguma influência, não são o bastante, para que um homem esteja realmente bem vestido. Se ele não souber escolher convenientemente as gravatas, os sapatos, as camisas, de nada adiantará um terno de custo elevado. Mas, se cabe ao homem a escolha dessas peças, cabe à mulher a sua limpeza e conservação, e nenhuma mulher poderá estar convenientemente preparada para o casamento, se ignorar como se passa a ferro um terno ou como se engoma uma camisa [...] O vestuário feminino deve obedecer, principalmente, ao tipo e a idade da mulher. Ele deve ser modesto e discreto [...] Se as suas ocupações são muitas e o jeito pouco, com um pouco de boa vontade conseguirá, pelo menos, a confecção de sua roupa íntima, embora com algum atraso [...] Sempre que o trabalho o permitir, o uso de um avental-vestido concorrerá muitíssimo para a economia das roupas [...] O vestuário infantil deve ser confeccionado de: linho, cambraia de linho, fustão, opala, brim, etc., para o verão; lã e veludo para o inverno, incluindo-se os tricôs de lã, obedecendo-se principalmente às condições: idade, sexo, clima, estação do ano e o fim a que se destina (Economia Doméstica, 1952, p. 48-50).

A fala das autoras desses manuais assume um tom totalmente sexista, elitista, demarcando papéis sociais e obediência aos padrões culturais da época. A começar pela escolha do terno do homem, deixa bem claro que é preciso ter bom

gosto ao escolher uma roupa, pois não basta ser de alto custo, tem que ter o bom gosto do que irá vestir (somente homens da elite conseguiriam vestir um terno de custeio alto). A mulher como sempre, deveria estar preparada para cuidar dessa roupa de alto valor do marido, pois se assim não souber, não está apta para o casamento. Além do mais, suas roupas devem ser discretas e modestas, nada de chamar atenção, para não esquecer que a visibilidade é do homem, a figura pública é ele. Ela é a mulher recatada e do lar, a que, sempre encontra aquele “jeitinho” feminino de se sacrificar pelo bem estar da família, e com o “desapego” que ela tem, pode confeccionar algumas peças, assim economiza nas despesas da casa.

Outra característica importante é o uso do avental, provavelmente era para as empregadas, ou para as mulheres de grupos menos elevados que não podiam pagar para terceiros fazer os serviços domésticos. As roupas infantis seguem um padrão de elite, só pelos tecidos expostos nos manuais, já vemos isso: cambraia, linho, tecidos de alto custo. Os manuais segregam desde cedo os sexos, quando dão instruções para a confecção das roupas das crianças: menino deve vestir roupas que sejam de acordo com os padrões culturais dos homens e as mulheres sempre de vestidos, como culturalmente e socialmente eram ensinadas.

No manual de autoria de Serrano (1958), há maior detalhamento das noções de corte e costura, ensinando na teoria e na prática, como fazê-la. Além de deixar claro que toda mulher precisa aprender a costurar, não só para consertar pequenas peças de roupas em casa, mas também para identificar uma costura bem feita, ou não, pelas mãos de uma costureira profissional. Noções de bordado, ilustrações de como fazer alguns pontos de trabalhos de bordado, adornos do lar, como: abafadores de chá, jogos para mesa de criança, pegadores para painéis, enfeites de lã para carrinhos de bebê etc, são algumas das instruções a respeito desse trabalho que, muito mais seria feito pela costureira pobre, a fim de ganhar uma renda, do que pela mulher rica, que não precisava trabalhar. Assim:

Tôda mulher tem necessidade de saber costurar, pelo menos para consertar a roupa de casa, a dos filhos e a do marido, e costurar a sua própria roupa caseira. Sem esse conhecimento, terá que despende quantia vultosa com a costureira. Além da vantagem de ordem econômica, será de grande utilidade o conhecimento do corte e da costura, pois ficará apta a bem distinguir a costura feita com ou sem capricho e a orientar a costureira quando um vestido apresentar qualquer defeito a ser comprovado. O corte tem uma técnica especial. Existem vários métodos de corte, eficientes e práticos. Será

conveniente que as jovens aprendam, com a respectiva professora, pelo menos a fazer e a usar os moldes básicos, de blusas, saias, mangas, golas, etc. Possuindo o molde básico poderá variar à vontade os diferentes modelos. Quando a jovem não pretende se dedicar à profissão de costureira, bastam esses conhecimentos e, com um pouco de prática, estará habilitada a costurar a sua própria roupa (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 88-89).

Essas instruções eram dirigidas diretamente para a moça pobre, aliás, era uma das poucas instruções que objetivava atingir diretamente essa camada menos favorecida. Ela deveria aprender cada técnica de costura, deixando o trabalho impecável. Lembram do depoimentos das ex professoras do Curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras? Se os trabalhos manuais não tivessem “bem feitos”, as economistas domésticas (as quais elas chamavam de chefes e supervisoras) mandavam desmanchar e refazer todo o trabalho. Esse era um tipo de aprendizado doméstico, que servia muito à moça pobre, pois era através da confecção de roupas, de adornos do lar, que ela conseguia obter alguma renda com a venda de seus produtos. A moça da casta alta não iria ser costureira. Abaixo, uma fotografia mostrando que a arte de bordar para as mulheres ricas era apenas uma forma de entretenimento:

Figura 31 - Mulheres em atividade de lã



Fonte: Manual: Curso de Economia Doméstica (1953, p. 60)

A foto mostra mulheres que parecem se divertir enquanto aprendem a fazer manuseios com agulhas e linhas de lã. Percebe-se que elas não estão em instituição escolar, mas sim em uma residência, na sala, reunidas com livro e instrumentos que darão subsídios para aprender a técnica pretendida. As autoras do manual acima incentivavam as moças a se ocuparem até nas horas de lazer, alegando que aprender trabalhos como o da fotografia acima, era uma espécie de “hobbie”. Dessa forma:

Você pode ser capaz de executar lindos desenhos a bico de pena, escrever contos ou poemas, fazer vestidos ou tricotar muitas coisas bonitas, preparar pratos artísticos e saborosos, falar bem uma língua estrangeira, ou ter inclinação para o estudo da história natural. Qualquer interesse verdadeiro por qualquer dessas atividades abre um campo vastíssimo de distrações e contentamento (Curso de Economia Doméstica, 1953, p. 64).

Enquanto as mulheres ricas tinham nessas “artes” uma forma de distração, a mulher pobre não tinha outra opção, que não fosse aprender eficazmente essas artes para ajudar no sustento do lar, fosse a moça da cidade ou do campo, com as mais diversas formas de ganhar a vida, como “[...] costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras[...].” (FALCI, 2012, p. 250).

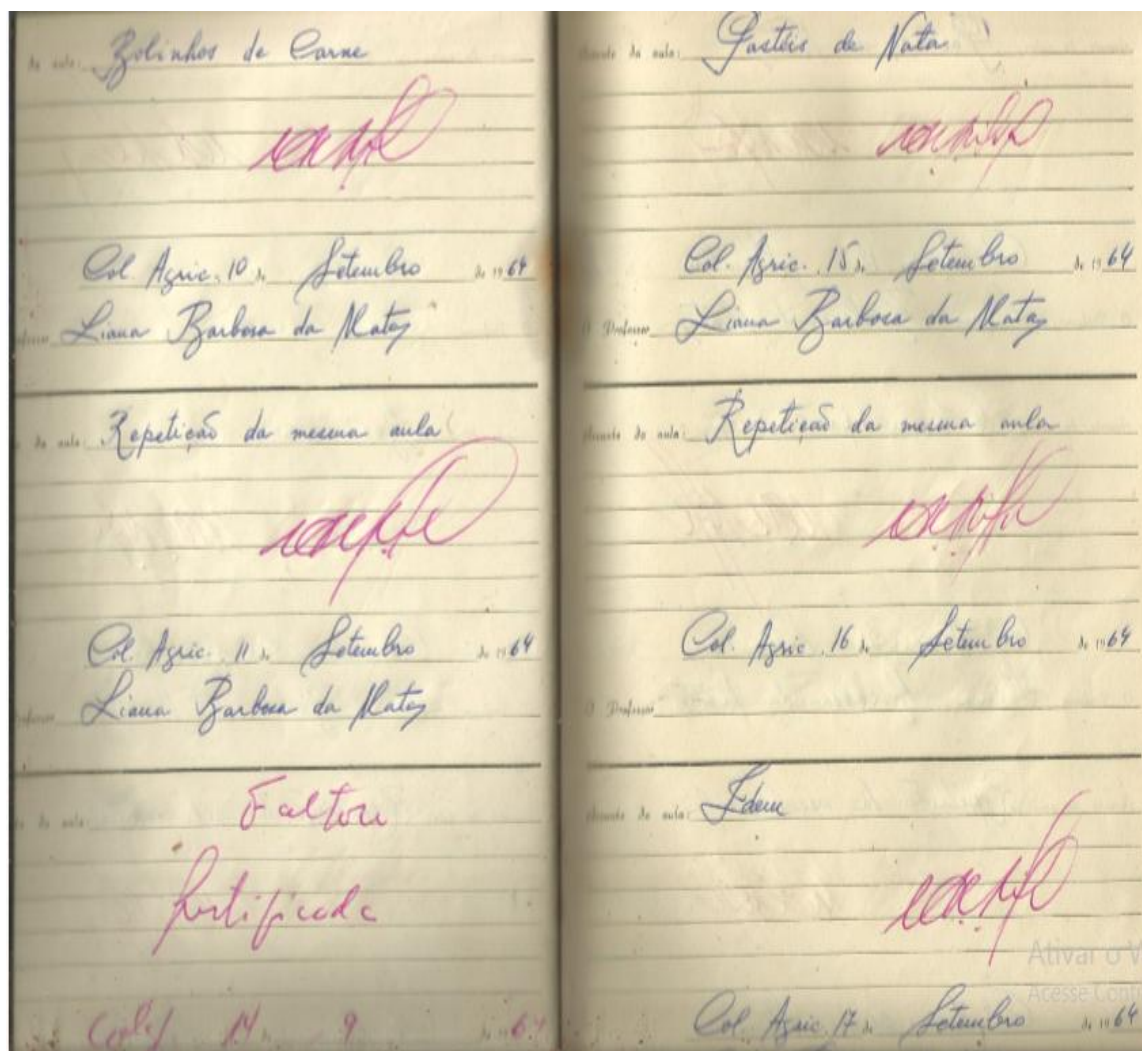
Passo agora a apresentar as instruções a respeito dos hábitos alimentares. Os manuais deixam claro quais os tipos de alimentos que se deve consumir, os nutrientes e vitaminas existentes em cada um deles e até de acordo com a idade e gênero. Um dos manuais, traz o conceito de alimentação e aprofunda a leitura em relação à importância da mesma.

Denomina-se alimentação o ato de ingerir os alimentos, isto é, substâncias que, introduzidas no aparelho digestivo, sofrem um processo especial denominado *digestão*, pelo qual são delas extraídos os elementos nutritivos e incorporados êstes ao nosso organismo, constituindo esta incorporação ou *assimilação* uma parte dos fenômenos de *nutrição* [...] A alimentação e a sua escolha acertada são fatores decisivos para o crescimento, o desenvolvimento do corpo, a energia, a beleza; influem sobre todos os tecidos e fluidos do nosso organismo - ossos, dentes, cabelos, nervos, sangue, etc.; tornam os indivíduos resistentes às moléstias e dispostos ao trabalho e à diversão [...] Poucos sabem alimentar-se convenientemente. Come-se mal, ou por deficiência de alimento, ou por impropriedade do mesmo. Devemos nos alimentar de acordo com o clima, com as condições peculiares a cada região, conforme a idade, o gênero de trabalho, o estado (gravidez, por exemplo), o tipo individual, etc. Devemos evitar a desnutrição, tão frequente no litoral e no interior do Brasil. É necessário que as futuras donas de casa aprendam e, mais ainda, ponham em prática, em seus lares, os princípios da alimentação racional, cientificamente estabelecidos, para que os futuros brasileiros sejam modelos de crianças sadias e vigorosas (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 98-99).

Essas instruções sobre alimentação, com conceitos científicos, só poderiam ser compreendidas e colocadas em prática, pela moça ou professora que tivesse um grau de estudo elevado, e, claro, condições financeiras para isso, as professoras ou moças pobres de pouca instrução de escolaridade e pouco poder aquisitivo não cumpriam literalmente essas instruções, e a respeito dessa falta de “intelectualidade” para as leituras, não era por incapacidade, mas por falta de formação mesmo. O que elas faziam era no máximo aprender a fazer receitas e cardápios simples, mas que de alguma forma as instruíam dentro dos padrões sociais de manter a mulher na “cozinha”. Um exemplo disso, é que no curso de Economia Rural Doméstica em

Bananeiras, os diários de classes mostram que eram realizadas aulas práticas de preparo de alimentos simples, como os que vemos na imagem abaixo:

Figura 32 - Diário de Classe da Disciplina Arte Culinária (1964)



Fonte: Arquivo do CAVN

Se os manuais instruíam fazer cardápios sofisticados, no curso em Bananeiras/PB, eram o mais simples possível, como bolinhos de carne, pastéis de nata, entre outros. Outro fato a se observar na instrução do manual acima, é que tinha todo um ensinamento desde a preparação dos alimentos, como conservá-los, até o horário de cada refeição:

Conserve a gema que sobrou numa xícara com água que dê para cobri-la. Antes de cortar o limão mergulhe-o por alguns instantes em água bem quente. O suco sairá melhor. Uma mistura de limão com vinagre retira as manchas de frutas das mãos [...] Para fazer um bom

bife, seque-o depois de lavado, coloque em gordura bem quente e não o espete com o garfo durante a fritura para evitar soltar o suco. Ponha sal depois de pronto [...] Para retirar o excesso de gordura das frituras use guardanapos de papel (Economia Doméstica, 1952, p. 86-87).

A instrução inicia ensinando a dona de casa a conservar uma gema de ovo que sobrou de outro preparo de alimento, nessas horas vejo nitidamente as mulheres sendo “convocadas” a participar do projeto de modernização do país, quando precisam delas para economizar nas despesas domésticas, mas sua participação nesse processo de transformação continua limitadíssima, inclusive no espaço de uma cozinha, o que é totalmente conservador. Ora, as mulheres já eram educadas desde cedo a lidar com todas essas atividades, por que agora a alimentação seria uma arte científica? Exatamente para justificar essa educação moderna e conservadora. Ao mesmo tempo em que as inserem na “ciência”, as mantém no lugar que elas sempre ocuparam: o lar.

Destarte, os manuais defendiam que a alimentação era mais do que uma arte, era uma técnica científica, pertencente não apenas aos grandes cientistas que estudam sobre o assunto, mas também à dona de casa (rica ou pobre), que deveria estar a par dessas técnicas, fosse como patroa ou empregada. Nesse sentido:

A arte culinária é uma das artes domésticas de maior utilidade e de uma importância primacial. Toda mulher, ignorante ou culta, pobre ou dotada de recursos, tem obrigação estrita de conhecê-la. Mesmo que a dona de casa não precise de cozinhar, deve saber fazê-lo, para que possa determinar o serviço, dar ordens às empregadas, as quais, em regra geral, pouco entendem da verdadeira técnica de preparação dos alimentos [...] O que a dona de casa precisa conhecer não é apenas o preparo de uma sobremesa ou de um pratinho especial, para receber elogios de hóspedes ou convidados. Ela deverá conhecer o valor nutritivo de cada alimento, as diversas formas de sua apresentação, o seu custo, os substitutos de que poderá se utilizar em caso de necessidade. Deverá saber como e porque se organiza uma ração alimentar, atendendo aos casos concretos da própria família. Terá que possuir o conhecimento prático de como se preparam o bife, a carne assada, a verdura, o peixe, a sopa, o feijão, as massas, os ensopados, os molhos, etc. Sem tais conhecimentos, jamais poderá interpretar perfeitamente as receitas de seu livro de arte culinária (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 98-99).

Pela fala acima, percebe-se que esse alto grau de instrução, saber os valores nutritivos de cada alimento, era para um profissional da área, como nutricionista, por

exemplo. Os manuais exageravam nesse sentido, pois poucas eram as moças que conseguiam fazer um curso superior. Além do mais, essa preocupação com os alimentos vai estar também muito ligada às questões de higiene, desnutrição, má qualidade de vida e alimentação, que a população brasileira enfrentava em meados do século XX. Passemos agora, a um dos pontos importantes dos manuais: “ensinar” a ser mãe.

4.3 Ser mãe é algo “divino”

Os manuais vão tratar os assuntos relacionados à maternidade, como algo “divino”, o que era um discurso natural da época aqui trabalhada, como já evidenciei em outro momento. As instruções vão desde o nascimento de uma criança, os direitos naturais e sociais dela, até como os pais e os demais parentes devem se comportar em relação à educação da criança, os primeiros cuidados com um recém-nascido, higiene e alimentação, os brinquedos de acordo com cada idade, os cuidados com doenças infantis. Assim:

Um lar só está verdadeiramente completo e um casal só é verdadeiramente feliz, quando pode contar com a presença de um filho. Tão vazia é uma casa, tão incompleto é um lar se em seu interior não existe a alegria contagiante de uma criança ou a ressonância de pequeninos passos indecisos que mal começam a caminhar para a vida. De nada adianta a riqueza de uma casa ou o luxo em que viva uma mulher, a sua vida não será completa enquanto não puder embalar nos braços o próprio filho, enquanto não sentir dois pequeninos braços enlaçando-lhes o pescoço e murmurando-lhe carinhosamente “mamãe” [...] Muito se têm falado dos antecedentes e causas dos divórcios. A maior porcentagem, indiscutivelmente, abrange os casais sem filhos; êle é muitíssimo mais frequente nesses lares, diminuindo gradativamente à proporção que o número de filhos aumenta. Pequenino e frágil ser, mas que grande influência exerce em todas as vidas! (Economia Doméstica, 1952, p. 105).

O manual começa com o discurso padrão de que um lar feliz é um lar com crianças, objetivo do casamento: a procriação. O reforço da fala sobre a maternidade vai acompanhar várias instruções dos manuais expostos neste trabalho. Era preciso fazer com que a mulher desse prioridade a esse fator fundamental que seria o pilar da sua “felicidade”. Ser mãe, era a essência da mulher dos Anos Dourados, e a tal ponto, que o manual acima descrito afirma que, caso a

mulher não pudesse ter filhos, isso seria motivo de divórcio, além de ser vergonhoso não poder engravidar, já que a maternidade tinha características totalmente divinas, se a mulher não atingisse esse nível, poderia até ser castigo. Desse modo:

A Mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações. [...] Para a mulher, ser mãe e dedicar-se aos filhos, mais que um direito ou uma alegria, era uma obrigação social, *a sagrada missão feminina*, da qual dependia não só a continuidade da família, mas o futuro da nação (PINSKY, 2012. p. 627, 633-637, grifos da autora).

Portanto, a mulher não tinha como escolher entre ser ou não ser mãe, isso era algo rigorosamente imposto pela sociedade da época, a maternidade era uma obrigação da mulher que almejava casar-se. Outro fator de importância nos manuais era a respeito dos direitos naturais e sociais das crianças:

A criança ao vir ao mundo traz assegurados direitos naturais, os quais não podem ser negados pelos pais. Além desse direito natural, desse direito à vida, à habitação, à alimentação, ao vestuário, possui ainda direito à educação moral e à instrução. Assim é dever de todos os pais proporcionar aos filhos a manutenção, a instrução e a educação moral. Mas, além desses direitos naturais, a criança possui ainda direitos sociais, isto é, direitos assegurados pela sociedade. Assim, as autoridades do governo, por intermédio do seu órgão encarregado do assunto, que é o Departamento Nacional da Criança, proclamou os “Direitos da Criança Brasileira” (Economia Doméstica, 1952, p. 106).

O manual de Economia Doméstica (1952), de imediato, assegurava o direito à vida. Se refere em suas falas, a uma criança pertencente à família rica, a qual os pais tinham condições de proporcionar uma melhor qualidade de vida. O Estado, através dos órgãos responsáveis pelos direitos da criança, em se tratando da criança pobre, pouco fazia. Proporcionava o mínimo de política pública para a assistência a mesma, como a criação de Postos de Puericultura, para distribuição de leites e cuidado de algumas doenças comuns a crianças, como era o caso do Posto em Bananeiras/PB. Os manuais deixavam claro quais eram os deveres dos pais e demais parentes na criação e educação das crianças:

Não só os pais como os demais parentes tem obrigação de proporcionar às crianças uma educação condigna para a sua perfeita criação. Um ambiente calmo, tranquilo, sem constantes desavenças, sem discussões, é o ambiente que a criança necessita para

desenvolver-se feliz. Um lar feliz, com todos os seus componentes satisfeitos mutuamente, proporciona aos filhos a felicidade a que têm direito (Economia Doméstica, 1952, p. 109).

É evidente que esse lar ideal, era um lar favorecido economicamente. Em um lar de família pobre, geralmente havia muitos conflitos entre os conjugues, por motivos financeiros, por ser mãe solteira, tudo isso comprometeria o ideal de educação para os filhos, propostos nos manuais domésticos. Agora quanto à responsabilidade de parentes, isso era constante entre as famílias desprovidas economicamente, era comum até deixar o seu filho ser criado com algum parente que tivesse melhores condições de vida para proporcionar aquela criança. Quanto ao vestuário, hábitos higiênicos, alimentação, e, sono da criança, tem-se:

Ao escolher-se a roupa da criança deve-se ter em conta os movimentos livres, o desenvolvimento natural do corpo, a circulação do sangue, a atividade muscular, a idade, a finalidade, o clima, a facilidade de lavar, a durabilidade e finalmente o gosto da criança (Economia Doméstica, 1952, p. 40 - 41).

[...] Tôda a alimentação da criança deve ser orientada pelo pediatra, que determinará o tipo e a quantidade melhores para cada criança [...] Os bons hábitos higiênicos que devem acompanhar os indivíduos por tôda a vida para o benefício de sua saúde, devem ser adquiridos na infância. O horário do sono das crianças deve ser sempre respeitado e embora haja visitas em casa, elas devem ir para a cama na hora habitual. A criança deve dormir sôzinha, em quarto separado, quando possível e com as janelas abertas e luzes apagadas. Ela deve ser colocada na cama sem ser ninada e adormecer sôzinha (Economia Doméstica, 1952, p. 118 - 119).

As instruções a respeito dos hábitos cotidianos da criança foram fortemente influenciadas pelos movimentos educacionais da Escola Nova. A Pedagogia Progressivista defendia a criança como centro do processo de ensino aprendizagem. Isso respaldava na educação doméstica da criança também, afinal, ela começava a ser vista como um sujeito ativo, e não mais passivo. Só que essa criança, sujeito de sua história, seria uma criança de status social médio e alto, que é acompanhada por pediatras, que mantêm hábitos de vida saudável para não ser acometida por doenças e tem perfeita saúde. Refere-se a uma criança com hábitos saudáveis, a qual é regida por uma educação pautada em normas até com horários específicos para dormir, com quarto exclusivo para ela, separado dos pais. Portanto, fica aqui exposto mais uma vez, para que públicos eram dirigidos os manuais de Economia

Doméstica da década de 1950. Para finalizar as temáticas abordadas nos manuais, a seguir, discorro como deveria ser o orçamento familiar de um lar, acompanhado do papel primordial da mulher, como guardadora das finanças e como escolhida para desenvolver mais uma missão de caridade.

4.4 O orçamento familiar, boas maneiras em sociedade e o serviço social: a “boa” dona de casa

Os manuais abordavam questões financeiras como condição fundamental para a felicidade e sintonia de um lar. Uma casa desestruturada financeiramente provocaria a total desarmonia entre um casal, na relação pais e filhos, e, outros membros da família. Eles não defendiam que a mulher deveria possuir dinheiro, mas administrar o salário do marido, que era o responsável pela manutenção da casa. Dessa forma:

Para que a vida no lar corra a contento, para que haja um perfeito equilíbrio financeiro, é preciso haver uma contabilidade doméstica. Essa contabilidade é necessária em qualquer situação financeira que se encontre a família, se é boa, para que seja cada vez melhor, se é má, para que a ajude a melhorar [...] A organização e execução da contabilidade doméstica cabe sempre à mulher, quer lhe seja entregue todo o dinheiro, ficando com o marido apenas uma quantia que ele acha necessária para as suas despesas, quer fique somente com a verba destinada às despesas caseiras, mas em qualquer caso o marido deve ter conhecimento de todo o movimento financeiro [...] A Caixa Econômica publicou um livrinho intitulado “Guia do Lar” e dedicado às futuras donas de casa, cujo modelo daremos adiante, que poderá ser de grande aproveitamento para a dona de casa na confecção do seu próprio livro [...] Cada família precisa estabelecer uma cota proporcional ao vencimento, para cada gasto exigido na manutenção da mesma [...] As cotas proporcionais devem obedecer a vários itens: a situação financeira e social da família, o local onde vive, o número de filhos e a idade dos mesmos e finalmente a ocupação do marido [...] Todo tempo que uma dona de casa tiver de folga, deve empregar em aprender qualquer coisa nova, um curso de costura, bordado, cozinha, pintura. Muita coisa nova a dona de casa poderá aprender dentro do próprio lar e com pequenas somas que se converterão mais tarde em grandes economias (Economia Doméstica, 1952, p. 93-99).

Nada pode ser tão ameaçador para a felicidade conjugal, para a harmonia doméstica, quando o desequilíbrio financeiro do mesmo [...] Cabe principalmente à mulher, zelar pelo equilíbrio do lar, por meio de gastos conscientes, de uma escrituração perfeita, de uma economia bem controlada para que o futuro dos filhos seja promissor e a harmonia doméstica seja perene [...] O tratamento entre os cônjuges é que irá influenciar sobremaneira na educação dos filhos e

que dará o exemplo aos empregados da casa (Economia Doméstica, 1952, p. 138).

A fala acima simboliza um modelo de mulher, que mais uma vez, tem que se sacrificar para não ver seu lar desmoronar, não bastasse cuidar do marido, dos filhos, da casa, ela agora teria que ser responsável pelas finanças também, e, sob total controle do marido, pois tinha que prestar contas a ele dos gastos que fizesse. Sai de uma relação simbolicamente entre marido e mulher, para uma relação entre patrão e empregada. Para além disso, a ela não é dado o direito de ficar com quantias para gastos pessoais (pois este já é incluso nos gastos domésticos do lar), mas o esposo tem essa regalia, afinal ele é homem e pode tudo numa sociedade que o coloca como figura pública principal. O manual deixa explícito o quanto a mulher é indispensável no controle das finanças do seu lar, pois é ela quem governa a casa, quem sabe gastos e receitas. O homem confia essa tarefa totalmente à mulher, se algo vier a dar errado, será ela a responsável por tais falhas. Estes, por sua vez:

[...] Entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro _ um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividade que pudesse atraí-la para o mundo público [...] (RAGO, 2012, p. 592, grifos da autora).

Nesse sentido, era uma “confiança” limitada, na realidade só mais uma reponsabilidade para ela. Ela deveria ter sempre em casa um livro de orçamento e contabilidade, a fim de não ultrapassar o orçamento mensal: “todos os dias será escriturado o livro Caixa, pelo qual, em face do orçamento, se orientará a dona de casa” (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 145). A imagem abaixo, foi retirada do manual Economia Doméstica (1952):

Figura 33 - Livro caixa para controle do orçamento familiar

ECONOMIA DOMÉSTICA 97

3 — Necessidade de senso prático e rigoroso de economia da dona de casa.

Não é possível haver economia num lar quando a dona de casa não possui um senso prático de economia.

RESUMO DO MÊS DE.....

HISTÓRICO		RECEITA	
Vencimentos.....			
Outras Rendas.....			
	DESPESA		
Aluguel			
Conservação da casa			
Luz, Gás e Telefone			
Criados e Lavadeira			
Armazém e Açougue			
Quitanda e Peixe			
Padaria e Lactaria			
Médico, Farmácia e Dentista			
Educação dos Filhos			
Jornais e Revistas			
Condução			
Vestidário			
Livros			
Diversões			
Extraordinários			
SOMA	Cr\$		
RESUMO			
Total da Receita.....	Cr\$		
Menos - Total da Desp. Cr\$			
SALDO DO MÊS..	Cr\$		

Fonte: Manual de Economia Doméstica (1952)

Percebam que o início do tópico na imagem, já impõe alto grau de responsabilidade a mulher, quando diz que a economia do lar vai depender totalmente do senso prático dela. E, em seguida dá uma sugestão de como ela deveria fazer as anotações do seu livro caixa. Pela imagem, já se sabe que só com muito dinheiro conseguiria manter tantas “despesas”, como: criados, médicos, farmácia, educação dos filhos, jornais, revistas, diversões, e etc. Impossível uma

família pobre conseguir viver nessas condições de vida. Por isso, os manuais vão deixar claro que cada família tem que viver de acordo com seu padrão social. Assim:

Entende-se por família padrão aquela que reúne todas as condições necessárias e suficientes para que possa servir de modelo ou paradigma. Por consequência a família padrão apresentará as seguintes características: número médio de pessoas, perfeita saúde de seus componentes, estabilidade econômica, boa formação moral e cultural [...] Na família-padrão a atividade feminina ficará restrita ao ambiente de casa, isto é, a mulher não deverá exercer profissão remunerada fora do lar. O orçamento em que apareçam proventos resultante do trabalho da dona de casa não será o orçamento da família padrão. No orçamento desta última a receita será representada pelo resultado da atividade do homem. Os filhos somente começarão a exercer atividade remunerada quando houverem atingido a idade e o grau de conhecimentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas capacidades (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 147-148).

Isto mostra que a família padrão é aquela em que o homem é o provedor do seu lar, até por que, caso não conseguisse prover financeiramente seu lar, isso era uma desonra para ele. A mulher além de todas as atribuições já existentes, ainda acumula mais uma responsabilidade. Isso também era uma forma de justificar e colocar a culpa na mulher, caso algo desse errado, o homem se isenta dessa responsabilidade, para não ter que ser punido, se porventura, algo vier a falhar. Além disso, continuam definidos os papéis sociais tanto de gênero (a mulher continua no âmbito privado), quanto de classes (o filho de uma família rica, só poderia trabalhar depois de ter concluído todos os seus estudos, enquanto o filho do pobre, desde cedo já exercia algum tipo de trabalho remunerado para ajudar no sustento da família). Quanto às regras sociais, estas são bem definidas nos manuais, como conviver em sociedade, a partir de condutas guiadas por boas maneiras desde o nascimento até o falecimento de alguém. Faz-se importante mencionar que:

Todos os seres humanos têm necessidade de um convívio social, de uma relação com seus semelhantes, por mais simples que seja a sua condição de vida. Seria impossível alguém isolar-se completamente de todos que o cercam tornando-se incomunicável, mesmo que ele não dependesse de qualquer pessoa acabaria por abalar o seu sistema nervoso. Todos nós temos necessidade de externarmos com alguém, confiarmos nossas inquietações, compartilharmos da felicidade ou da dor alheia e esperamos o mesmo dos nossos semelhantes. Mas, para vivermos nessa sociedade, para mantermos

essas relações sociais, precisamos conhecer algumas regras de como nos conduzirmos em determinadas ocasiões ou em face de qualquer acontecimento fora do comum. Algumas dessas regras nós vamos aprendendo desde pequenos, nas visitas aos aniversariantes, nas diversas festas infantis ou mesmo em casa, aprendendo corretamente como nos portarmos à mesa, como fazermos uso dos talheres, etc. O conhecimento, entretanto, de outras regras de boas maneiras vamos aprendendo com o decorrer dos anos (Economia Doméstica, 1952, p. 102-103).

Esse recorte do manual acima chama atenção para o processo de socialização e de determinações de regras sociais. Afinal, ninguém conseguiria viver isolado, e, a família, era a primeira instituição a ditar essas regras e facilitar esse convívio. As relações no lar deveriam ser na mais perfeita afetividade, para isso era indispensável conhecer todo o protocolo de boas maneiras e regras sociais: “a moça bem educada pratica, realmente, tôdas as virtudes que aparenta” (Noções de Economia Doméstica, 1958, p. 165).

A última unidade discute acerca da mulher e o serviço social, como um lado caridoso e espiritual que a mesma tem por “natureza”, ensinando como contribuir para um mundo “melhor”. Isto mostra que:

[...] se a solidariedade humana é qualidade inata no homem, ela é muito mais desenvolvida na mulher, a quem, como ouvi certa vez dizer, “Deus colocou o coração acima do cérebro”. Quando o “Criador” incubiu-a da sagrada missão da maternidade, deu-lhe, também, uma enorme capacidade de sofrer, perdoar e, sobretudo, maior espírito de caridade e talvez mais aguçada ainda a capacidade de descobrir, adivinhar o sofrimento alheio. Alma sensível, coração transbordante de amor, dedicação, carinho, a mulher será sempre, para melhor compreensão entre todos os seres humanos, a grande inspiração divina, a intérprete perfeita das virtudes divinas: fé, esperança e caridade [...] Na vida da mulher, no seu mister de dona de casa, de mãe, de esposa, de mestra, de enfermeira, encontra ela ambiente favorável para, de maneira decisiva, concorrer para a formação de um mundo melhor. Como mãe, é a mulher a principal responsável pela perfeita formação física, espiritual e moral do filho, de modo a ser ulteriormente proveitoso aos seus semelhantes. Como esposa, é a mulher quem concorre decisivamente para que a vida da família seja perfeita, bem equilibrada e corra na mais perfeita harmonia para a garantia da sociedade. Como mestra, a mulher vai concorrer, ajudar na perfeita educação dos futuros componentes da sociedade, não só cultural como também moral [...] Em várias outras atividades poderíamos ressaltar a colaboração indispensável da mulher na sociedade, basta dizer que é ela a principal responsável pela formação dos dirigentes da Pátria (Economia Doméstica, 1952, p. 148-150).

Como era de se esperar, não poderiam apelar para outro artefato, se não o da religião, a comparação da mulher como ser divino ainda era inquestionável na sociedade da década de 1950. Era uma forma de coagi-la a não ser influenciada pelas ideias de modernização (entendida aqui como liberdade) de um país que estava em processo civilizatório, o qual deveria dar respaldo a mulher para emancipá-la, mas, em vez disso, a mantinha presa a ideias retrógradas que não a afastasse da grande missão, que culturalmente, lhe fora atribuída. Maternidade, sofrer, perdoar, fazer caridade, eram “atributos” que a todo instante faziam questão de lembrar a mulher. Para que ela veio ao mundo? Para servir ao seu próximo, começando pelos deveres da sua casa, e, dando continuidade com serviços sociais com aqueles que mais necessitavam. A expressão do manual: “Deus colocou o coração acima do cérebro”, justificava-se em: “a medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família” (RAGO, 2012, p. 592).

E, assim a sociedade ia usando argumentos para não emancipar a mulher, convencendo-a que esse era o seu verdadeiro papel, debaixo de sua família, e, em nenhum outro lugar que, a afastasse dessa árdua, mas, bela missão que lhe foi confiada. Portanto, o curso de Economia Doméstica, cumpria o seu papel diante desse contexto da década de 1950, e, não só em Bananeiras, mas em todo o país, propagava sim, uma educação moderna e conservadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil de 1950 era um país que já havia passado por várias reformas educacionais, afim de sempre adequar o currículo aos interesses de uma pequena parcela da população: a camada dominante. Nessa perspectiva, inspirados em modelos europeus e norte-americanos de ensino, aposta em cursos domésticos escolarizados, com o discurso de que a mulher poderia contribuir para a “ordem e progresso” do país. Ela, que desde tempos remotos foi educada culturalmente para viver de sacrifício e doação ao que de mais precioso lhe foi confiado: a sua família. Não se opunha em viver em função do seu lar, principalmente quando isso implicava “ordens” divinas.

Sua missão deveria ser cumprida sem questionamentos, pois acima de tudo, estava o amor pelos seus, discurso propagado pela Igreja Católica, que insistia em envolver-se nas questões da educação da mesma, e que lograva êxito, inculcando na mulher a comparação com Maria, a mãe de Jesus. Para a sociedade, era cômodo a mulher continuar limitada as tarefas domésticas, com a responsabilidade de educar moralmente homens de amanhã, fazendo-a acreditar estar participando do processo de *modernização* do país. O que era bem contraditório, pois, se de um lado, afirmavam não ser a mulher capaz intelectualmente de assumir os espaços públicos, por que seria ela a responsável pelo futuro do país?

Dessa forma, o Curso de Economia Doméstica no Brasil e, especificamente, em Bananeiras/PB, foi criado para promover uma educação na qual o papel atribuído à mulher, a exemplo de mantenedora da ordem do lar, continuava a ser reforçado. Destinados as moças da elite, o curso a nível nacional, era para prepará-la “cientificamente” a assumir o controle orçamentário da sua casa, e isso incluía outras responsabilidades, como: organizar de maneira estética a casa, adquirir hábitos higiênicos (um dos elementos cruciais de uma sociedade moderna), aprender a conviver socialmente, a cuidar de maneira criteriosa dos filhos, do marido e do orçamento familiar (retirando essa grande responsabilidade do homem, caso falhasse, a culpa era somente dela). Para além disso, ainda era incumbida de desenvolver vários trabalhos sociais, demonstrando a caridade e amor que tinha pelos menos favorecidos. Mas a mulher pobre, foi convocada para esse projeto por

quê? Porque alguém teria que suprir as necessidades da dona de casa da elite, e, seriam exatamente as mulheres das camadas populares.

Para elas, o curso teria outro significado, seria para se profissionalizar, para aprender a desenvolver de maneira eficaz as tarefas doméstica como empregada, para servir de costureira para as moças de camada média e alta, para produzir trabalhos manuais e vender, a fim de conseguir ajudar na renda da família, que era insignificante. Porém o objetivo de mantê-la vinculada as lides domésticas, era o mesmo para todas, independente do grupo social. Acontece que, a preocupação era não afastar do lar tanto a moça rica, quanto a pobre, consideradas de “boa família”, educadas desde cedo para cumprir na sociedade, papéis distintos dos homens.

A realidade cotidiana em Bananeiras era de muita satisfação em fazer parte daquele curso e da instituição CAVN. Lembro-me bem dos depoimentos das ex-professoras (já justificados como fontes nesse trabalho), os quais faziam questão de enfatizar, o quanto as moças que frequentavam o curso, gostavam de estar lá, de aprender a cozinhar, a bordar, a costurar, para elas era uma grande alegria ter o diploma da instituição. Além do mais, todos queriam estudar no CAVN, fossem os homens (nos anos aqui supracitados, já não era mais uma instituição que “acolhia” menores desvalidos) no curso agrícola, fossem as mulheres no Curso de Economia Rural Doméstica. Aquele local era o lugar social delas, ali elas aprendiam ofícios, saíam de alguma forma dos seus lares, socializam-se com outras mulheres, e, até burlavam as regras do curso, tendo contato com os alunos do colégio Agrícola, o que era proibido pelas normas da Orientadora.

Escolarizar o doméstico era a única forma de dar uma conotação de educação científica ao curso, e, ao mesmo tempo reproduzir modelos de donas de casa comportadas e exemplares (moça rica), e, instruir a moça pobre: te instruo a manusear adequadamente a máquina (alusão a indústria), e tu produzes o vestido (alusão aos trabalhos de natureza feminina e ao ensino profissionalizante).

Isso só nos confirma mais uma vez, que, todo currículo vai estar atrelado aos interesses sociais, políticos e econômicos de uma dada época. E, foi assim no Brasil, numa via de mão dupla, em relação a educação da mulher dos Anos Dourados e dos Cursos de Economia Doméstica de uma maneira geral. Uma educação pautada em Leis Orgânicas, que nas palavras das autoras acima, “enquadrava as mulheres” a vivenciar esse processo do doméstico na escola. Um processo que seria reforçado através de manuais de Economia Doméstica,

dispositivos culturais imprescindíveis para a propagação da representação que a sociedade queria perpassar. Manuais estes, que eram destinados às mulheres da elite, embora tenha sido utilizados de alguma forma por mulheres das classes menos favorecida, através dos cursos de Economia Doméstica, a exemplo de Bananeiras, onde elas tinham acesso aos manuais, pelas mãos da Orientadora, que preparava os Planos de Trabalho a partir deles. Através desses manuais, havia uma sociedade, que ditava regras, valores, comportamentos, normas direcionadas a uma família padrão, que era a minoria brasileira, e que iria atravessar décadas influenciando gerações.

Contudo, como todo modelo de educação tem o seu apogeu e declínio, com os Cursos de Economia Doméstica não foi diferente. A partir da década de 70, eles já se mostram fragilizados, devido às novas transformações sociais que o país estava vivenciando, o movimento feminista cada vez mais em evidência, iria lutar e reivindicar que de fato a mulher fosse inserida no espaço público, criticando o currículo do curso e protestando a cientificidade dele. Não aceitavam mais o caráter assistencialista, era preciso que tornassem cursos superiores. As mulheres cada vez mais incorporava o discurso de liberdade e emancipação, abandonando os cursos profissionalizantes, levando muitos a fecharem suas portas, como aconteceu com o curso em Bananeiras/PB, na década de 1980. Os poucos que ficaram, ressignificaram seus currículos, inserindo novas disciplinas de caráter reflexivo, mas mantendo ainda, muitas disciplinas do currículo assistencialista de outrora. De acordo com Amaral Júnior (2017), esses e outros fatores foram responsáveis pela não continuidade dos cursos a nível profissionalizante, e pela reestruturação dos cursos superiores. O fato é que se precisa ampliar o universo das pesquisas em Economia Doméstica, pois muito se tem pesquisado acerca dos cursos em seu auge em meados do século XX. Mas, é preciso novos olhares a respeito desse curso, principalmente a partir do momento que ele perde força como manutenção de uma ordem vigente, e, passa a ser curso superior, com uma nova intencionalidade. Mas isso, fica para sugestões futuras de trabalho.

O fato é que o curso em Bananeiras foi muito importante, proporcionou de alguma forma *status quor*, as professoras que lá trabalhavam, além de relações de poder, e, as alunas por fazer parte de um curso que estava no seu auge na década de 1950, o qual estava inserido em um dos “maiores e mais importantes Colégios Agrícolas do Nordeste e do Brasil” (BANDEIRA, 1989). Além do mais, o curso atraía

pessoas consideradas importantes na sociedade paraibana, quando estes vinham prestigiar as semanas ruralistas, nas quais eram expostos todos os trabalhos artesanais, feitos pelas professoras e alunas do curso. As falas registradas das professoras, os documentos aqui utilizados como fontes, me deu uma dimensão do que seria aquela cultura escolar. Sei que seria impossível chegar ao real do que realmente aconteceu, mas pude ter uma representação, do que ocorreu em décadas passadas Chartier (1990).

Portanto, a partir do recorte temporal proposto aqui, e da tese levantada desde o embrião deste trabalho, ratifico que o curso de Economia Rural Doméstica em Bananeiras/PB (1950-1959), propagava uma educação moderna e conservadora. Concluir com palavras este trabalho, jamais explicará a sensação que está sendo, em saber que como pesquisadora, estou contribuindo para escriturar uma parte da história da educação em Bananeiras, através do Curso de Economia Rural Doméstica, traçando a trajetória de um momento histórico importante e multifacetado, que fez parte de uma conjuntura maior de projeto nacional, e que deixou seu legado registrado para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V. G. de *et al.* A educação patrimonial em Bananeiras. *In: Congresso Nacional de Práticas Educativas. Anais [...]* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- AREND, S. F. Meninas: Trabalho, escola e lazer. *In: PINSKI, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2012.
- AMARAL JUNIOR, J. C. do. Novas questões sobre o Curso Superior de Economia Doméstica no Brasil: história, extinção e memória. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 194, 2017.
- BANDEIRA, A. R. P. **Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste.** Fortaleza, 1989.
- BARRETO, A. de L. P. Higienismo e Educação na Paraíba. *In: CARDOSO, A.; KULES, W. A. A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade*, João Pessoa: Editora Universitária, 2010.
- BASTOS, M. H. C.; GARCIA, T. E. M. Leituras de Formação: noções de Vida Doméstica. *In: Revista História da Educação*, Pelotas, v. 3, n.5, p. 77- 92, 1999.
- BARREIRO, I.M.F. **Política de educação no campo:** para além da alfabetização (1952-1963); São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p.
- BRASIL. **Suplência Profissionalizante.** Ministério da Educação e Cultura, 1974.
- BRASIL. **Economia doméstica:** subsídios para uma proposta curricular. Brasília, MEC/DDD, 1980.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- BESSE, S. **Modernizando a desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.
- BURKE, P. **O que é história cultural?.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, P. **O que é história cultural?.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARDOSO, C. A. de A. Vivas para a Cidade! O Liceu Paraibano e a Modernização do Espaço Urbano. *In: CARDOSO, A.; KULES, W. A. A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade*, João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:** 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, R. **O Mundo como Representação**. In: Revista Estudos Avançados, v.5, n. 11, p. 173-191, 1991

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya**. Porto alegre: ARTMED Editora, 2001.

DAROS, M. das D. Desenvolvimento e Políticas Educativas no Brasil nos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. In: **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, 2012.

DOMINGUES, J. M. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n 3, p. 459 – 482, 2002

FALCI, M. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, M. D. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERREIRA, N. V. C. **Escola de Economia Rural Doméstica: Ensino Secundário Profissionalizante no triângulo Mineiro (1953-1997)**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

GUIRALDELLI, J. P. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

HAFFNER, J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v.1, n.1, p. 10-43, 2001

KARNAL, L; TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-27.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: Romano, R. (Org.). Imprensa Nacional. **Memória e História**. 1984. p.95-106.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 6. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

LOURO, G. L.; MEYER, D. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Educação, Sociedade e Cultura**, Nº 5, 129-159, 1996.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Revista Caderno de Pesquisa**, n. 87, p. 45-57, 1993

LOURO, G. L.; MEYER, D. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Trabalho: espaço feminino no mercado produtivo. *In*: PINSKY, C.; PEDRO, J. (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1992.

MOTTA, A. B. da. Elas começam a aparecer. *In*: PINSKY, C.; PEDRO, J. (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, C. F. **Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil (1948-1974)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

PINHEIRO, C.F. **A Economia Doméstica como forma de controle sobre a mulher do campo**: Extensão Rural e Trabalho feminino no Brasil (1948-1974). *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2017.

PINHEIRO, A. C. F. A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 a 1960). *In*: SCOCUGLIA, A. C.; MACHADO, C. J. dos S. **Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2016.

PINSKY, C. B. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. Mulher em Revista. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 2012.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, 2009.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**, 7 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

REIS J. C. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil** (1930/1973). 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, W. F. **Entre linhas, bordados e sabores**: memórias e histórias de educadoras do Curso de Economia Doméstica em Bananeiras/PB (1960-1970). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SANTOS, S. C. C. dos. **Educação e trabalho para meninos desvalidos**: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SCARAVELLI, H.; ZONIN, S. A. Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 412-417, jan./jun. 2014.

SCHWARTZMAN, S. A Igreja e o Estado Novo: o Estatuto da Família. *In*: IV encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ciências Sociais, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.

SILVA, M. L. **Reminiscências de patronato a colégio agrícola**: 80 anos de história. Editora: Universitária UFPB, Bananeiras, 2004.

SILVA, M. L. **CAVN**: Sua História em poemas. Editora: Sal da Terra, Bananeiras, 2009.

SILVA, M. L. **CAVN uma história para a posteridade**: fatos em fotos. Editora: Universitária UFPB, Bananeiras, 2012.

SILVA, P. M. da. **Um agrônomo, uma professora e um jipe**: memórias de Extensão Rural. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

VIDAL, D. G. **Culturas Escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ZONIN, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980, Campinas, SP, 2004.

MANUAIS

LAITEM, H. Helen; MILLER, F. S. **Curso de Economia Doméstica**. Editora Globo, 1953.

MARINA, G. S. de S. **Manual de Economia Doméstica**. Editora do Brasil, 1952.

SERRANO, I. de A. **Noções de Economia Doméstica**. Companhia Editorial Nacional, 1958.

ANEXOS

**Anexo A : Currículo do Curso de Graduação em Economia Doméstica da
Universidade de Viçosa em Minas Gerais**

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL
Administração: Administração de Recursos da Família
Antropologia: Antropologia
Biologia: Citologia e Histologia, Elementos de Fisiologia Humana
Economia: Introdução à Economia, Introdução à Economia Doméstica.
Estatística: Elementos de Estatística
Filosofia: Filosofia
Psicologia: Psicologia
Sociologia: Sociologia
Química: Fundamentos de Química Orgânica e Bioquímica Fundamental
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESSENCIAL
Família e Desenvolvimento Humano: Ciências da Família, Família e Desenvolvimento Humano, Famílias e Políticas Públicas, Análise das Atividades Cotidianas da Família.
Vestuário e Têxteis: O Vestuário no Contexto Socioeconômico e Cultural, Introdução ao Estudo de Materiais Têxteis, Processo de Produção do Vestuário.
Habitação: Representação Gráfica e Estudo da Composição, Habitação, Ergonomia Aplicada à Habitação, Habitação e Cidade.
Saúde e Higiene: Microbiologia Geral, Higiene e Saúde.
Nutrição, Alimentos e Alimentação: Composição de Alimentos, Nutrição Básica, Nutrição da Família, Técnica Dietética I, Agricultura Familiar, Produção e Aproveitamento Integral dos Alimentos.
Administração e Economia Familiar: Economia Familiar, Administração de Recursos na Família e Agricultura Familiar.
Educação do Consumidor: Educação do Consumidor.

Métodos e Técnicas de Pesquisa: Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.
Extensão Rural e Urbana: Desenvolvimento de Comunidade, Extensão Rural.
Conteúdos de Formação profissional específicos
Família e Desenvolvimento Humano: Família e Envelhecimento, Família e Parentesco, Ciências do Desenvolvimento Humano; Fundamentos da Teoria Piagetiana, Avaliação do Desenvolvimento da Criança, O Lúdico na Educação Infantil, Tópicos Especiais em Estudo da Família; Tópicos Especiais em Estudos da Infância; Brinquedoteca: Espaço Alternativo de Vivências Lúdicas; Psicologia Social; LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.
Administração, Economia Familiar: Teoria Geral de Administração I; Gestão de Pessoas, Identificação e Viabilização de Oportunidades de Negócios, Políticas Públicas e Meio Ambiente; Tópicos Especiais em Administração dos Recursos na Família; Ergonomia da Atividade; 23 Ergonomia Aplicada ao Produto; Estudo das Tecnologias Domésticas I – Avaliação de Performance.
Educação do Consumidor: Tópicos Especiais em Educação do Consumidor.
Habitação e Planejamento de Interiores: Planejamento Ergonômico do Trabalho; Projeto de Interiores Residenciais I; Projeto de Interiores Residenciais II; Desenho e Detalhamento de Móveis; Metodologia para Análise de Projetos de Interiores; Análise Habitacional; Mundo Rural e Habitação, Tópicos Especiais em Habitação.
Vestuário e Têxteis: Modelagem e Desenvolvimento de Protótipo de Peças do Vestuário; Gestão em Unidades de Processamento de Roupas Hospitalares; Planejamento e Controle da Produção do Vestuário; Tópicos Especiais em Vestuário; Tópicos Especiais em Serviços de Lavanderias; Gestão de Tecnologias na Indústria de Confecção; Administração de Serviços de Hotelaria Hospitalar; Vestuário, Sustentabilidade e Inclusão Social; Produção Têxtil, Organização do Trabalho e Geração de Renda.
Métodos e Técnicas de Pesquisa: Metodologia da Pesquisa Qualitativa. Aspectos Teóricos Metodológicos da Pesquisa com a Criança, Introdução à Informática e Oficina de Leitura e Produção de Gêneros Acadêmicos.
Extensão Rural e Urbana: Dinâmica de Grupo; Sociologia do Trabalho; Comunicação Organizacional; Sociologia Rural; Ciências Sociais e Ambiente; Introdução ao Cooperativismo; Economia Solidária I; Economia Solidária II;

Empreendedorismo Social; Desenvolvimento Local e Políticas Públicas; Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável e Atuação Profissional.

Nutrição, Alimentos e Alimentação: Estudo Experimental dos Alimentos I; Padrão de Identidade e Qualidade dos Alimentos; Gastronomia e Nutrição; Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição; Tecnologia de Alimentos; Prática de Tecnologia de Alimentos; Família, Consumo alimentar e Políticas Públicas, Legislação de Alimentos e Higiene de Indústria de Alimentos.

Saúde e Higiene: Microbiologia dos Alimentos; Puericultura; Higiene dos Alimentos e Epidemiologia e Saúde Ambiental.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos no portal da Universidade Federal de Viçosa (2018)

Anexo B: Diário de Classe com notas das alunas

da turma N°

aluna Antonia Zente Braz N° 14

Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
PROVAS FIMES														
(1ª Prova)														
Prova														
Exerc														
Test														
Média														
NOTA DE APROVAÇÃO														
OBSERVAÇÕES:														
FALTAS:														
Trabalho														
Faltas														
Total														
FREQÜÊNCIA														
Trabalho														
Faltas														
Total														
EXERCÍCIOS MÉDIAS														
Matem														
Hist														
Fis														
Quím														
Biol														
Geogr														
Literat														
Educat														
Média														
PROVAS FIMES														
(1ª Prova)														
Exerc														
Faltas														
M. Total														

Anexo C: Exposição de trabalhos artesanais



Anexo D: Documento de aposentadoria

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE FORMAÇÃO DE TECNÓLOGOS
BANANEIRAS - PARAÍBA

1955 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 1980
JUBILEU DE PRATA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para fins de prova junto a Universidade Federal da Paraíba, para efeito de aposentadoria, que a Srta. CLEMENTINA AUGUSTA COUTINHO DE MEDEIROS, Professora de Ensino de 1º e 2º Grau, código EC-514.11, matrícula nº 1.857, do NARFE-Bananeiras, não responde a Processo Administrativo, pelo que firmamos a presente declaração.

Bananeiras-Pb., 22 de fevereiro de 1980

Alírio Trindade Leite
ALÍRIO TRINDADE LEITE
DIRETOR